C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

136

136

SALVADOR • SETEMBRO DE 2005

SEI
Informação a serviço da sociedade
40 anos

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI
CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL
Cesar Vaz de Carvalho Junior
Edmundo Sá Barreto Figuerôa

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA
Alynson dos Santos Rocha
Carla Janira Souza do Nascimento
Fabiana Karine Pacheco dos Santos
Joseanie Aquino Mendonça
Nícia Moreira da Silva Santos
Rosangela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO
Gerência de Documentação e Biblioteca – GEBI

REVISÃO
Luis Fernando Sarno

PRODUÇÃO GRÁFICA
Fabiana Faria

DESIGNER GRÁFICO
Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA
IDEA Design

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2005.

Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 3116-1781
www. sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Comércio varejista em expansão
Joseanie Mendonça 4

Conjuntura Econômica Baiana 6

Artigos

Brasil: rumos da nova temporada agrícola seguem indefinidos
Paulo Sérgio Souza Ferreira
Antônio Plínio Pires de Moura 16

Política Econômica: competência ratificada mas prioridade questionável
Everton Freire de Carvalho
João Augusto P. Lepikson
Thiago Reis Góes 23

PIB da Bahia alcança 3,6% no primeiro semestre de 2005
Cesar Vaz de Carvalho Junior
Gustavo Casseb Pessoti
Ítalo Guanais Aguiar Pereira 30

Social-Democracia Fordista x Social -Democracia Toyotista - O sindicalismo no limiar de uma crise
Lívia Silva dos Santos 35

Investimentos na Bahia

Investimentos Industriais Previstos totalizam volume de R$ 18,7 bilhões 38

Notícias 42

Legislação 45

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 48
Indicadores Sociais 54
Finanças Públicas 63

Carta do Editor

A análise da economia brasileira descreve um cenário de desaquecimento econômico, marcado pela adoção de uma política mais rígida no combate a inflação. Embora o Comitê de Política Monetária (Copom) tenha iniciado uma redução na taxa básica anual de juros (Selic), em 0,25 ponto percentual, passando-a, no mês de setembro, de 19,75% para 19,50%, percebe-se que alguns setores da atividade econômica já foram atingidos, começando a apontar desaceleração do ritmo de crescimento, a exemplo do comércio varejista e agropecuária.

O governo dá sinais de preocupação com essa desaceleração econômica, ao adotar medidas para incentivar a produção e o investimento, como a redução de alíquotas de impostos, aumento do crédito para pequenas empresas e isenção do IPI sobre bens de capital.

Nesse aspecto, a C&P de n° 136, ao versar sobre fatores que condicionam diretamente o comportamento macroeconômico do país, como a desaceleração no ritmo de crescimento da economia brasileira em função das elevadas taxas de juros reais, assim como a crise política recorrente, convida o leitor a refletir sobre a eficácia das medidas utilizadas para se atingir as metas de controle da inflação em 2005.

No artigo **Política Econômica: competência ratificada, mas prioridade questionável**, Everton Freire de Carvalho, João Augusto P. Lepikson e Thiago Reis Góes trazem a discussão sobre como o governo maneja a política monetária para atingir a meta de inflação estabelecida, bem como analisam os impactos da política fiscal contracionista sobre as contas do setor público.

Em outro artigo intitulado **Brasil: rumos da nova temporada agrícola seguem indefinidos**, de Paulo Sérgio Souza Ferreira e Antônio Plínio Pires de Moura, revela-se que os dados do PIB do segundo trimestre de 2005 reiteram a desaceleração econômica. Ressalta-se, assim, que é preciso ter cuidado na condução da política econômica, a fim de se evitar uma desaceleração ainda maior no nível da atividade.

Espera-se que essa recente acomodação dê lugar, havendo uma estabilidade da taxa básica de juros nos próximos meses e uma suave desvalorização na taxa de câmbio, a uma expansão em que se eleve, novamente, a taxa de emprego e do rendimento.

Nessa C&P discorre-se, através da descrição de uma nova metodologia, sobre o processo de construção de indicadores macroeconômicos que auxiliará o planejamento estadual no balizamento de suas políticas públicas.

Comércio varejista em expansão

Joseanie Mendonça*

O primeiro semestre de 2005 foi especialmente favorável para o comércio varejista, que apresentou expansão acumulada de 7,27% no período, comparando-se com o primeiro semestre de 2004. Essa expansão do volume de vendas está alicerçada, sobretudo, pela recuperação do poder de compra das famílias, o que, por sua vez, se deve a contenção do imposto inflacionário sobre os salários, o aumento da massa salarial, a recuperação do mercado de trabalho no período e, ainda pelas promoções e liquidações dos varejistas.

Nesse período, as taxas de desemprego também caíram sensivelmente, em junho esse indicador situou-se em 25,5% da População Economicamente Ativa (PEA), uma ligeira redução comparando-se a maio, quando essa taxa permaneceu em 25,8%, segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Entre maio e junho de 2005 o nível ocupacional cresceu 0,7%. Além disso, a PEA manteve-se estável, durante todo o primeiro semestre do ano e no mês de maio verificou-se ainda o aumento do salário mínimo. A soma de todos esses fatores terminou por influenciar positivamente o volume de vendas do comércio.

Assim, estabilizadas a oferta e demanda por trabalho, uma vez que a geração de postos de trabalho na Região Metropolitana de Salvador (RMS) compensou a demanda por trabalho, a massa salarial sofreu discreto incremento por conta do reajuste do salário mínimo, resultando em bons augúrios para o comércio varejista. Esse movimento manifestou-se nos diversos segmentos que compõem o indicador de volume de vendas da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), com destaque para o segmento de bens duráveis.

Neste contexto, os segmentos de Equipamentos e materiais para escritório informática e comunicação (53,82%) e Móveis e eletrodomésticos (42,15%) tiveram participação relevante, seguidos pelos demais segmentos exceto por Combustíveis e lubrificantes e Livros, jornais, revistas e papelaria que acumularam, no período, variações negativas, respectivamente, -14,29% e -3,38%. Vale ressaltar que o desempenho favorável apresentado nos últimos 12 meses contribuiu para o varejo ac umular, no período dos seis primeiros meses de 2005, acréscimo de 8,31% (Tabela 1).

Ressalve-se ainda que o crescimento das vendas do varejo deu-se num momento de elevadas taxas de juros. Contudo, foi no mês de junho/05 que o Comitê de Política Econômica (COPOM) reduziu a taxa básica de juros (Selic) após vários meses de altas consecutivas (de setembro/04 a maio/05 essa taxa passou de 16% para 19,75%).

Entretanto, a partir de junho/05, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), utilizado para o estabelecimento de metas de inflação pelo governo, registrou deflação (0,02% em junho). Os índices de preços ao consumidor mostraram arrefecimento da inflação em maio, influenciados, principalmente, pela desaceleração dos preços monitorados e dos alimentos, o que influenciou o resultado de junho também.

Além disso, o crescimento do volume de vendas também se deveu ao aumento do crédito ao consumidor. Isso explica, inclusive, a maior demanda por móveis e eletrodomésticos no período, uma vez que esses bens em sua maioria são comercializados mediante financiamento.

---

* Especializanda em Planejamento e Gestão Governamental pela UNIFACS, Economista pela UCSal e Pesquisadora da SEI.

Tabela 1
Indicadores de desempenho do comércio varejista, segundo grupo de atividade: Bahia, Jun/2005 R$

Atividades	Valor nominal de vendas			Volume de vendas [1]		
	Mensal [2]		Acumulada	Mensal [2]		Acumulada
	Maio	Junho	No ano [3]	Maio	Junho	No ano [3]
Comércio varejista *	**11,46**	**12,72**	**13,53**	**4,14**	**6,76**	**7,27**
1 - Combustíveis e lubrificantes	- 2,64	- 7,77	2,71	-19,78	-20,21	-14,29
2 - Hipermercados, supermercados, Prods. Alimentícios, bebidas e fumo	7,37	10,48	8,91	7,22	9,94	10,19
2.1 - Hipermercados e superm.	5	6,92	6,62	5,02	6,33	7,97
3 - Tecidos, vestuário e calçados	26,97	29,8	27,02	16,99	19,65	16,6
4 - Móveis e eletrodomésticos	46,3	46,65	47,12	39,6	41,24	42,15
5 - Art. Farm.med.ort.e de perfum.	17,62	20,06	13,75	12,12	14,79	9
6 - Equip.mat.p/esc.inf. comunicação	37,76	72,37	46,78	48,85	87,19	53,82
7 - Livros,jornais,rev.e papelaria	-3,61	23,9	7,81	-13,4	12	-3,38
8 - Outros art.de uso pess. e domest.	14,82	24,23	17,27	6,04	16,12	8,66
9 - Veículos e motos,partes e peças	12,99	14,73	21,73	4,33	5,54	11,09
10 - Material de construção	6,02	3,23	11,25	-7,49	-9,57	-3,52

Fonte: IBGE/PMC
* O Indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das ativ. numeradas de 1 a 8.
[1] Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.
[2] Compara a variação mensal do mês de referência com igual mês do ano anterior.
[3] Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

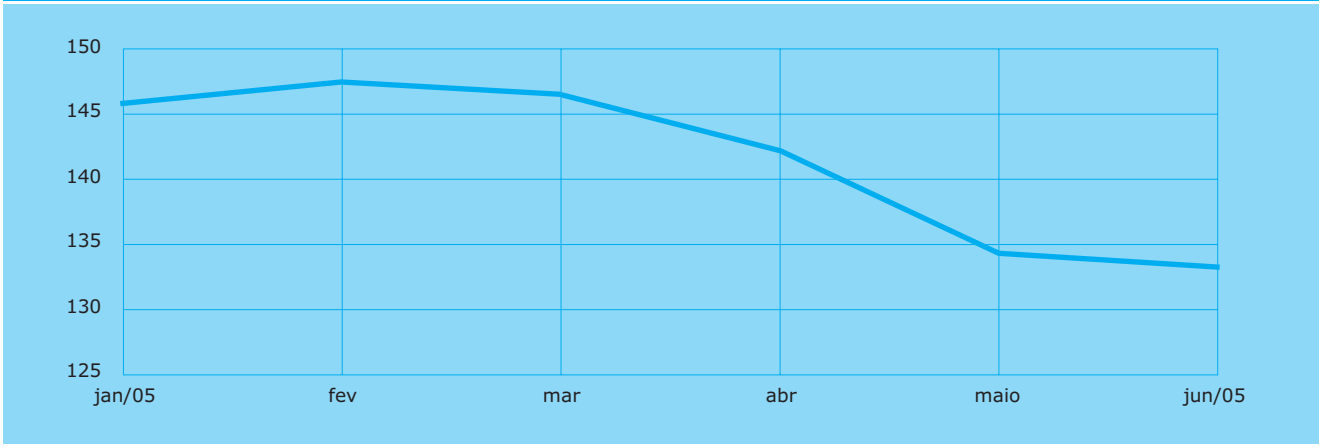
Por fim, não se pode esperar que o segundo semestre de 2005 obtenha o mesmo resultado positivo que o primeiro semestre, uma vez que não necessariamente as taxas de juros continuarão caindo, como também os níveis de inadimplência podem levar os bancos a conter a oferta de crédito, sobretudo ante a ameaça de elevações da taxa de inflação e/ou de juros. A despeito da crise política que assola o país, o Índice de Confiança do Consumidor demonstra possibilidade de queda no próximo semestre do ano, com desaceleração já a partir de junho (Gráfico1).

Referências

IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio. Disponível em : http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 25 ago. 2005.

SEI. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Disponível em : http://www.sei.ba.gov.br. Acesso em 25 ago. 2005.

Gráfico 1
Evolução do índice de confiança do consumidor: Brasil, Jan - Jun/2005



Fonte: IPEADATA

Conjuntura Econômica Baiana

No primeiro semestre de 2005, os principais indicadores da economia baiana - comércio exterior, produção industrial, vendas no comércio e IMEC-, registraram taxas positivas, confirmando a expectativa de crescimento e a expansão da economia baiana dentro do cenário nacional.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM - IBGE, registrou, no primeiro semestre de 2005, variação positiva de 2,5% em relação ao primeiro semestre de 2004. As indústrias de veículos automotores (46,8%) de minerais não-metálicos (6,7%) e de alimentos e bebidas (10,5%) são as que apresentaram as maiores taxas no acumulado do ano. Por outro lado, setores importantes da indústria baiana - refino de petróleo e álcool (-2,1%) e metalurgia básica (-9,8%) registraram queda no acumulado do ano.

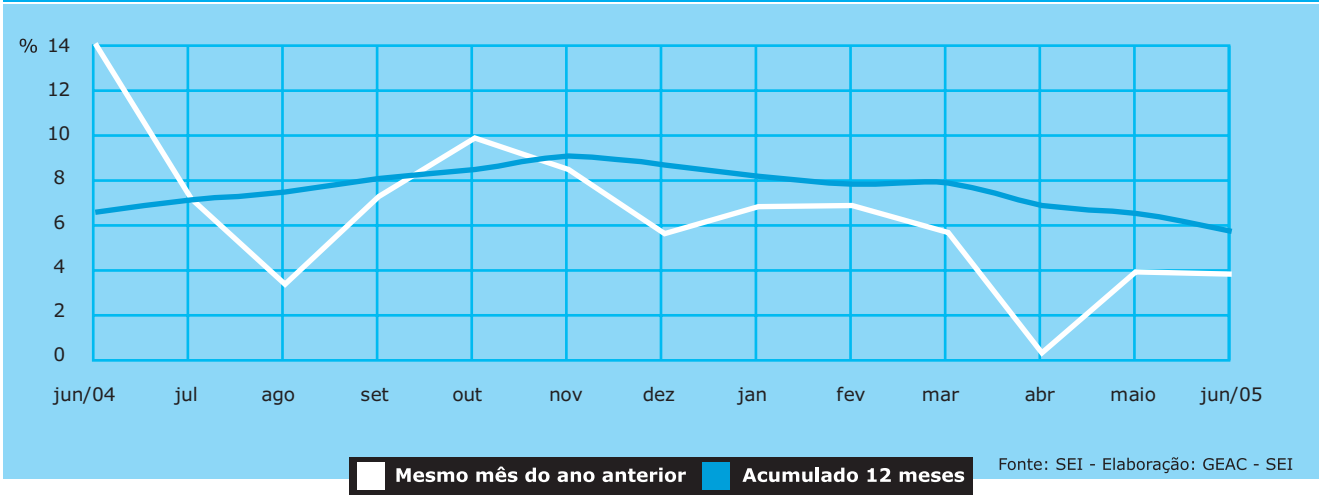
No comércio exterior, de janeiro a julho de 2005, as exportações registraram crescimento de 42,9%, enquanto que as importações cresceram 20,1%. O valor total das exportações foi de US$ 3.023 bilhões e das importações foi de US$ 1.814 bilhão, gerando um saldo superavitário de US$ 1.209 bilhão.

O comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, registrou variação positiva no volume das vendas de 7,3% no primeiro semestre de 2005. Os segmentos que apresentam as maiores taxas de crescimento no ano são: equipamentos e materiais para escritório (53,8%), móveis e eletrodomésticos (42,2%) e tecidos e vestuários (16,6%). Já o segmento veículos e móveis registra crescimento de 11,0% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou alta de 0,14% no mês de agosto. No acumulado do ano, janeiro a agosto, Salvador acumula alta nos preços de 3,3%. Nesse mesmo período, em 2004, o IPC-SEI apresentava taxa de 5,1%. No acumulado do ano, os grupos Habitação e encargos (14,8%) e Despesas pessoais (4,9%) são os que mais pressionam na formação da taxa.

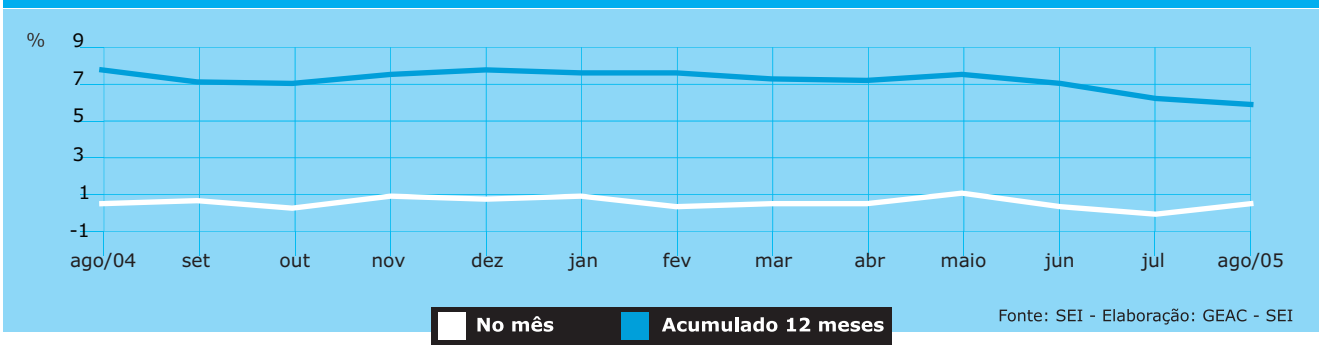
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), fechou março com taxa de desemprego em 24,9% e média anual de 25,2%. No mês de julho, 1.291 milhão de pessoas declararam estar exercendo alguma atividade econômica, para uma População Economicamente Ativa (PEA) de 1.719 milhão, indicando, assim, haver 428.000 pessoas desempregadas na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



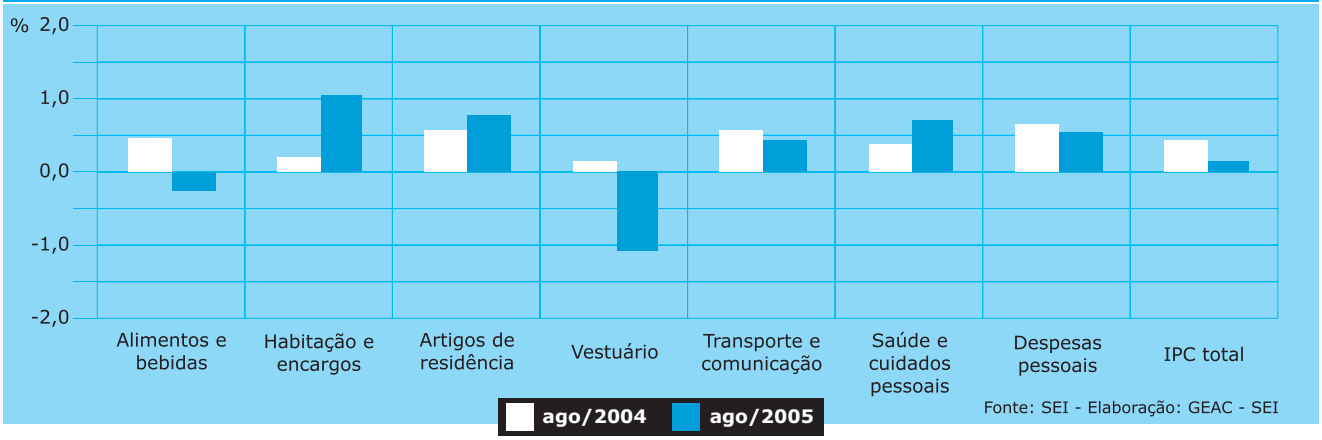
Em junho, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC registrou alta de 4,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Apesar do crescimento verificado em junho, observando-se o acumulado dos doze meses, o índice mantém a tendência de queda, uma vez que este fechou em 6,8% ante 7,7% no mês de maio. Essa tendência de queda é confirmada pela variação negativa de 0,3% entre os meses de maio e junho de 2005.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



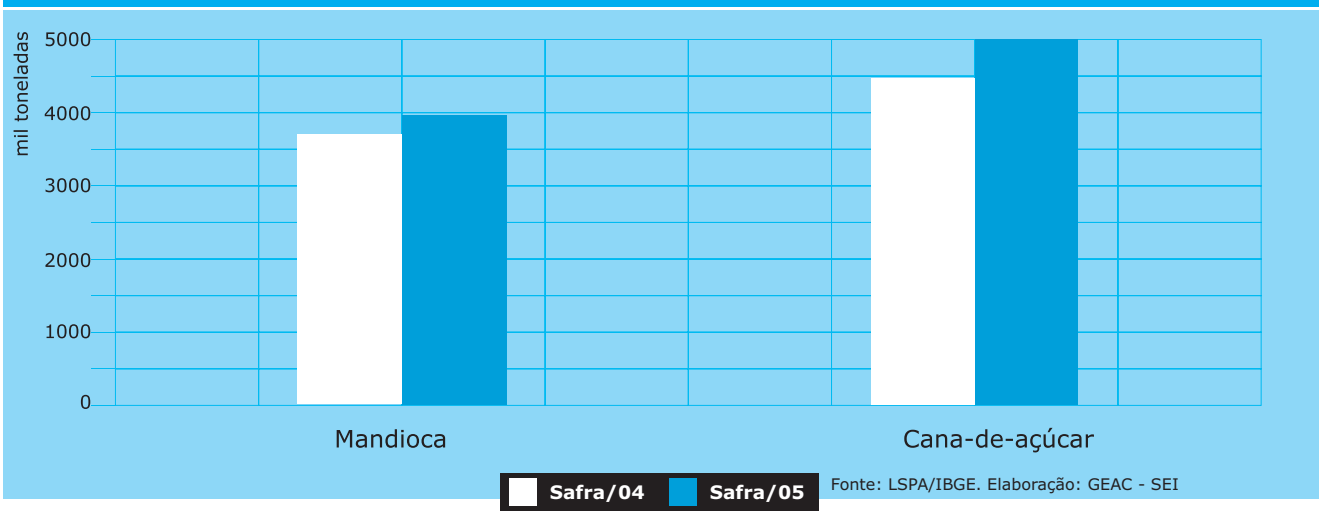
No mês de agosto, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, registrou variação positiva de 0,14%. Após a variação do mês, o índice acumula, nos 12 meses, alta de 5,6%. No acumulado dos doze meses, os grupos Habitação e encargos (17,05%) e Transporte e comunicação (8,3%) foram os que mais pressionaram na determinação da taxa geral. Por outro lado, artigos de residência (1,5%) continua sendo o item que exerce menor pressão na taxa de inflação.

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



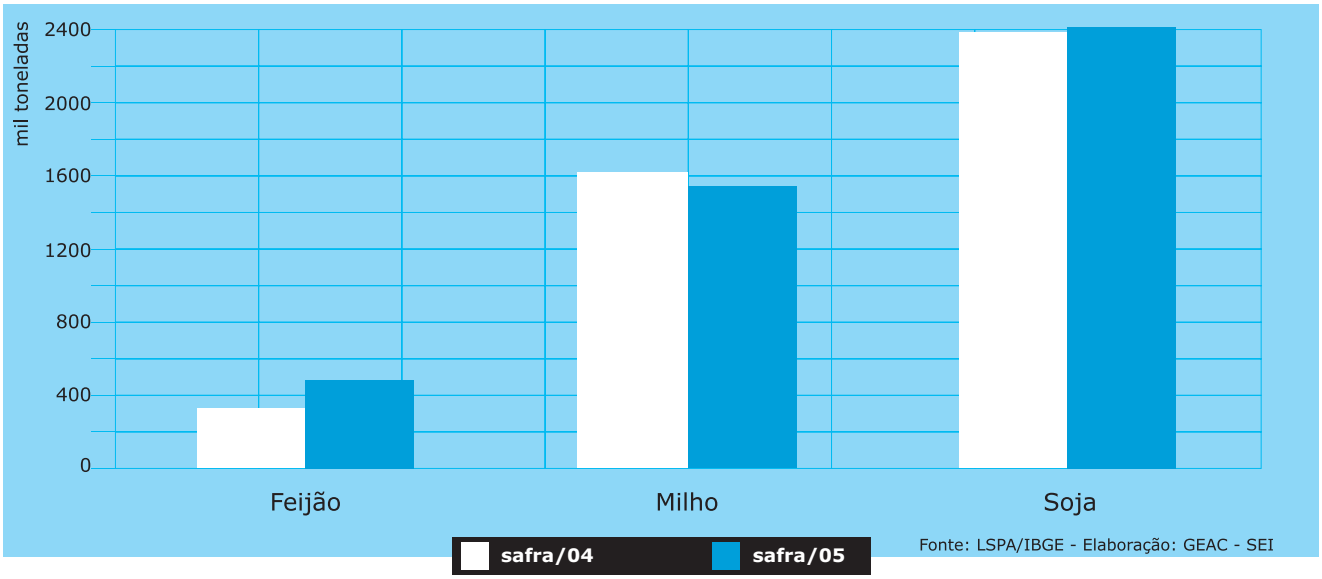
No mês de agosto, os grupos de habitação e encargos (1,08%) e de despesas pessoais (0,6%) registraram as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens habitação (2,2%) e educação (2,0%) registraram as maiores elevações. No mesmo período, os grupos de alimentos e bebidas (-0,3%) e vestuário (-1,1%) registraram contribuições negativas.

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



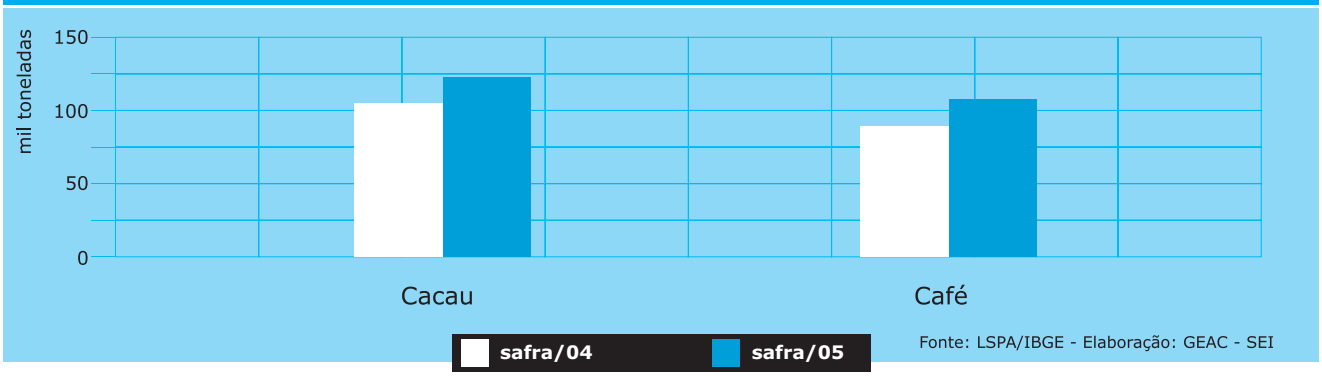
As estimativas para a safra baiana, realizadas em agosto de 2005 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), apontam elevação de 7,0% para a safra de mandioca. Esses números refletem o aumento da área plantada (3,4%) e da área colhida (3,7%). Para a cana-de-açúcar, seguem as estimativas de elevação da produção (10,0%), iniciando uma trajetória de reversão de estimativas anteriores que apontavam queda da produção.

Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



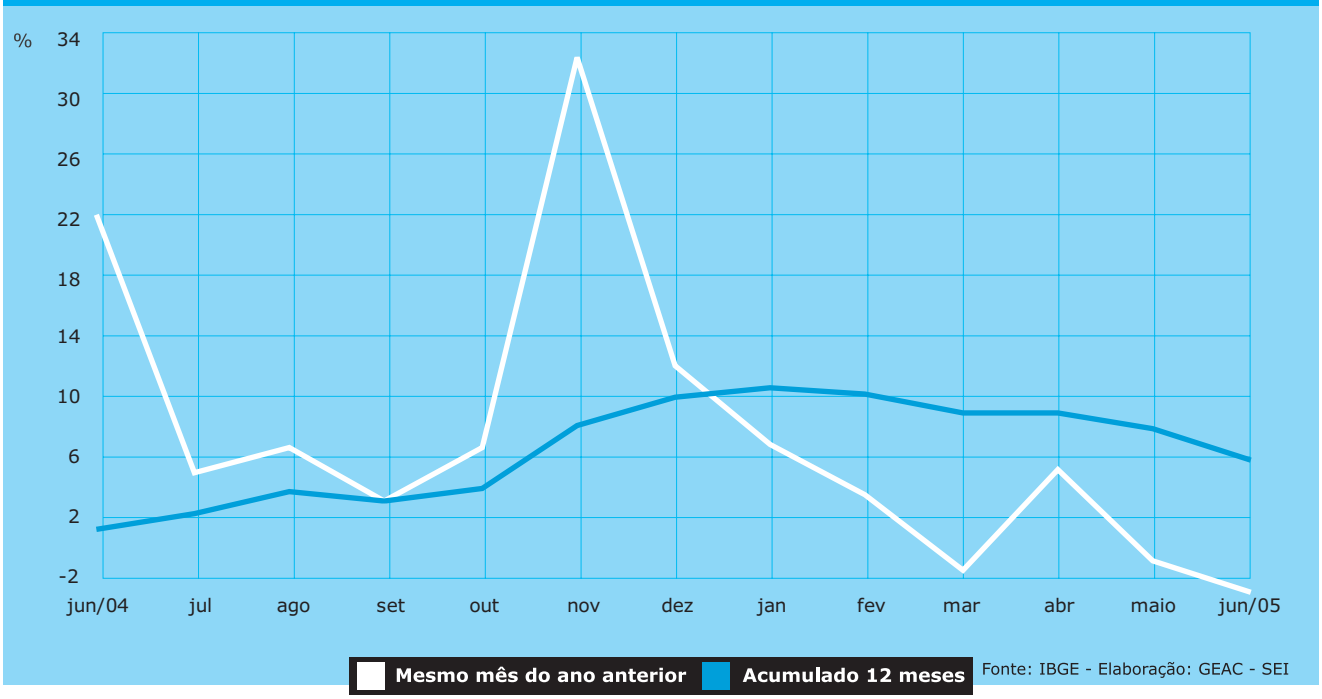
As estimativas do LSPA mantêm a expansão para safra 2005 de feijão em aproximadamente 47%. Condições climáticas favoráveis (boa distribuição de chuvas) são responsáveis pela observação significativa. Para o milho, aponta-se redução da safra em 5%, refletindo a conjuntura de preços do grão. Para a soja, tem-se aumento da produção em 1,6%, reflexo da expansão das áreas plantada e colhida em 6,0%, embora o rendimento da lavoura apresente pequena redução (4,0%).

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



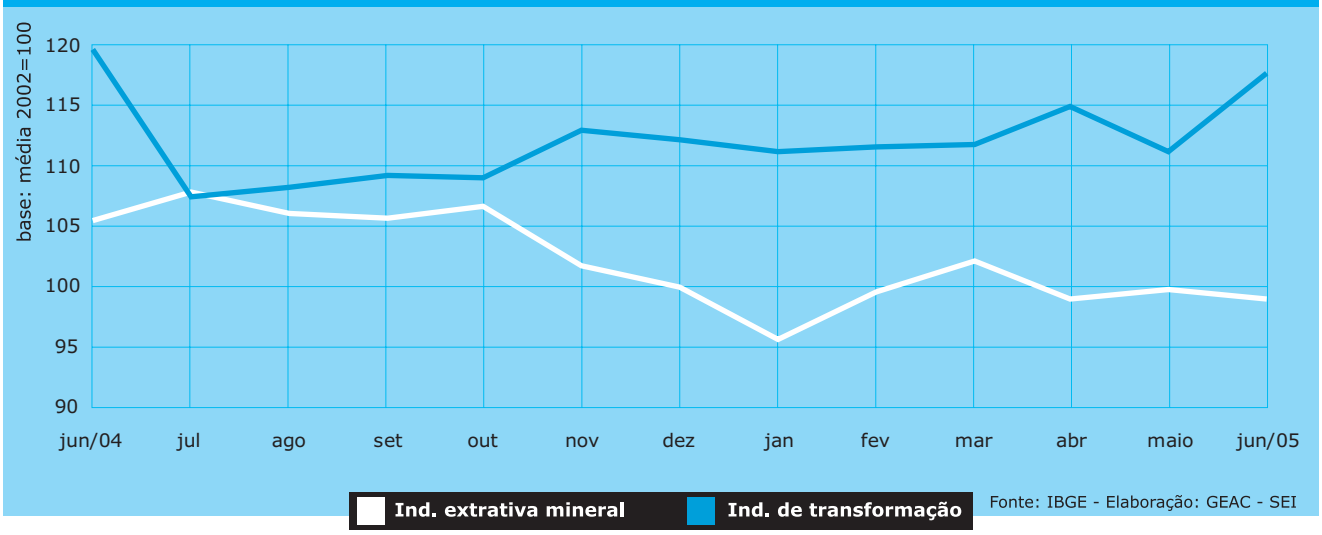
Para a lavoura cacaueira, tem-se aumento de 4,0% da produção. Esse número reflete os incrementos da área plantada (2%) e do rendimento da lavoura (1,6%). Para o café, têm-se as estimativas de elevação da produção em aproximadamente 4,4%. Os cafeicultores enfrentam conjuntura positiva de preços do grão, estimulando a produção e a comercialização dos estoques. Entretanto, observam-se reduções das áreas plantada (1,5%) e colhida (1,3%), compensadas pelo aumento do rendimento (5,7%).

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



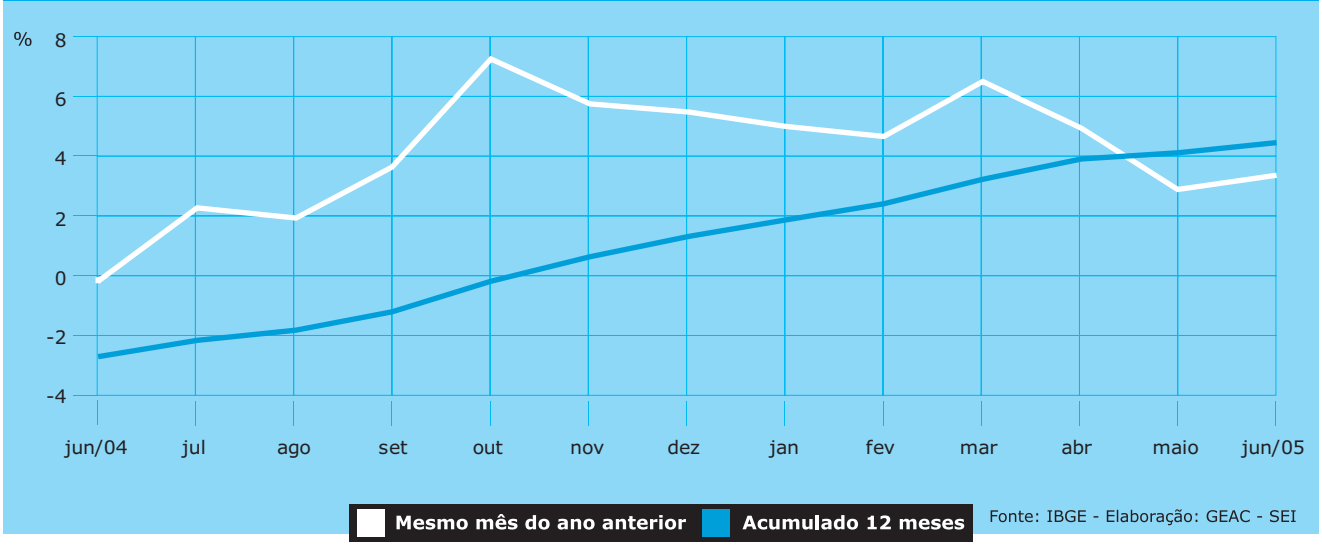
A produção da indústria de transformação da Bahia registrou, em junho, queda de 1,8% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – PIM-IBGE. Os setores de refino de petróleo e álcool (-5,5%) e produtos químicos (-7,8%) foram os que apresentaram as maiores contribuições negativas. Já nos doze meses a taxa manteve a tendência de queda registrada nos cinco primeiros meses, fechando em 6,6%.

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia



A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana mostra taxa positiva de 5,9%, na comparação entre junho e maio de 2005. Os setores que mais influenciaram o desempenho positivo foram Alimentos e bebidas, com taxa de 4,6%, refino de petróleo e produção de álcool (2,3%) e borracha e plástico, com acréscimo de 1,7%. A indústria extrativa mineral voltou a registrar queda (-3,0%), após a recuperação nos meses de fevereiro e março.

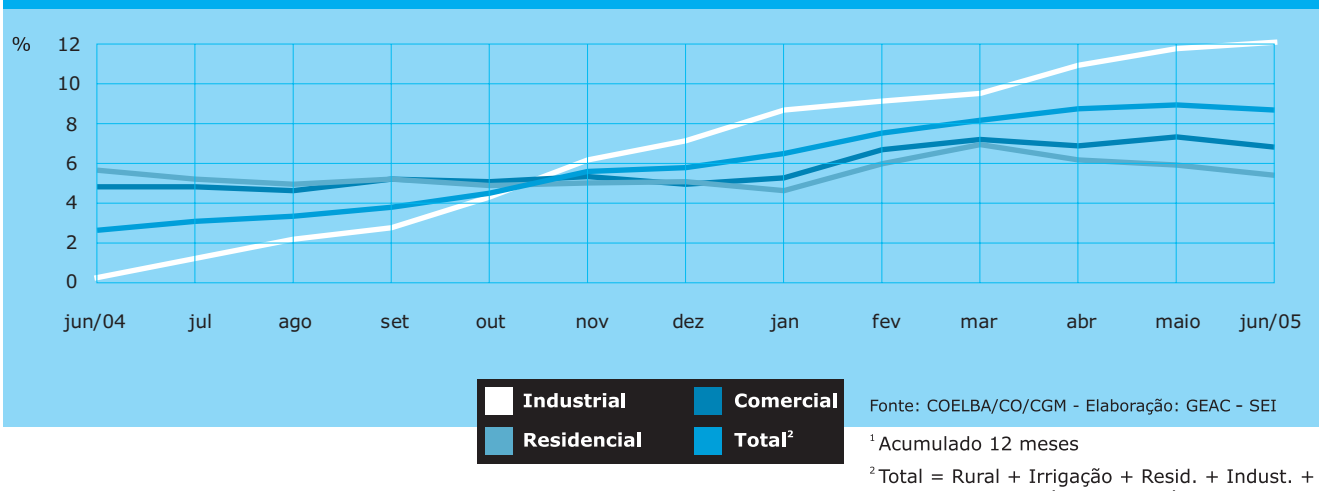
Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE - Elaboração: GEAC - SEI

O emprego na indústria de transformação baiana registrou, em junho de 2005, acréscimo de 3,4% em relação a junho de 2004. Com isso, no acumulado dos últimos doze meses, manteve-se a trajetória de crescimento, passando de 4,2%, em maio, para 4,5%, em junho. No indicador mensal (junho de 2005), os segmentos que apresentaram os maiores aumentos de pessoal ocupado foram máquinas e equipamentos exclusive elétricos (67,8%) e madeira (19,8%).

Taxa de variação do consumo de energia elétrica[1] - Bahia



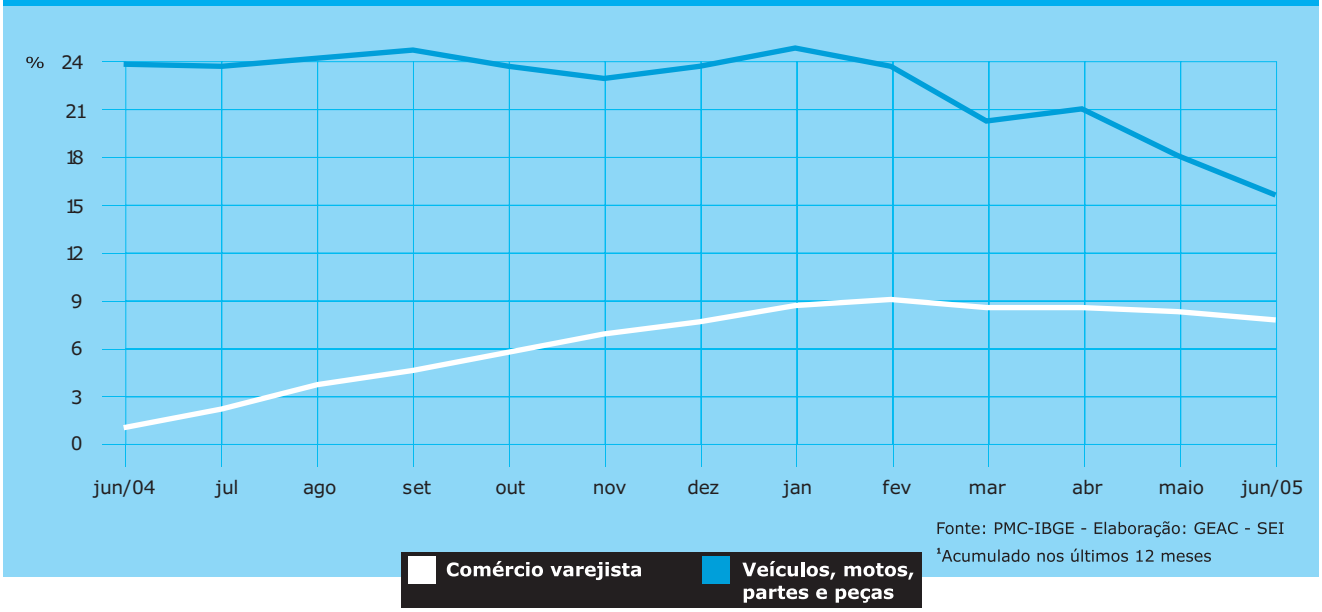
Fonte: COELBA/CO/CGM - Elaboração: GEAC - SEI

[1] Acumulado 12 meses

[2] Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE

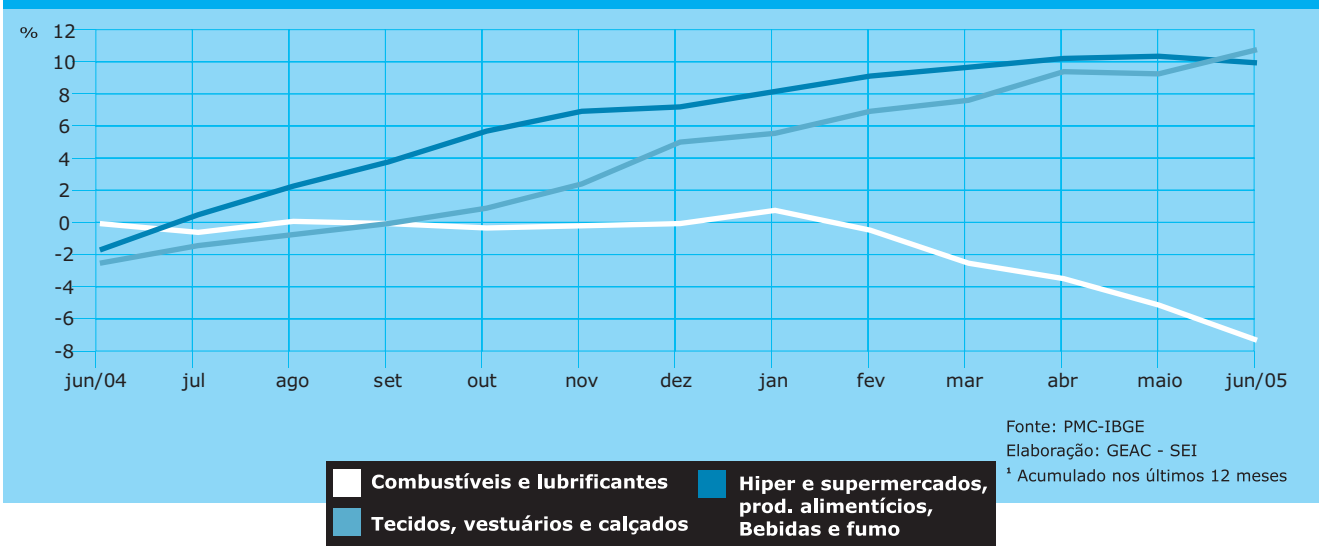
O consumo total de eletricidade no estado da Bahia manteve, em junho de 2005, trajetória de crescimento, registrando alta de 8,5% no acumulado dos 12 meses. Dentre os principais consumidores, a indústria continua apresentando a maior taxa de crescimento, acumulando alta de 11,8%. O consumo comercial teve pequena redução em relação ao mês de maio (0,5 p.p) e o consumo residencial manteve-se praticamente estável em relação aos meses anteriores (8,5%).

Taxa de variação de volume de vendas no varejo[1] - Bahia

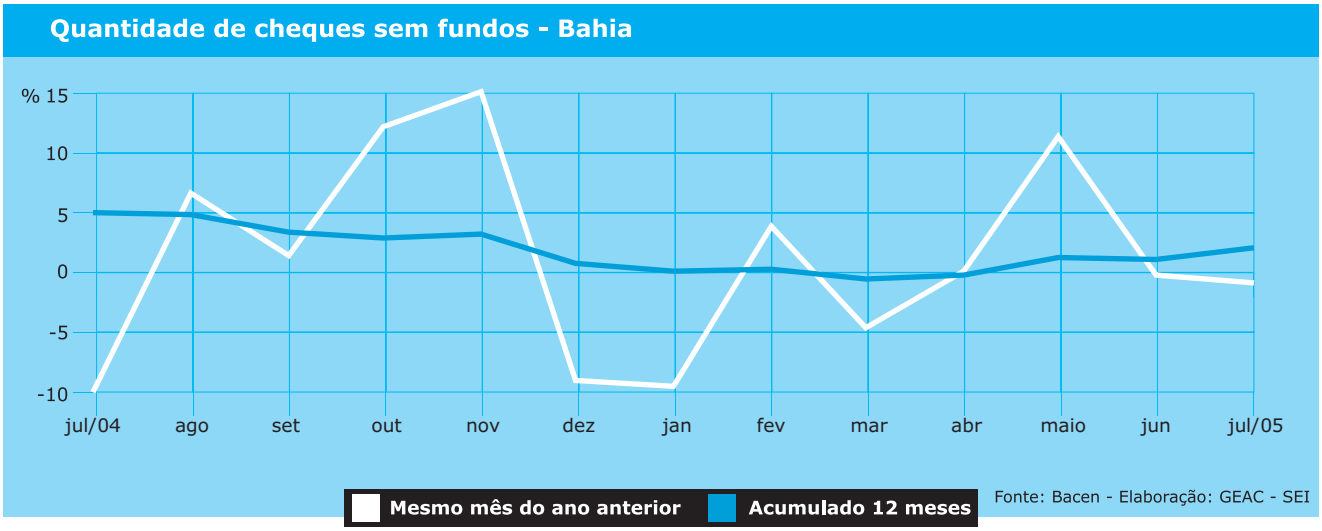


O comércio varejista na Bahia apresentou, no mês de junho de 2005, um acréscimo de 6,8% no volume de vendas. A Pesquisa Mensal de Comércio (IBGE) apurou para o acumulado dos últimos doze meses uma expansão de 8,3%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento de 5,5% ante igual mês de 2004. A aceleração nas vendas apresentada pelo grupo é explicada pelo acirramento da concorrência entre as revendedoras. Nos últimos doze meses, o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 15,9%.

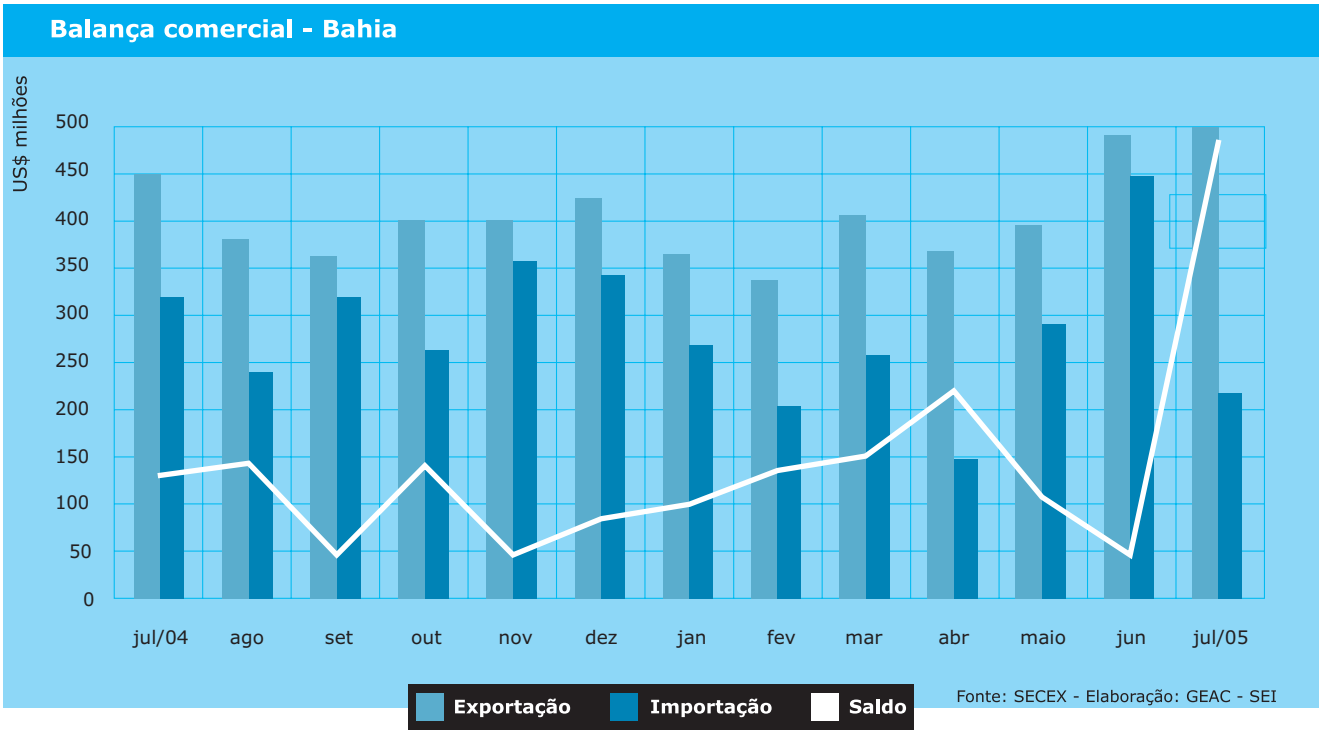
Taxa de variação do volume de vendas no varejo[1]: principais segmentos - Bahia



Segundo a PMC (IBGE) o segmento de Móveis e eletrodomésticos apresentou para o acumulado dos últimos doze meses, até junho/05, um crescimento de 43,8% no volume de negócios. Esse desempenho continua sendo explicado pela ampliação do crédito direto ao consumidor e dos empréstimos pessoais consignados em folha verificados nos últimos meses, além da ampliação dos prazos de parcelamento. O mesmo comportamento positivo foi verificado para os segmentos Tecidos e vestuário e Hiper e supermercados, com 10,8% e 10,0%, respectivamente.

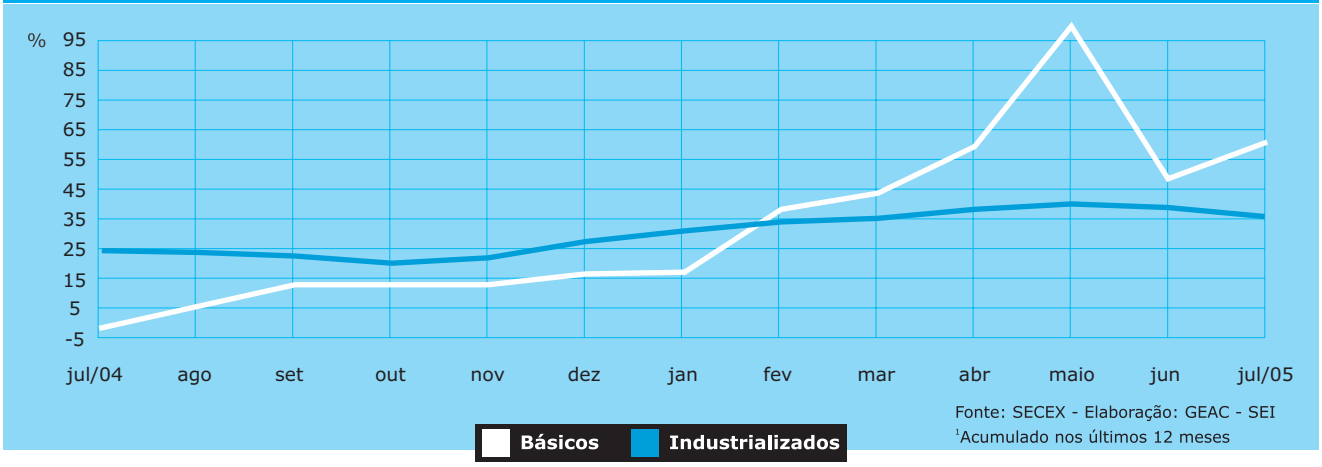


No mês de julho de 2005, foram emitidos cerca de 369.000 cheques sem fundos no estado da Bahia. Esse volume, apesar de ser maior que o de junho de 2005 (+1,9%), é inferior ao do mesmo mês de 2004 (-1,0%). Nos doze meses, a taxa acumulada está em 1,8%, mantendo-se assim a tendência de crescimento nas emissões de cheques sem fundos.



A balança comercial baiana registrou, em julho de 2005, saldo recorde de US$ 473,6 milhões. As vendas externas alcançaram US$ 688,9 milhões, o que representa um crescimento de 55,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US$ 215,3 milhões, com queda de 32,0% em relação a julho de 2004. Com esses resultados, o saldo total acumulado nos doze meses atingiu a cifra recorde de US$ 1.778,8 bilhão.

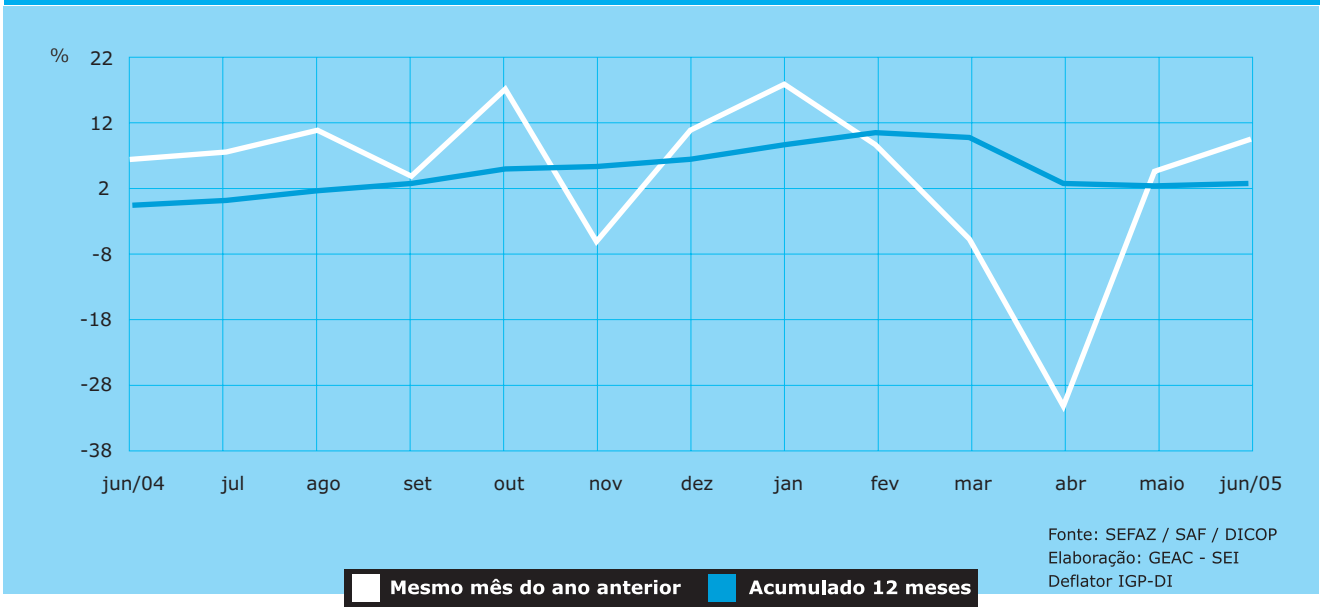
Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado[1] - Bahia



Fonte: SECEX - Elaboração: GEAC - SEI
[1]Acumulado nos últimos 12 meses

Analisando-se as exportações por fator agregado, verifica-se que no acumulado dos doze meses, as vendas de Produtos básicos representam o maior incremento no valor total exportado, com crescimento de 59,7%. Já a categoria Produtos industrializados registra crescimento de 34,9% , também no acumulado dos doze meses, sendo que este crescimento vem se dando de forma decrescente nos últimos dois meses.

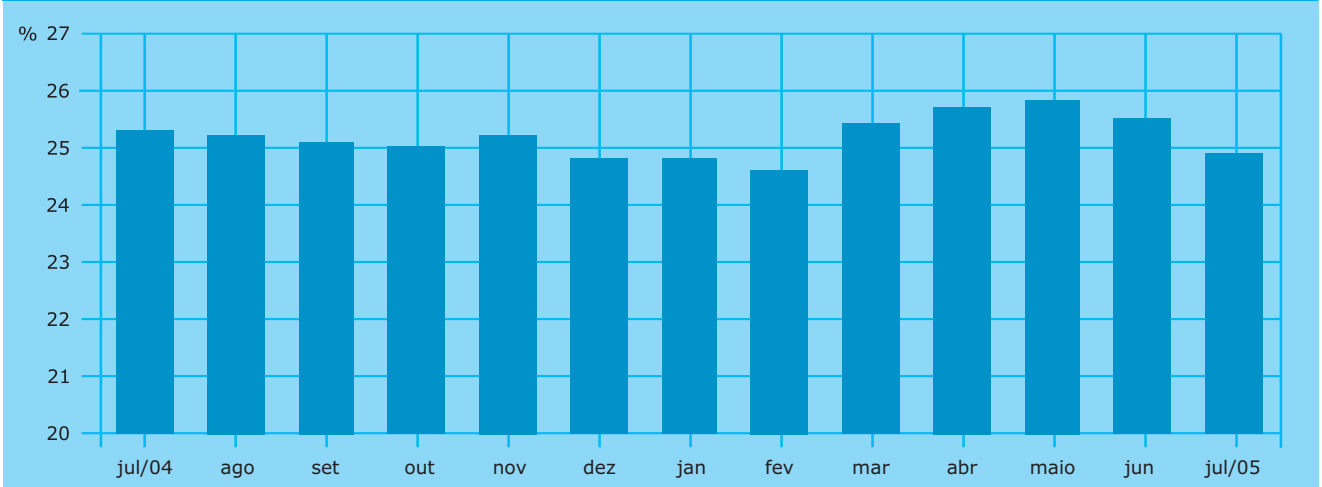
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ / SAF / DICOP
Elaboração: GEAC - SEI
Deflator IGP-DI

A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de junho de 2005, variação positiva de 8,9% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação de ICMS foi de R$ 616.439 milhões. Nos doze meses, a arrecadação da Bahia registra crescimento de 2,4%, mantendo-se praticamente estável nos últimos 3 meses. No ano, a arrecadação acumula queda de 1,9% na comparação com o mesmo período de 2004.

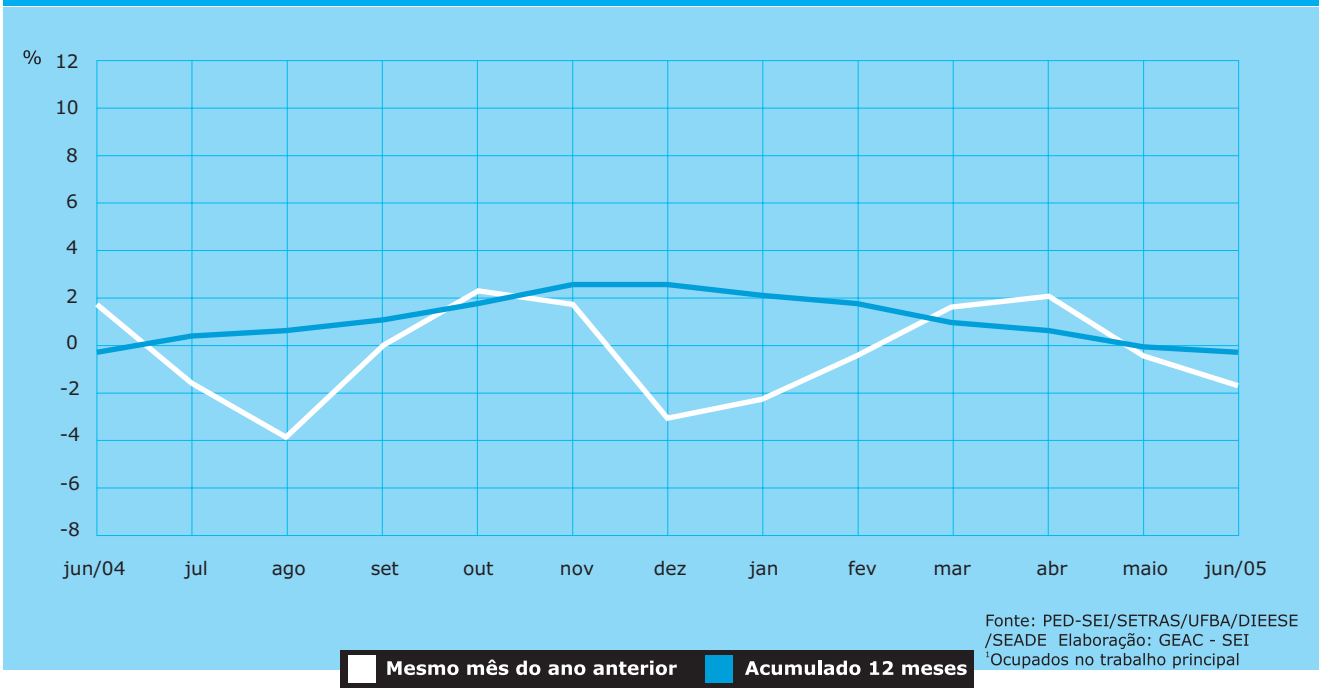
Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC - SEI

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, houve uma ligeira redução da taxa de desemprego em relação ao mês anterior, alcançando 24,9% da PEA em julho/05. O contingente de desempregados passou para 428 mil pessoas no período. A geração de 21 mil novos postos de trabalho compensou a pressão da demanda por trabalho, que cresceu 0,9% com a entrada de 15 mil novas pessoas no mercado de trabalho.

Taxa de variação do rendimento médio real[1] - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE /SEADE Elaboração: GEAC - SEI
[1]Ocupados no trabalho principal

O rendimento médio real dos ocupados, na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou redução de 1,9% em junho de 2005, comparando-se ao mesmo mês do ano anterior; no acumulado dos últimos 12 meses, o rendimento real vem acumulando taxa negativa de 0,63%. Isso se explica pela redução da massa de rendimentos reais, que ficou 0,9% menor para os ocupados. Nos últimos 12 meses, essa massa acumulou perdas de 1,8%.

Brasil: rumos da nova temporada agrícola seguem indefinidos

Paulo Sérgio Souza Ferreira*
Antônio Plínio Pires de Moura**

A atual política macroeconômica de taxa de juros elevada e de constantes superávits primários mês a mês, em associação com a valorização cambial, vem provocando uma desaceleração do nível de atividade desde o quarto trimestre de 2004. A agropecuária e o agronegócio também vêm sofrendo os impactos negativos das políticas econômicas e da valorização da taxa de câmbio. Além disso, os fatores climáticos não foram favoráveis à agricultura, provocando uma quebra na safra do primeiro semestre de 2005.

Os dados do PIB do segundo trimestre de 2005 reiteraram a desaceleração do nível de atividade, mesmo com a taxa de crescimento de 1,4%, em relação ao trimestre imediatamente anterior (Tabela 1). Depois de dois trimestres consecutivos de crescimento parco (quarto trimestre de 2004 e primeiro trimestre de 2005 – ver Tabela 1), provocado pelo aumento da taxa de juros, o PIB apresentou um resultado, em certa medida, positivo; melhor, inclusive, do que o esperado pela maioria dos analistas.

O desempenho recente do PIB foi impulsionado principalmente pelo setor industrial, que no 2º trimestre registrou um crescimento de 3% no cotejo com o trimestre imediatamente anterior. Já o setor agropecuário – único responsável pelo crescimento do PIB no primeiro trimestre do ano, no segundo trimestre, apresentou um crescimento menos expressivo (1,1%). Nos últimos três trimestres, a agropecuária

* Acadêmico do Curso de Economia da FCE/UFBA e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC).

** Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e membro do NEC.

Tabela 1
PIB: Brasil, trimestre em relação ao trimestre anterior *– 2004/2005 %

Setor de Atividade	2004		2005	
	Jul-Set	Out-Dez	Jan-Mar	Abr-Jun
PIB	1,2	0,7	0,4	1,4
Por setor de Atividade				
Agropecuária	-2,2	2,3	1,7	1,1
Indústria	2,5	0,8	-0,8	3,0
Por componente da Demanda Final				
Consumo das Famílias	1,3	1,1	-0,2	0,9
FBKF	6,2	-2,9	-3,6	4,5
Exportação	2,3	4,3	3,3	2,6

Fonte: IBGE - Contas Nacionais
*Com ajuste sazonal

vem apresentando crescimentos trimestrais menores a cada mês (4º trimestre de 2004 e 1º e 2º trimestres de 2005). Além dos fatores climáticos e econômicos, que provocaram uma tendência de desaceleração do setor agropecuário, outro problema surgiu no primeiro semestre de 2005: as dificuldades de financiamento da safra e de rolagem das dívidas anteriores dos produtores rurais.

O desempenho recente do PIB foi impulsionado principalmente pelo setor industrial, que no 2º trimestre registrou um crescimento de 3% no cotejo com o trimestre imediatamente anterior

Pelo lado da demanda, verificou-se um crescimento do consumo das famílias e da FBKF e uma desaceleração das exportações (Tabela 1). Apesar dessa desaceleração, o setor exportador ainda manteve uma participação significativa na formação do PIB, no segundo trimestre de 2005; contudo, o setor perdeu posição, pois "as exportações, apesar de ainda estarem em alta, estão perdendo fôlego, com expansão de 12,9% ante 12,7% das importações no primeiro semestre" (PALIS *apud* DURÃO; LAMUCCI, 2005, p. A4).

Quanto ao PIB do agronegócio[1] da agropecuária brasileira, verificou-se um decréscimo de 0,28% no acumulado de janeiro a maio de 2005, segundo a taxa global do agronegócio. Quando este resultado é aberto nos subsetores da agricultura e da pecuária, observa-se que o agronegócio da agricultura, no acumulado de janeiro a maio, apresentou retração de 0,59%. Em relação ao PIB do agronegócio da pecuária, o índice mensal mostra retração do crescimento, em maio, de 0,06%, com acréscimo acumulado no ano de 0,51% (Tabela 2).

As taxas de variação registradas fazem com que a projeção, em agosto de 2005, do PIB do agronegócio do País, para 2005, acuse retração de 0,35%, segundo a CNA/Cepea-USP (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil/Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo).

Desse modo, esse artigo tem como propósito apresentar os elementos conjunturais da agropecuária e do agronegócio, ressaltando os efeitos das políticas econômicas, da valorização do câmbio, dos problemas climáticos e da dificuldade de financiamento da safra sobre a desaceleração do setor por meio de alguns indicadores. Para alguns analistas do mundo rural, não estaríamos vivendo uma desaceleração da agropecuária, mas sim uma crise. Parte-se aqui

[1] O conjunto do PIB do agronegócio envolve não apenas a produção primária agropecuária, mas também os segmentos de insumos, indústria e distribuição.

Tabela 2
PIB do agronegócio: Brasil , Jan – Maio/2005[1]

2005	Agropecuária				
	Básica*	Agronegócio Global**	Insumos	Indústria	Distribuição
	1	2	3	4	5
jan/05	-0,0321	0,2727	0,1056	0,4895	0,3626
fev/05	-0,5797	0,0354	-0,2590	0,4715	0,1993
mar/05	-1,0094	-0,2381	-0,5282	0,2940	-0,0534
abr/05	-0,9382	-0,0852	-0,6123	0,5855	0,1018
mai/05	-1,3559	-0,2597	-1,0602	0,6663	-0,0542
Acum. no ano	-3,8594	-0,2756	-2,3356	2,5318	0,5567

Fonte: CNA/CEPEA-USP
[1] Taxas de Crescimento mensal (%)
* Somente o Setor Primário da Agropecuária; ** Todo o Agronegócio da Agropecuária

do pressuposto que o setor, globalmente, não está vivenciando uma crise, mas sim um arrefecimento no crescimento, com alguns problemas mais críticos em alguns subsetores específicos.

Para esse propósito, além desta introdução, apresenta-se, na segunda seção deste artigo, os diversos indicadores do campo que demonstram a desaceleração do setor. Na terceira seção, procura-se mostrar o efeito positivo do complexo carnes para exportação do agronegócio, que vem desacelerando. Na quarta seção, a preocupação está voltada à descrição das variações da produção agrícola de julho de 2005 em relação a junho do ano corrente. Na quinta seção, analisam-se as indefinições do crédito para a safra 2005/06.

A agricultura e o agro: recuo da produção no campo brasileiro

Numa conjuntura marcada por uma combinação desfavorável entre a política econômica, a elevação dos custos de produção e a quebra da safra provocada por fatores climáticos, a CNA/CEPEA, em agosto de 2005, estimou que o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuário – abrange as 25 principais commodities da agropecuária – irá recuar de R$194 bilhões, em 2004, para R$166,4 bilhões, em 2005. A queda do faturamento bruto das 25 principais commodities marcará o ano de 2005. As maiores reduções no VBP agrícola – com projeção de 21% de decréscimo em relação a 2004 – ocorrerão na soja e algodão (ROCHA, 2005). Esse resultado previsto tende a provocar o recuo no PIB do agronegócio projetado para este ano.

Para Homem de Melo (*apud* LOPES, 2005), professor titular da FEA/USP, a atual política macroeconômica de taxa de juros elevada e Real apreciado vem prejudicando a agricultura e tornando-se a principal responsável pela crise vivida por alguns segmentos do *agribusiness* em 2005. Tal política econômica, adotada pelo atual governo, se assemelha com a linha adotada por Fernando Henrique Cardoso em seu primeiro ano de governo (1994/1998). A persistência da valorização do real frente ao dólar norte-americano, aliado ao insuficiente volume de crédito para a agricultura brasileira disponibilizado pelo Governo Federal em seus planos de safra, tornará mais crítico o problema da queda da receita dos produtores rurais e terá conseqüências negativas sobre o desempenho das exportações do setor. Como o agronegócio tem desempenhado um papel de destaque no superávit comercial brasileiro, a continuidade do receituário neoliberal pode ter conseqüências desastrosas para a economia brasileira. Ainda segundo Homem de Melo (apud LOPES, 2005, p. B-12), "a agricultura hoje é refém da política macroeconômica do governo. E esta política é desfavorável, muito mais do que a política agrícola microeconômica".

Os efeitos negativos da política macroeconômica sobre a agricultura podem ser observados tanto pela redução das receitas dos produtores como pela dificuldade de obtenção de financiamento desta atividade. Segundo Garcia Gasques (apud. LOPES, 2005, p.B-12) o crédito rural representa apenas cerca de um terço das necessidades de capitalização dos produtores rurais. Outro terço é financiado com recursos próprios e o restante é financiado por agroindústrias, incluindo tradings e fabricantes de insumos. Sendo assim, "a política macroeconômica afeta a receita dos produtores. Portanto, prejudica os aportes realizados com recursos próprios" (LOPES, 2005, p, B-12).

A atual política macroeconômica de taxa de juros elevada e Real apreciado vem prejudicando a agricultura e tornando-se a principal responsável pela crise vivida por alguns segmentos do agribusiness em 2005

Essas condições conjunturais adversas criam uma perspectiva nada favorável para a safra 2005/06. Existem previsões de queda na área plantada na temporada, porém acredita-se que a desaceleração vai depender dos rumos da política macroeconômica, podendo

[2] Cálculo realizado em junho por José Garcia Gasques, Coordenador de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, mostra que a receita agrícola das 20 principais lavouras brasileiras deverá atingir R$ 97,7 bilhões em 2005, ante os R$ 109,9 bilhões de 2004 e os R$ 115 bilhões de 2003.

não passar de um tropeço curto, uma vez que para Homem de Melo (*apud* LOPES, 2005, p. B12).

> (...) no médio prazo são boas as perspectivas para o campo, desde que o BC pare de olhar só a inflação e olhe também crescimento, emprego e salário. A produção agropecuária brasileira é extremamente competitiva, mesmo produtos considerados primários têm valor agregado e há investimentos em pesquisa que têm de ser preservados como é o caso da Embrapa.

Na avaliação das entidades patronais do campo, o setor agropecuário está vivenciando "a pior crise de todos os tempos", em virtude de uma combinação explosiva: perda de produção; queda no faturamento bruto; perda de renda; preços em queda; custos em alta e defasagem cambial. A CNA avalia que a atual crise terá reflexos negativos sobre a atividade econômica, a geração de empregos, os baixos preços dos alimentos, as exportações do agronegócio e a arrecadação tributária. A crise afeta em especial a produção de soja, arroz, trigo, milho, algodão, feijão, vinho e bovinocultura de corte.

A crise no campo, segundo a CNA, já prejudica a capacidade do país de gerar novos postos de trabalho. O saldo de empregos formais (total de admissões menos o total de desligamentos) apurado pelo Caged/MTE, foi 7,1% menor no acumulado de janeiro a junho de 2005 em relação à igual período do ano passado. Este descenso teria sido provocado, principalmente, pela queda da capacidade do setor agropecuário de gerar novos empregos , tal como já havia acontecido em segmentos da indústria de transformação vinculados ao setor rural.

É preciso ressaltar que esse cenário de crise delineado pela CNA não é tão amplo assim. A CNA, instituição patronal dos produtores rurais, ao pintar um quadro de crise visa reforçar mudanças nas políticas econômicas do governo destinadas a incrementar a renda dos produtores rurais. Alguns setores da agropecuária estão realmente sofrendo com a conjuntura atual; contudo, esse momento negativo não afeta todos os setores e alguns deles continuam mantendo uma margem de lucro elevada.

A crise no campo, segundo a CNA, já prejudica a capacidade do país de gerar novos postos de trabalho

Complexo Carnes ajuda no bom desempenho das exportações, mas estimativas do PIB do agronegócio são pessimistas

O Complexo Carnes (carnes suína, bovina e de frango) voltou a ter uma participação primordial nos recordes obtidos das exportações e do superávit da balança comercial do agronegócio do país em julho de 2005, segundo Ministério da Agricultura. Os embarques do complexo geraram uma receita de US$ 786,1 milhões, cerca de 43,3% a mais que em julho de 2004, enquanto os saldos também cresceram aproximadamente 43,4% na mesma comparação. Os setores associados à pecuária continuam se beneficiando da boa performance das exportações de carne bovina, suína e frango; pela conquista de novos mercados, em função da boa qualidade do produto brasileiro; e de crises sanitárias, como o "mal da vaca louca" - que afetou os rebanhos dos Estados Unidos e da Europa - e da gripe aviária - que afetou a China e importantes produtores do sudeste asiático.

Outro complexo que se destacou, no mesmo período, foi o de açúcar e álcool, cujas exportações cresceram 39,2% e cujo superávit elevou-se em 39,2%. Por outro lado, o complexo soja, que inclui grão, farelo e óleo, apresentou queda nas receitas. Neste segmento, as exportações caíram 3,4% na comparação anual, enquanto o saldo caiu em 3,6%, segundo o Ministério da Agricultura.

No acumulado de janeiro a julho de 2005, as exportações do campo alcançaram US$ 24, 273 bilhões, 9,1% a mais que em igual período de 2004; o saldo aumentou 10%, passando de US$ 19,441 bilhões para

[3] Sozinha, a atividade agropecuária registrou um saldo de 187.494 empregos no primeiro semestre, o pior resultado dos últimos 4 anos. O saldo deste ano sofreu decréscimo de 15,4% em relação ao mesmo período de 2004, que foi de 216.430, ou seja , representa menos 28.936 empregos.

US$ 21,383 bilhões. O Complexo Carnes e o grupo açúcar e álcool[4] também foram determinantes nos resultados positivos obtidos.

No acumulado de janeiro a julho de 2005, as exportações do campo alcançaram US$ 24, 273 bilhões, 9,1% a mais que em igual período de 2004

No que tange ao desempenho do PIB do agronegócio, os levantamentos feitos pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Cepea/Esalq) refletem e ampliam o pessimismo do setor quanto ao desempenho do agronegócio neste ano. O aumento dos custos, a quebra da safra de grãos no sul do país e o câmbio valorizado fizeram com que a nova previsão para o ritmo de aumento do PIB do campo em 2005 fosse menos acentuada. Segundo estimativas da CNA e do CEPEA, o PIB do *agribusiness*, em 2005, será R$ 532,13 bilhões, sendo menor em cerca de 0,35% em relação a 2004 (R$ 533,98 bilhões).

Quanto ao desempenho do PIB da agropecuária brasileira, o levantamento feito pela CNA em parceria com o CEPEA/USP sinaliza uma redução ainda maior do que a do agronegócio, de 9%, tendo como base o resultado acumulado de janeiro a maio deste ano. Tal estimativa reflete o recuo no PIB da agricultura por conta da seca e da queda nos preços internacionais dos grãos, além da queda do PIB da pecuária.

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

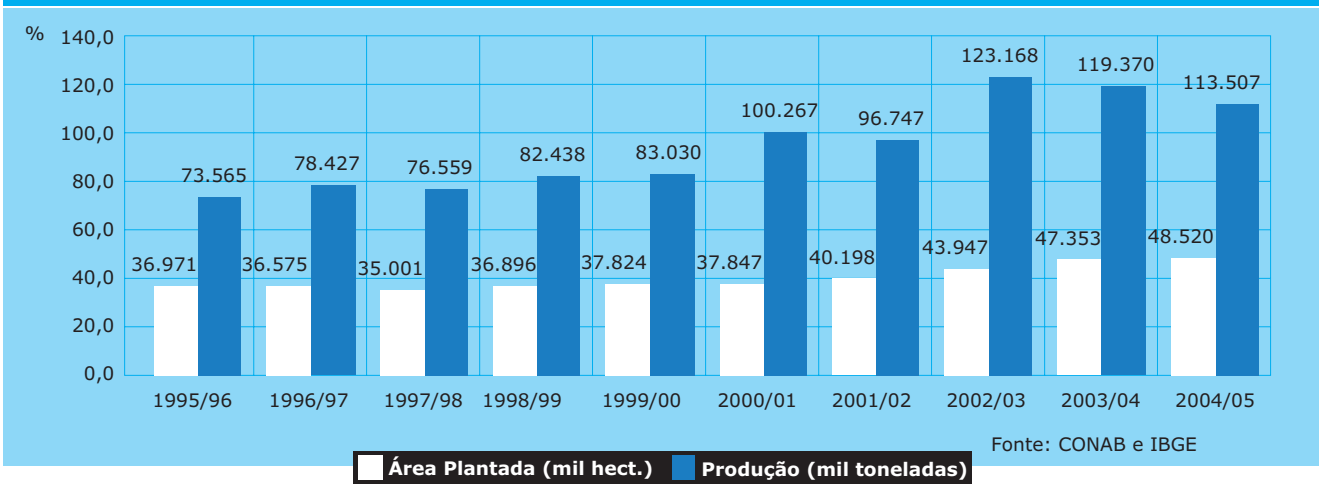
Com o clima mais seco no centro-sul do país, algumas culturas apresentaram uma menor safra, conforme mostrou o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de julho de 2005, que prevê para este ano um volume de produção de 113,507 milhões de toneladas de grãos, inferior 4,91% em relação à produção obtida em 2004 (119,370 milhões de toneladas) (Gráfico 1). No que diz respeito à área plantada em 2005, para o conjunto dos produtos levantados pela LSPA, verificou-se um acréscimo de 0,50%, girando em torno de 48 milhões de hectares (Gráfico 1).

Além do clima, a queda da rentabilidade agrícola e o aumento dos custos de produção – principalmente em função da alta dos preços do petróleo, insumo básico para a produção de fertilizantes – e do aço, utilizado na produção de máquinas e equipamentos agrícolas, vêm afetando a agricultura.

No Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de julho, em relação a junho de 2005, destacam-se as

[4] No complexo carnes, as exportações cresceram 34,2% para US$ 4,420 bilhões, e o saldo subiu 35,5% para US$ 3,966 bilhões. No grupo açúcar e álcool, os embarques saltaram 65,8% para US$ 2,536 bilhões e o superávit cresceu 65,8% para 2,536 bilhões.

Gráfico 1
Área plantada e produção de cereais, leguminosas e oleaginosas – Brasil



Fonte: CONAB e IBGE

variações nas estimativas de produção de 3 produtos: feijão em grão 2ª safra (5,80%), milho em grão 2ª safra (-3,06%) e trigo em grão (0,22%). No que tange à variação anual do mês de julho de 2005 contra julho de 2004, dentre os 20 produtos analisados, 9 apresentaram variação positiva na estimativa. Dentre elas destacam-se o cacau em amêndoa (9,87%), a mamona (62,32%) e a mandioca (12,80%). Com variações negativas pode-se destacar o café em grão (-12,65%), a cebola (-6,07%), o sorgo em grão (-25,57%) e o trigo em grão (-9,62%) (Gráfico 2).

Vale ressaltar que, dentre os principais produtos, somente a soja obteve resultado positivo no levantamento anual, com um acréscimo de 3,31%, tendo os demais produtos importantes apresentado reduções.

Crédito para a safra 2005/06

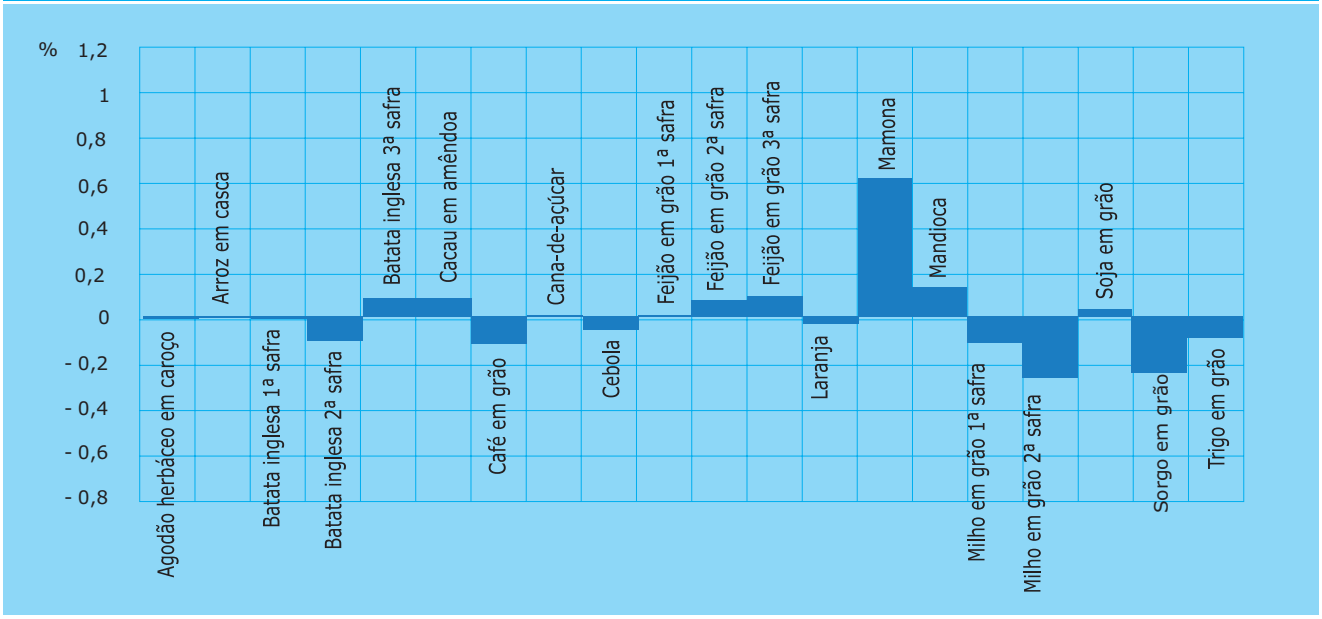
O Plano Agrícola e Pecuário de 2005/06 não tem ainda garantido os R$ 44,350 bilhões previstos, apesar dos anúncios, em junho de 2005, que prevêem um aumento de 12,4% nos desembolsos do crédito rural na temporada que começou "oficialmente" no mês de julho de 2005. Para Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura, é preciso tratar dos temas referentes ao endividamento dos produtores e à prorrogação das dívidas para solucionar os problemas de financiamento. Ele lembra que o plano prevê um acréscimo de 15,47% em recursos para custeio e comercialização (de R$ 28,75 bilhões, em 2004/05, para R$ 33,2 bilhões programados, em 2006/06).

O Ministério da Agricultura ainda não sabe o valor a que podem chegar as dívidas dos produtores que estão sendo renegociadas

O Ministro Rodrigues afirma que a quantia disponível para o financiamento da safra será menor, em virtude da já anunciada prorrogação das dívidas. O Ministério da Agricultura ainda não sabe o valor a que podem chegar as dívidas dos produtores que estão sendo renegociadas. "Isso ainda é uma incógnita para nós [Ministério da Agricultura]. Nos próximos dois meses é que teremos uma medição adequada do quanto foi prorrogado e, a partir daí, do que é que vai sobrar para o próximo custeio" (RODRIGUES *apud* LOIOLA, 2005, p. B-11).

Essa prorrogação do vencimento de parte das dívidas poderá ser um alívio aos produtores, possibilitando a expansão da próxima safra. Contudo, a possibilida-

Gráfico 2
Estimativa de produção: Brasil, 2005



Fonte: IBGE

de de decréscimo na produção da safra 2005/06 não pode ser afastada "até porque a compra dos insumos está sendo bem menor que no ano passado e pode haver redução de tecnologia para o próximo ano" (LOIOLA, 2005, p. B-11).

As reivindicações dos produtores rurais por maior disponibilidade de recursos públicos são "plenamente justificadas" na avaliação do Ministro Rodrigues, por causa da crise agrícola atual. Entre as conquistas recentes dos agricultores, segundo o ministro, está a prorrogação das dívidas de custeio da safra 2004/05 na Bahia e Centro-Oeste e a liberação de recursos pelo Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), para o refinanciamento das dívidas.

A questão da prorrogação das dívidas do setor ainda está pendente de decisão do Conselho Monetário Nacional, que em sua última reunião de 29.07.2005 aprovou a liberação de R$ 350 milhões para a colheita e estocagem de café, dos quais R$ 50 milhões vão para a agricultura familiar, com taxas de 4% para custeio e 3% para investimento (GALVÃO; SCARAMUZZO, 2005). Em suma, a indefinição sobre o volume de recursos para a safra nova prende-se à solução de um contencioso referente às dívidas já vencidas e não pagas.

Referências

CARNES ajudam a determinar novo saldo recorde do campo. *Valor Econômico*, São Paulo, 9 ago. 2005. Agronegócios, p.B-12.

CRISE da agropecuária reduz geração de empregos no País. Disponível em: http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia. Acesso em: 9 ago.

2005. Entenda a crise no campo. Disponível em: http://www.cna.org.br/publicacai/noticia. Acesso em: 9 ago. 2005.

DURÃO, Vera S.; LAMUCCI, Sérgio. PIB sobe 3,4% no semestre com impulso doméstico. *Valor Econômico*, São Paulo, 01 set. 2005. p. A4.

GALVÃO, Arnaldo; SCARAMUZZO, Mônica. CMN adia decisão sobre prorrogação de dívidas. *Valor Econômico*, São Paulo, n.1313. p. B16.

LOIOLA, Conrado. Plano para safra 2005/06 ainda depende de dívidas: Prorrogações podem reduzir recursos, afirma ministro. *Valor Econômico*, São Paulo, 25 jul. 2005. Agronegócios. p.B-11.

LOPES, Fernando. Homem de Melo dispara contra política macroeconômica. *Valor Econômico*, São Paulo, 12, 13 e 14 ago. 2005. Agronegócios. p. B-12.

ROCHA, Alda. PIB da agropecuária deve recuar 9%, para R$ 146 bi. *Valor Econômico* Online, São Paulo, 16 ago. 2005. Disponível em: <www.valoronline.com.br>. Acesso em: 29 ago. 2005.

Política Econômica: competência ratificada, mas prioridade questionável

Everton Freire de Carvalho*
João Augusto P. Lepikson*
Thiago Reis Góes**

Não é de hoje que a política monetária vem ditando os rumos da política fiscal. Essa perspectiva monetarista do manejo das políticas econômicas vem, cada vez mais, ganhando ares de via única, ainda mais em momentos de crise. Isso pode ser percebido pelos constantes elogios à condução da economia do atual governo com sua meta inflacionária inflexível, seus fundamentos econômicos "sólidos" e seu controle de gastos públicos. Na busca de uma maior "credibilidade", o governo vem priorizando a qualquer custo o controle da inflação, do superávit primário e da relação dívida/PIB, relegando, assim, ao segundo plano as funções alocativa e distributiva do Estado, tão essenciais ao crescimento sustentável e eqüitativo.

A meta inflacionária é hoje o principal objetivo a ser perseguido pela equipe econômica do governo; sendo assim, a taxa de juros é utilizada como instrumento, quase que exclusivo, de controle do nível de preços, já que se parte do pressuposto que a inflação é basicamente de demanda. Economistas "heterodoxos" vêm discordando recorrentemente dessa política monetarista, uma vez que para estes a inflação atual é basicamente de oferta e, por conseguinte, o manejo da taxa de juros teria efeitos não muito significativos para o controle da inflação.

A conduta "responsável" da política fiscal, buscando obter uma maior "credibilidade", pauta-se no expressivo aperto fiscal (superávit primário) destinado ao pagamento de juros. Isso impõe à política fiscal a condição de mero sustentáculo da política monetária. Desse modo, a função distributiva da política fiscal é relegada a um segundo plano.

Para muitos analistas e jornais especializados, a "responsabilidade" fiscal e monetária do governo teria "blindado" a economia do país dos efeitos da crise política. Argumenta-se, assim, que a melhoria dos fundamentos econômicos conferiu à economia certa independência com relação às turbulências políticas advindas de Brasília. De fato, independente do desfecho da atual crise, a política econômica do governo pode ser caracterizada pela sua mais perfeita previsibilidade, pautada pelos condicionantes do mercado. Tal característica no manejo da economia é recorrente à escola econômica neoclássica ou simplesmente "ortodoxia".

Dessa maneira, o propósito deste artigo é apresentar alguns elementos da atual política econômica do governo que vêm subordinando a política fiscal à política monetária, mostrando os efeitos de tais políticas nos índices de preços e nas contas públicas (gastos com juros, resultado primário e nominal, estoque da dívida pública e a arrecadação dos impostos e contribuições). Esses efeitos serão apresentados a partir dos dados conjunturais macroeconômicos mais recentes.

Para esse propósito, além desta introdução, apresenta-se, na segunda seção deste artigo, os diversos indicadores de inflação, mostrando os principais determinantes das variações conjunturais de preço, e discute-se como o governo maneja a política monetária para atingir a meta de inflação estabelecida. Na terceira seção, procura-se analisar os impactos da política fiscal contracionista (elevado superávit primário) sobre as contas do setor público, buscando mostrar que, apesar do forte ajuste fiscal, o estoque da dívida pública vem aumentado. E, por último, procurar-se-á alinhavar algumas idéias a título de conclusão.

O predomínio da política monetária

A inflação, no primeiro semestre do ano, comportou-se de forma distinta, caracterizada por dois momen-

* Graduandos em economia FCE-UFBA e bolsistas do NEC.
** Mestrando em economia FCE-UFBA.

tos. No primeiro trimestre, apurou-se um crescimento do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 2,08%. Essa elevação foi justificada, especialmente, pelo aumento das cotações das commodities internacionais e do petróleo, além da estiagem na região sul, bem como os reajustes dos preços administrados e/ou monitorados.

A acentuada valorização do Real em relação ao Dólar, verificada nos últimos meses, tem permitido uma estabilização da inflação no segundo trimestre do ano, pois, possibilita a aquisição de produtos advindos do exterior a um preço mais reduzido. Talvez esse possa ser o motivo pelo qual o Banco Central tenha deixado o câmbio flutuar livremente naquele período. Além da valorização do Real, convém ressaltar que o aperto da política monetária foi fator determinante para o declínio da inflação neste segundo trimestre. Os sucessivos aumentos na taxa básica de juros, a Selic, iniciada em setembro de 2004, começaram a surtir efeito sobre a inflação a partir de maio de 2005. O índice que era de 0,87% em abril, caiu para 0,49% em maio e para -0,02% em junho, fechando o trimestre com uma variação de 1,34%. Assim, no primeiro semestre de 2005, o IPCA, índice que baliza o regime de metas de inflação, acumulou alta de 3,42%. É importante lembrar que a meta para a inflação em 2005 é de 5,1%.

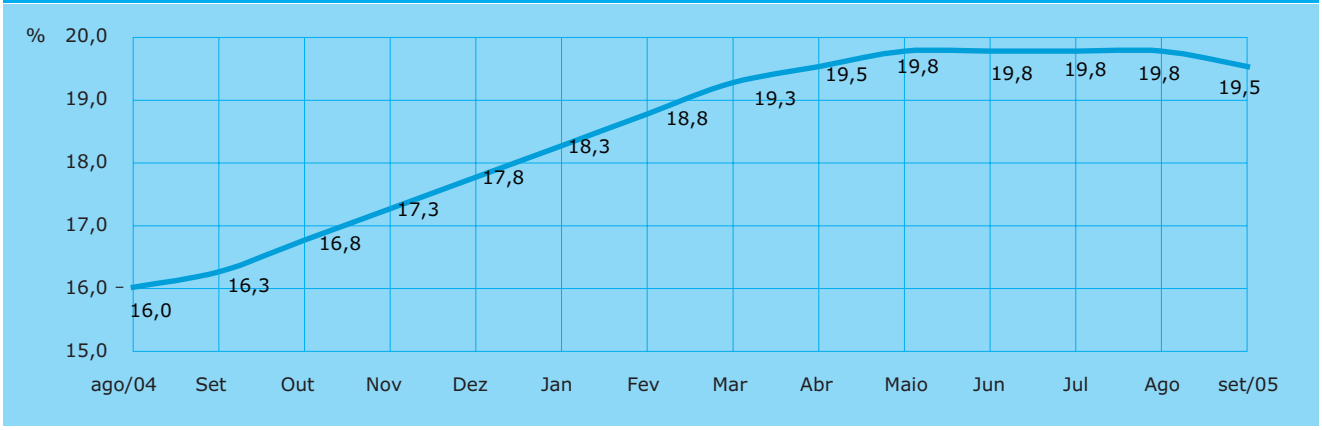
A política de taxas de juros exorbitantes (ver escalada da Selic no gráfico 1), que busca convergir o nível de preços à meta estabelecida, tem gerado reflexos nas projeções para o crescimento do PIB brasileiro em 2005. Isso pode ser observado pela diferença de crescimento médio projetado entre os países "emergentes" (4,7%) e o Brasil (3,5%).

A acentuada valorização do Real em relação ao Dólar, verificada nos últimos meses, tem permitido uma estabilização da inflação no segundo trimestre do ano, pois, possibilita a aquisição de produtos advindos do exterior a um preço mais reduzido

O COPOM (Comitê de Política Monetária do Banco Central), em agosto, ao retirar a frase "a manutenção dos juros por um período suficientemente longo"– que sempre esteve presente nas atas anteriores – de sua ata, parece ter sinalizado o início de uma trajetória de queda das taxas de juros. Nessa mesma ata, entretanto, o Banco Central demonstra preocupação especial com a volatilidade dos mercados, em especial dos preços internacionais de petróleo. Havia ainda a esperança de que a Petrobras não reajustasse os preços dos combustíveis neste ano, esperança já descartada. Isso pode ocasionar algum impacto mais significativo no deslocamento da trajetória da inflação brasileira em direção ao centro da meta inicialmente proposta.

Segundo o Banco Central, a redução, em setembro, da taxa Selic de 19,75% para 19,5% não pôde ser maior em virtude da volatilidade dos preços interna-

Gráfico 1
Escalada da taxa básica de juros: Brasil, Ago/04 - Set/05



Fonte: Bacen

cionais, conforme destacado em sua ata. No entanto, essa tímida redução vem ratificar o já conhecido conservadorismo do Banco Central, uma vez que alguns analistas esperavam por um corte mais substancial. Todavia, é importante lembrar que uma redução em 0,25% na taxa Selic faz com que o país economize cerca de R$ 10 bilhões no pagamento de juros da dívida mobiliária federal, uma vez que a maior parte desta está atrelada àquela taxa.

Ainda em setembro, o mercado reduziu a projeção da variação do IPCA para 5,2%, taxa levemente acima da meta perseguida pela política econômica do governo brasileiro, que é de 5,1%. A tabela 1 mostra-nos o comportamento dos principais índices de preços apurados no país. Conforme pode ser observado, o aperto da política monetária começou a apresentar efeitos sobre esses índices somente a partir de maio, demonstrando haver uma defasagem de 08 a 09 meses entre o aumento da Selic e a resposta da inflação.

Cabe destacar que os Índices Gerais de Preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresentaram deflação nos últimos quatro meses. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) recuou pelo quarto mês consecutivo, fechando em -0,79%, em agosto; queda de 0,39% em relação àquele registrado em julho. Os três componentes do IGP-DI (Índice de Preços ao Atacado, Índice de Preços ao Consumidor e Índice Nacional de Custo da Construção) apresentaram decréscimos em suas taxas[1]. É pertinente lembrar que os IGP's são os índices que corrigem os contratos das empresas de telefonia, energia elétrica, entre outros preços monitorados e/ou administrados. Em 2005, a perspectiva é que esses índices fechem na casa de um dígito. Isso significa que os reajustes dos preços monitorados, responsáveis por cerca de 30% da inflação, serão bem mais amenos no próximo ano.

Apesar da inflação sinalizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), verificou-se que em agosto a taxa foi de 0,17%, ficando abaixo da taxa de julho (0,25%). Com esse resultado, o IPCA acumula 3,59% no ano, percentual inferior ao registrado no mesmo período de 2004 (5,14%).

No que se refere às operações de crédito, houve um crescimento de 8,4% no primeiro semestre. A relação desse agregado com o PIB passou a representar 27,6%, ante os 25,4% em junho de 2004. O crescimento do estoque de crédito do sistema financeiro no decorrer do semestre esteve condicionado pelo desempenho das operações concedidas com recursos livres. Nesse contexto, predominaram as operações com pessoas físicas (alavancadas principalmente pelo crédito consignado), seguidas das carteiras de pessoas jurídicas com recursos domésticos.

Vê-se no gráfico 2 que, no primeiro semestre, todas as linhas de crédito apresentaram crescimento. Contudo, o crédito concedido às pessoas físicas cresceu de forma muito mais desproporcional, quando comparado ao crédito fornecido aos demais agentes. Para

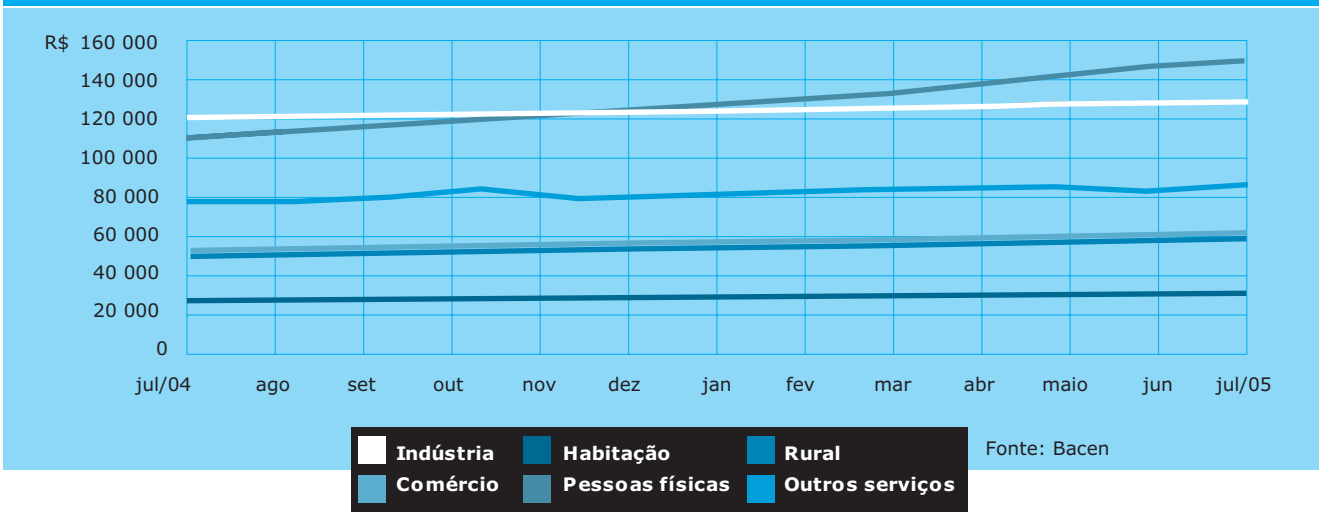
[1] O Índice de Preços ao Atacado (IPA) caiu de -0,69%, em julho, para -1,04%, em agosto; o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) decresceu de 0,13% para -0,44%, em igual período; e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) teve uma queda de 0,11% para 0,02%.

Tabela 1
Índices de preços: Brasil 2004-2005

Período	INPC	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPC-Fipe
Acumulado em 2004	6,1	7,6	12,1	12,4	6,6
2005 Jan	0,6	0,6	0,3	0,4	0,6
Fev	0,4	0,6	0,4	0,3	0,4
Mar	0,7	0,6	1,0	0,9	0,8
Abr	0,9	0,9	0,5	0,9	0,8
Maio	0,7	0,5	-0,3	-0,2	0,4
Jun	-0,1	0,0	-0,5	-0,4	-0,2
Jul	0,0	0,3	-0,4	-0,3	0,3
Ago	0,0	0,2	-0,8	-0,7	-0,2

Fonte: IBGE, Fipe e FGV

Gráfico 2
Total operações de crédito do sistema financeiro ao setor privado: Brasil, jul/04 - jun/05



Fonte: Bacen

as pessoas físicas, o crescimento no período foi de 19,8%; para a habitação foi de 4,3%; de 3,7% para a indústria; de 3,1% para o setor rural; e de 6,8% para o setor do comércio, sendo que o setor privado como um todo mostrou um incremento de 8,6% neste mesmo período. Já os empréstimos com recursos livres responderam por 58,4% do total das operações de crédito do sistema financeiro neste mesmo período. As operações de crédito com recursos livres variaram, em termos nominais, 7,5% no primeiro semestre, o que parece ser extremamente contraditório à elevação das taxas de juros. Alguns economistas, rotulados como mais "ortodoxos", defendem que um possível não cumprimento da meta de 5,1% para 2005 possa ser decorrente desse aumento do volume de crédito e/ou do aumento dos gastos do governo.

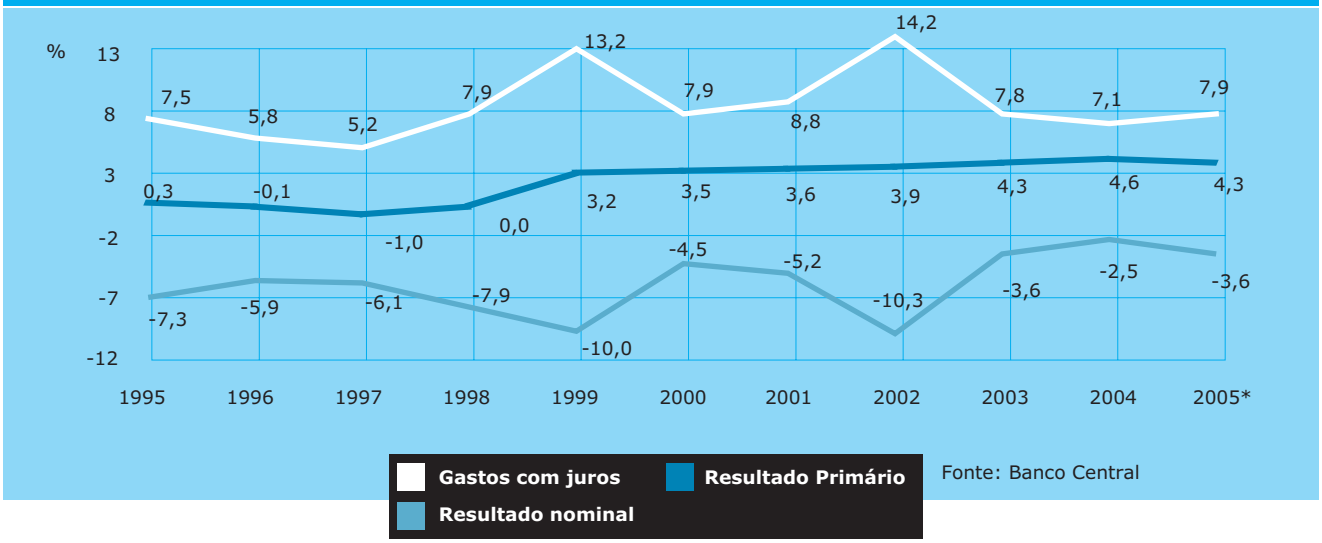
A Passividade da política fiscal

O Brasil não vem conseguindo reduzir o volume de sua dívida, apesar dos sucessivos recordes de arrecadação e de superávit primário, uma vez que a relação entre a dívida líquida do setor público e o Produto Interno Bruto (PIB) está aumentando. Os enormes superávits, se por um lado tornam o Brasil mais confiável aos olhos dos credores internacionais, por outro, têm aumentado substancialmente a dívida social, já que os gastos sociais estão cada vez mais se reduzindo. Portanto, vivencia-se hoje o maior aperto dos últimos 10 anos nos gastos públicos, que tem como finalidade honrar o pagamento dos encargos da dívida pública; mesmo com esse ajuste, a dívida não pára de se elevar, haja vista as altas taxas de juros atualmente praticadas.

Na série de 12 meses encerrada em julho, o setor público consolidado (União, Estados, municípios e empresas estatais) poupou R$ 97 bilhões, segundo dados do Banco Central. A cifra equivale a 5,16% do PIB estimado para o período, a mais alta relação em 12 meses desde o período encerrado em outubro de 1994. Desde o início do ano até agosto, o governo conseguiu economizar R$ 68,75 bilhões (30,2% a mais que no mesmo período do ano passado). Esse número é tão mais impressionante se for levado em conta que a meta para o período era de R$ 60,18 bilhões. Para este resultado, o governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS) contribuiu com R$ 46,026 bilhões, governos regionais com R$ 14,921 bilhões e as estatais com R$ 7,798 bilhões. O governo argumenta que as despesas tendem a crescer no fim do ano e, por isso, a percentagem de economia de recursos ficará menor até dezembro. Porém, não foi o que se viu em 2004. Nos 12 meses encerrados em julho daquele ano, o superávit representava 4,48% do PIB, alcançando 4,56% em dezembro. Assim, para alcançar a meta estipulada para o ano – R$ 83,849 bilhões –, basta o governo economizar, a partir de agora, cerca de R$ 3 bilhões por mês.

É importante ressaltar que apesar do esforço do setor público, a economia feita não foi suficiente para pagar os juros do período, que somaram R$ 92,264 bilhões.

Gráfico 3
Contas Públicas: Brasil, 1995-2005*

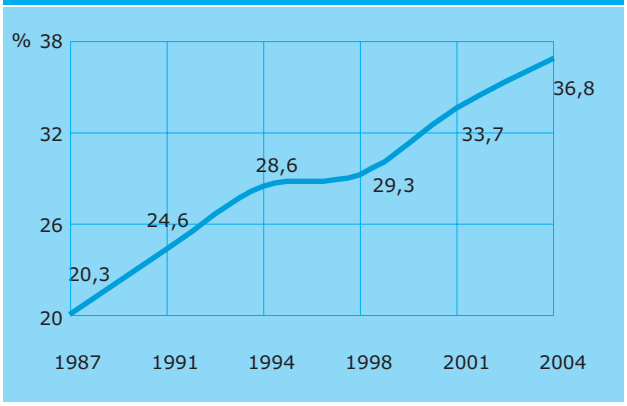


Fonte: Banco Central

Com isso, o déficit nominal (receitas menos despesas, incluindo os juros) no acumulado do ano até julho foi de 23,519 bilhões (2,14% do PIB).

Além da redução dos gastos, o governo também vem manejando os tributos numa perspectiva fiscal contracionista, haja vista o aumento recorrente da carga tributária que, em 2004, foi de aproximadamente 36,8% do PIB (Gráfico 4). Essa elevada carga tributária não seria tão preocupante se as funções distributiva e alocativa da política fiscal estivessem sendo cumpridas eficientemente. Na Inglaterra, por exemplo, a razão entre a renda recebida pelos 20% mais ricos e os 20% mais pobres cai de aproximadamente 21 antes da arrecadação e distribuição dos impostos e contribuições para menos de 5 depois de efetivados os gastos públicos. No Brasil essa mesma relação cai apenas de 23 para 21 (EUROMOD, 2004; PNAD, 2003). Assim, fica evidente que no Brasil, além da taxação ser má distribuída, a alocação de recursos é ineficaz.

Gráfico 4
Carga tributária*: Brasil, 1987 - 2004



Fonte: Secretaria da Receita Federal
* % do PIB

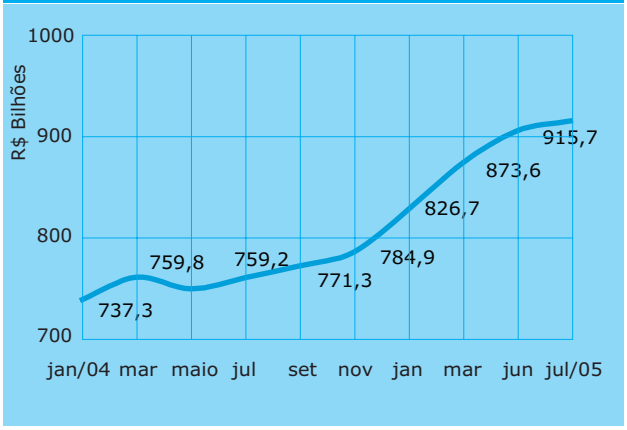
A arrecadação dos impostos e contribuições administradas pela Receita Federal atingiu o valor de R$ 31,65 bilhões em julho, o que representa um crescimento real de 5,48% em relação ao mesmo mês de 2004. Segundo dados da própria receita, essa arrecadação é recorde para o mês. No acumulado de janeiro a julho, a arrecadação foi de R$ 207,4 bilhões (crescimento real de 6,09% ante o mesmo período do ano anterior). Uma recente pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) indica que a sonegação fiscal permite que 39,27% (R$ 191,74 bilhões) da arrecadação anual do país deixem de ser recolhidos pela Receita Federal. A pesquisa concluiu ainda que 29,45% das empresas brasileiras praticam algum tipo de sonegação.

Em um contexto de arrecadação recorde e política de gastos minguados, o governo vem contingenciando grande parte do orçamento. Tal contingenciamento pode ser retratado pelos seguintes números: dos R$ 22,03 bilhões previstos no Orçamento da União para esse ano, apenas R$ 1,03 bilhão (4,68%) foram gastos até o dia 12 de agosto, segundo o SIAFI. E quando o governo libera verbas para execução de gastos previstos no orçamento, tais medidas são entendidas por alguns economistas como populistas.

Mesmo com a maior arrecadação e com o forte ajuste fiscal, o estoque da dívida pública mobiliária federal

interna (DPMFI) atingiu em julho R$ 915,67 bilhões (Gráfico 5). Não coincidentemente, a DPMFI iniciou sua rota de ascensão junto com a da taxa Selic, o que mostra o grande peso da indexação da dívida a esta taxa. Além de um grande aumento da dívida em títulos do governo, um outro complicador recente foi a piora da sua composição. Até recentemente, o governo vinha conseguindo reduzir consideravelmente a parcela de títulos atrelados ao câmbio e à Selic, trocando-os especialmente por títulos pré-fixados. Isso vem se revertendo devido à manutenção da taxa Selic por longo período, à contenção do processo inflacionário e à crença de que o Real chegou ao seu limite de valorização frente ao dólar. A diminuição da proporção dos títulos pré-fixados é também resultado de um resgate de R$ 5,8 bilhões. O gráfico 6, a seguir, demonstra a atual composição da DPMFI.

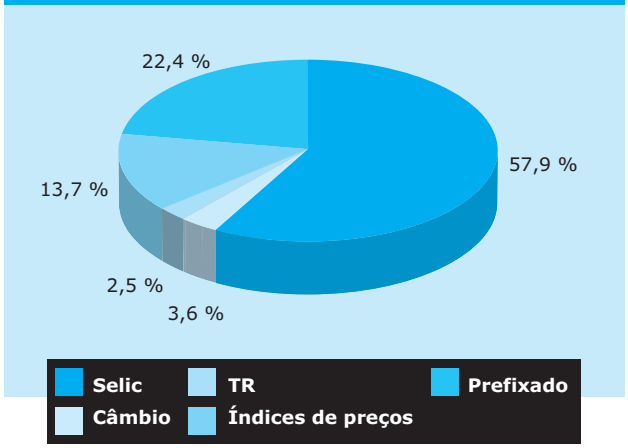
Gráfico 5
Evolução da DPMFI: Brasil, Jan/04 - Jul/05



Fonte: Tesouro Nacional

Essa piora na composição da DPMFI, a deflação apurada pelo IGP-DI, o provisionamento de R$ 6,36 bilhões em função de créditos considerados de liquidação duvidosa dos fundos constitucionais do Norte e Nordeste, além de uma revisão para baixo do PIB, provocaram o agravamento de um dos fundamentos econômicos mais importantes na avaliação do mercado: a relação Divida/PIB. Em maio, essa relação que era de 50,3%, passou, em junho, para 50,9%, fechando a primeira quinzena de agosto em 51,35%. O mercado espera que a retração da Selic em setembro não seja apenas um fato isolado e confia numa queda prolongada para os próximos meses. Isso pode impactar positivamente sobre a DPMFI, uma vez que, conforme já foi mostrado neste artigo, boa parte dos títulos públicos que a compõem são atrelados à Selic. Caso se concretize essa redução mais prolongada dos juros, poderá ocorrer uma melhora nos fundamentos econômicos do setor público e um aumento dos investimentos e do consumo.

Gráfico 6
Composição da DPMFI: Brasil



Fonte: Bacen

Conclusão

O governo maneja sua política de controle inf lacionário mantendo o diferencial das taxas de juros interna e externa em níveis exorbitantes – o Brasil tem a maior taxa real do mundo (14,1%), que cresce com a queda da inflação; a Turquia, por exemplo, possui a segunda maior, que é de 5,6% –, atraindo um grande volume de capitais de curto prazo e, assim, mantendo o real valorizado. Essa taxa de juros desarticulada da realidade mundial, se por um lado mantém a inflação sob controle, por outro engessa o crescimento econômico, inibindo os investimentos, além de, é claro, tornar o produto nacional menos competitivo, o que, por sua vez, poderá refletir em uma queda das exportações num futuro próximo. Cabe ressaltar também que a atual valorização do Real, atualmente em torno de R$ 2,35 por dólar, é decorrente também dos consecutivos recordes das exportações brasileiras, que tem possibilitado o ingresso de enorme volume de divisas para o país.

As projeções para a inflação em 2005 estão convergindo para o centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Assim, fica evidente que a política econômica vem tendo sucesso em sua condução, já que o centro da meta mostra ser sua prioridade máxima. Então, o problema não se trata da

capacidade de condução da política econômica e sim de seu objetivo, que relega ao segundo plano a função distributiva. Traçar metas para o crescimento econômico em paralelo à meta de inflação seria um bom ponto de partida para modificar a atual configuração dos objetivos da política econômica. Ainda que não se trace metas para o crescimento, é possível pensar em metas de inflação menos rigorosas para os próximos anos. Isso proporcionaria uma maior folga à política monetária e uma menor passividade à fiscal.

Outra proposta que vem sendo debatida é a ampliação do Conselho Monetário Nacional, uma vez que isso implicaria na configuração de conselheiros desvinculados da visão econômica monetarista recorrente no atual conselho. Hoje, o CMN se restringe ao presidente do BC, ao ministro da fazenda e ao ministro do planejamento. A idéia é que sejam inseridos no conselho representantes da sociedade civil como, por exemplo, os presidentes das maiores centrais sindicais do país.

O Estado tem funções a cumprir que não devem ficar restritas apenas à estabilidade monetária Além da estabilização, esta instituição deve promover ajustamentos na distribuição da renda nacional. É bem verdade que os fundamentos da economia brasileira melhoraram consideravelmente nos últimos anos. Agora, já com atraso, faz-se necessário que o governo cumpra sua função distributiva. Para isso, dever-se-á quebrar a lógica da passividade absoluta da política fiscal ante a política monetária.

Referências

BOLETIM DE POLÍTICA ECONÔMICA EM FOCO. Campinas: UNICAMP, n. 5, nov. 2004/abr. 2005.

CANZIANI, Fernando. Despesa corrente cresce R$ 30 bi no governo Lula. *Folha de São Paulo*. 13 fev. 2005. p. B4.

DA CRUZ, Ney Hayashi. Governo consegue retirar do mercado 78% dos C-Bonds. *Folha de São Paulo*, 23 jul. 20005. p. B6.

ECONOMIA & CONJUNTURA, Rio de Janeiro: UFRJ, jul. 2005.

IBGE. *Indicadores*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 20 ago. 2005.

INDICADORES Consolidados. Banco Central. Disponível em: <www.bc.gov.br>. Acesso em: 21 ago. 2005.

INVERTIA. Preços ao consumidor têm a maior queda desde 2003. Disponível em: <www.invertia.com.br>. Acesso em: 12 ago. 2005.

LEO, Sérgio. MP ganha medidas extras para habitação. *Valor Econômico*, 16 jun. 2005. p. A4.

PATU, Gustavo. Aperto Fiscal deve superar meta em 2005. *Folha de São Paulo*, 24 ago. 2005. p. B1.

REUTERS – Mercado reduz previsão da inflação pela 12ª semana consecutiva. Disponível em: <www.reuters.com.br>. Acesso em: 12 ago. 20005.

_____. MP do Bem pode trazer medida para inibir planejamento tributário. Disponível em: <www.reuters.com.br>. Acesso em: 12 ago. 2005.

TESOURO NACIONAL. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro>. Acesso em: 12 set. 2005

ZANINI, Fábio. Petistas atavam proposta de déficit zero. *Folha de São Paulo*, 06 jul. 2005, p. B1.

PIB da Bahia alcança 3,6% no primeiro semestre de 2005

Cesar Vaz de Carvalho Junior*
Gustavo Casseb Pessoti**
Ítalo Guanais Aguiar Pereira***

Dando continuidade ao processo de construção de indicadores macroeconômicos para auxiliar o planejamento estadual no balizamento de suas políticas públicas, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia — SEI acaba de divulgar os primeiros resultados do crescimento do Produto Interno Bruto da Bahia no primeiro semestre de 2005.

A metodologia desse indicador segue os preceitos estabelecidos pelo sistema de contas nacionais trimestrais do IBGE, adequando as especificações para a questão regional. Ressalta-se, contudo, que as informações contidas nesse indicador têm um caráter preliminar, podendo sofrer alterações conforme novas atualizações e incorporações de dados pelas fontes primárias, assim como eventuais aperfeiçoamentos metodológicos que continuarão a ser introduzidos no cálculo deste indicador. O resultado confere a mesma ponderação das contas regionais do Brasil, indicando apenas a tendência de crescimento e/ou arrefecimento da economia em cada trimestre em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O cálculo foi dividido entre os principais setores produtivos da economia: agropecuária, indústria e serviços. Para os produtos da agropecuária utilizam-se as mesmas fontes, tanto para as contas anuais quanto para as trimestrais. Os produtos agrícolas que foram destacados para acompanhamento individual têm como fonte de informação para as quantidades o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, de responsabilidade da Coordenação de Agropecuária, do IBGE. Para a análise mensal, distribui-se a produção anual informada pelo LSPA, utilizando perfil mensal da colheita (sazonalidade) obtido no Censo Agropecuário. As estimativas da pecuária são feitas com base na Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM, também do IBGE.

O grupo da Indústria nas contas regionais é composto dos subgrupos: Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública. O indicador base móvel para a Indústria é obtido pela média dos indicadores para estes quatro subgrupos, ponderada pelo valor adicionado a preços básicos do ano imediatamente anterior do Sistema de Contas Regionais. O mesmo procedimento é realizado para o caso do setor de serviços.

No primeiro semestre de 2005, o PIB da Bahia expan-

* Diretor Geral da SEI
** Coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da SEI
*** Assessor Técnico da SEI

Tabela 1
PIB trimestral[1]: Bahia, 1º tri 2004 - 2º tri 2005

Atividades	2004*				2005*	
	2004/1º Tri	2004/2º Tri	2004/3º Tri	2004/4º Tri	2005/1º Tri	2005/2º Tri
Agropecuária	8,3	39,9	-2,3	-20,3	7,9	-6,3
Indústria	9,7	10,7	9,8	23,4	7,6	4,7
Serviços	2,4	4,4	5,9	5,0	3,8	1,7
PIB	**6,6**	**13,2**	**7,0**	**11,8**	**6,2**	**1,3**

Fonte: SEI
[1] Variação trimestral
* Dados sujeitos a retificação

Tabela 2
PIB trimestral: Bahia e Brasil [1], 1º tri 2004 - 2º tri 2005

Atividades	2004/1º Tri.		2004/2º Tri.		2004/3º Tri.		2004/4º Tri.		2005/1º Tri.		2005/2º Tri.	
	Bahia*	Brasil	Bahia*	Brasil	Bahia*	Brasil	Bahia*	Brasil	Bahia*	Brasil	Bahia*	Brasil
Agropecuária	8,3	5,8	39,9	6,0	-2,3	5,9	-20,3	3,0	7,9	2,6	-6,3	3,2
Indústria	9,7	5,5	10,7	6,3	9,8	7,0	23,4	5,9	7,6	3,1	4,7	5,5
Serviços	2,4	2,4	4,4	3,2	5,9	4,1	5,0	3,6	3,8	2,2	1,7	2,5
PIB	**6,6**	**4,0**	**13,2**	**5,1**	**7,0**	**5,9**	**11,8**	**4,7**	**6,2**	**2,8**	**1,3**	**3,9**

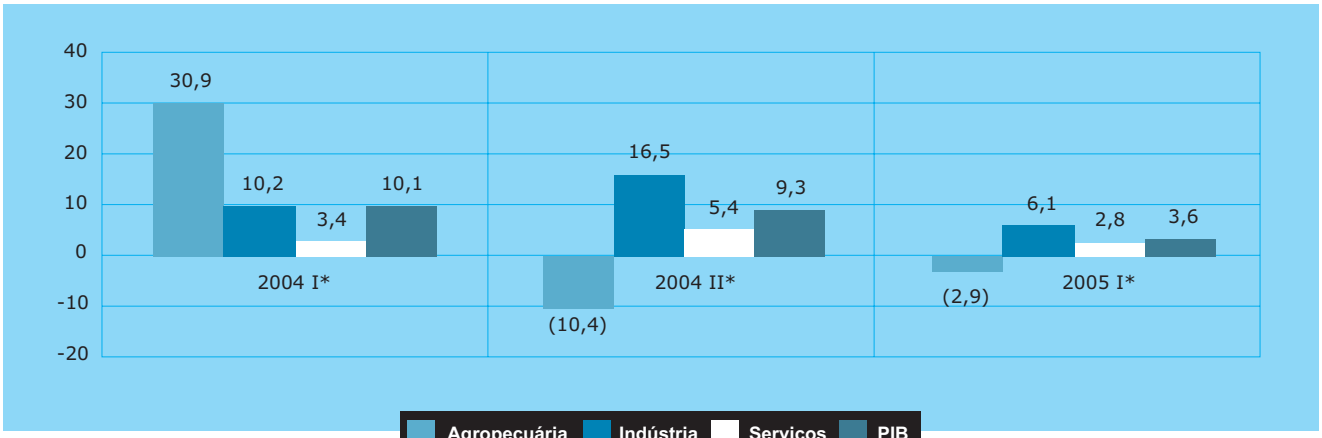
Fonte: SEI/IBGE
[1] Variação trimestral
* Dados sujeitos a retificação

diu-se 3,6% em relação ao igual período do ano anterior. Contribuíram para tal resultado, os desempenhos dos setores industriais (6,1%) e de serviços (2,8%). A agropecuária retraiu-se em 2,9%, o que impediu um melhor resultado para o PIB.

A agropecuária apresentou, no 1º semestre de 2005, uma queda de 2,9%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. No caso específico desse setor econômico cabe ressaltar que esse resultado está relacionado a um duplo entendimento metodológico: a) primeiro, conforme demonstrado na Tabela 3, a base de comparação primeiro semestre de 2004 estava bastante elevada, provocando o que se convenciona chamar "efeito base" de cálculo; e b) as pesquisas que sistematizam os dados da produção agrícola (do Brasil e da Bahia) são realizadas com base na estimativa de safra do ano. Assim sendo, pode ocorrer que uma dada produção seja plantada e/ou colhida com alguma defasagem temporal em relação ao tradicional calendário agrícola, mas dentro do ano civil. Dessa forma, não há problemas com as estatísticas anuais, mas possíveis "deformações" nos dados quando analisados no trimestre ou no semestre.

O Desempenho da agropecuária baiana no primeiro semestre de 2005 é corroborado pelas informações contidas no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola — LSPA do IBGE, que evidencia um resultado negativo, apresentado por duas das principais culturas temporárias do Estado da Bahia: feijão (-15,7%) e milho (-27,8%), devido às chuvas irregulares ao longo do período de cultivo destas lavouras. Cabe ressaltar que essa mesma pesquisa do IBGE revela um aumento na produção da soja, em aproximadamente 20%, com uma safra estimada neste período em 12,5 milhões de toneladas, bem como a manutenção do crescimento da produção de cacau e algodão (esse

Grafico 1
Evolução do PIB da Bahia, segundo atividades econômicas no período[1] , 2004-2005



Fonte: SEI
* Dados sujeitos a alteração
[1] Análise semestral em relação a igual semestre anterior

Tabela 3
Taxa de crescimento da agropecuária: Bahia, 2003-2005*

Setor	2003		2004		2005	
	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.
Agropecuária	6,0	- 7,7	30,9	- 10,4	-2,9	

Fonte: SEI
*Variação semestral em relação ao mesmo semestre do ano anterior

último em 44%). A estimativa da SEI é que a agropecuária encerre o ano de 2005 com uma expansão de aproximadamente 6,5% na produção.

Na indústria, os destaques foram dados pelo resultado da indústria de transformação (7,7%) e também em função do desempenho da construção civil (expansão de 2,1%), setor importante pelos seus impactos, inclusive na geração de empregos. A queda na extração de minérios de cobre e gás natural fez com que a indústria extrativa apresentasse uma retração de aproximadamente 2%, freando o desempenho do setor industrial no primeiro semestre de 2005.

Cabe mencionar que seis gêneros da indústria de transformação da Bahia registraram taxas positivas no acumulado do primeiro semestre do ano, destacando-se: alimentos e bebidas (10,5%), em função do crescimento na produção de óleo de soja refinado e farinha de trigo; produtos químicos (3,4%), impulsionado pelo aumento na produção de etileno não saturado e PVC; e veículos automotores (46,1%). Os gêneros que apresentaram queda no período foram: metalurgia básica (-9,8%), em decorrência da diminuição na fabricação de ouro em barras e vergalhões de cobre; e refino de petróleo e produção de álcool (-2,1%), devido à redução na produção de óleo diesel, outros óleos combustíveis e óleos lubrificantes sem aditivos.

Funcionado como um termômetro da atividade eco-

Tabela 4
Exportações principais segmentos: Bahia, Jan/Jul – 2004/2005

Segmentos	Valores (US$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2004	2005		
Químicos e petroquímicos	484.680	727.108	50,02	24,05
Derivados de petróleo	285.772	597.311	109,02	19,76
Automotivo	343.542	491.159	42,97	16,24
Metalúrgicos	211.019	301.269	42,77	9,96
Papel e celulose	159.795	190.987	19,52	6,32
Grão, óleos e ceras	172.142	161.976	-5,91	5,36
Cacau e derivados	109.660	122.370	11,59	4,05
Minerais	62.954	76.439	21,42	2,53
Café e especiarias	29.715	49.517	66,64	1,64
Couros e peles	41.402	39.959	-3,49	1,32
Móveis e semelhantes	22.093	37.418	69,37	1,24
Calçados e suas partes	28.367	34.608	22	1,14
Sisal e derivados	39.311	33.507	-14,76	1,11
Frutas e suas reparações	21.173	30.208	42,67	1
Máqs., apars. e mat. elétricos	17.997	20.269	12,62	0,67
Algodão e seus subprodutos	15.774	15.149	-3,96	0,5
Pesca e aquicultura	16.112	12.148	-24,6	0,4
Fumo e derivados	6.589	6.060	-8,03	0,2
Demais segmentos	48.386	76.105	57,29	2,52
Total	**2.116.483**	**3.023.567**	**42,86**	**100**

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 16/08/2005
Elaboração: PROMO - Centro Internacional de negócios da Bahia

nômica, o comércio baiano, seguindo uma tendência que já repete há nove meses consecutivos, encerrou o primeiro semestre de 2005 com um crescimento de 5,5% em relação ao mesmo período de 2004. Esse resultado assume maior relevância quando se observa a elevada base de comparação, pois o comércio foi uma das atividades que mais expandiu em 2004, tendo, no segundo semestre daquele ano, registrado um aumento real no volume de vendas em aproximadamente 8%. O resultado positivo ocorre, a despeito da desaceleração no ritmo de crescimento da economia brasileira, em função das elevadas taxas de juros reais – que inibem os financiamentos de longo prazo – bem como da crise política vivenciada, fatores que condicionam diretamente o comportamento macroeconômico do país.

O bom desempenho do setor comercial baiano fundamentou-se principalmente pelo crescimento nas vendas de veículos automotores (11%) e nas vendas de móveis e eletrodomésticos, que desde o ano de 2004 vêm se expandindo a uma taxa superior a 40%. Contribuíram para esse aquecimento nas vendas domésticas o aumento no nível da ocupação na Região Metropolitana de Salvador, aumento da massa salarial e dos rendimentos reais médios. Corroboraram também, para o desempenho observado, o aumento do emprego formal (segundo os dados mais atualizados do CAGED) e a manutenção do crédito nas vendas do varejo.

O desempenho do comércio exterior também mereceu destaque nessa análise. Com exportações que somaram U$ 3 bilhões, o Estado bateu um novo recorde para o período Janeiro-Julho/05, com expansão de 42,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, acima do crescimento nacional que se situou em 23,8%. Segundo os dados da Promo-BA, o saldo da balança comercial baiana já ultrapassa a casa dos U$ 1,2 bilhões no semestre.

Segundo os dados da Promo-BA, o saldo da balança comercial baiana já ultrapassa a casa dos U$ 1,2 bilhões no semestre

Uma observação importante a se fazer em relação ao desempenho do comércio exterior da Bahia é a de que, a despeito da valorização cambial (que inibe novos investimentos produtivos), uma série de outros fatores tem contribuído para esse resultado nas vendas externas do Estado, dos quais se destacam a dos preços das commodities (agrícolas e minerais), como também o forte incremento na demanda externa por produtos baianos, principalmente para a Argentina, México (dois dos maiores importadores dos veículos produzidos em Camaçari), Estados Unidos e China.

Como reflexo imediato dessa situação, expandiram-se os segmentos derivados de petróleo (109%), café em grão (66,6%), produtos químicos e petroquímicos (50%) e o ramo automotivo (43%). Cabe destacar que o desempenho das exportações de derivados de petróleo nesse período fez o segmento voltar a ocupar o segundo lugar no ranking de exportações baianas, deslocando o ramo automotivo para o terceiro.

Um outro comentário importante a se fazer nessa análise semestral direciona-se ao setor de transportes. A expansão de 3,3%, em relação ao primeiro semestre de 2004, resultou do escoamento da produção baiana, principalmente através do transporte hidroviário (que apresentou incremento na atividade em 14% no mesmo período). O aumento não foi maior porque, como se sabe, a atividade de transportes está intimamente relacionada ao desempenho dos setores industrial e agrícola - tendo esse último se retraído em quase 3%, conforme já mencionado. Funcionando como uma es-

Tabela 5
Movimento de passageiros no Aeroporto Internacional de Salvador Deputado Luís Eduardo Magalhães — Jan/Jun – 2004/2005

Fluxo	2004	2005	Var. 2005/2004
Internacional	138.168	153.041	10,76
Doméstico	1.556.025	1.734.169	11,45
Total	1.694.193	1.887.210	11,39

Fonte: INFRAERO

pécie de bússola da atividade turística, devido à sua alta correlação, o setor de transporte aéreo expandiu-se em 5,7%. Os passageiros de vôos internacionais, embarcados e desembarcados, somaram 153.041, equivalendo a um acréscimo de 10,8% em relação ao primeiro semestre de 2004.

Referências

BOLETIM DO CAGED. Salvador: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 31 ago. 2005.

COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Informativo Janeiro-Julho de 2005. Salvador: PROMO-BA. Disponível em: www.promoba.com.br . Acesso em: 15 ago. 2005.

INFRAERO. Movimento de Passageiros no Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães — Jan./jun. 2004/2005. Disponível em: www.infraero.gov.br. Acesso em: 10 ago. 2005.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, v.17, n. 5, maio 2005. 77 p.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL PRODUÇÃO FÍSICA - REGIONAL. IBGE, Rio de Janeiro. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 ago. 2005.

PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 17 ago. 2005.

PIB TRIMESTRAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 31 ago. 2005.

Social-democracia Fordista x Social-democracia Toyotista – O sindicalismo no limiar de uma crise

Lívia Silva dos Santos*

Ao analisar a social-democracia, enquanto partido político ou como ideologia/doutrina, em dois momentos históricos distintos, chegamos a conclusões e mesmo questões importantes a respeito do futuro do sindicalismo.

Olhemos para o período pós-2ª Guerra e para fins dos anos 70. Naquele primeiro momento, a sociedade americana se estabelece no Estado Keynesiano (de Bem-Estar Social), na Social-Democracia, recusando, portanto, o Liberalismo do pré-Guerra. A forma assumida pelo capitalismo após a Segunda Guerra Mundial foi caracterizada pela presença decisiva do Estado na esfera econômica, enquanto expressão do pacto social-democrata que resultou na criação do *Welfare State*[1]. Essa ideologia vai se difundir entre os demais países capitalistas com maior ou menor intensidade a depender de seus aspectos particulares. No Brasil, por exemplo, esse período pode ser associado aos governos populistas de Goulart e de Getúlio Vargas, que embora aceitassem o capitalismo como sistema econômico, usavam uma fraseologia revolucionária apoiada nas massas operárias e em segmentos da pequena burguesia.

O Fordismo, enquanto modo de produção, padrão de desenvolvimento capitalista (que está associado ao processo de acumulação de capital do *Welfare State*) e, mesmo, modo de vida americano, teve uma grande participação nesse processo, uma vez que através do aumento extraordinário da produtividade acompanhado de salários relativamente elevados, possibilitou a inclusão econômico-social das grandes massas trabalhadoras; o que não deixava de ser também o estabelecimento do consumo em massa.

Do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, constituiu-se num Pacto Social-Democrata entre capital e trabalho, em que o capitalista reconhecia a existência dos sindicatos como representantes dos interesses dos trabalhadores; e os trabalhadores aceitariam o sistema capitalista, deixando de lado qualquer aspiração de ascensão do socialismo. Os sindicatos tinham, portanto, um papel essencial no processo de barganha salarial, inclusive com direito à utilização da greve econômica.

Assim, durante pelos menos 25 anos, sucederam-se governos capitalistas organizados sob a forma social-democrata, fundamentados em políticas macroeconômicas de cunho keynesiano. Os benefícios sociais promovidos pelo Estado ao longo desses anos foram sustentados por uma política tarifária que recaía sobre os altos rendimentos, viabilizados, por sua vez, por um elevado crescimento econômico (FILGUEIRAS, 2003, p. 50).

A partir dos anos 70, entretanto, diante da crise do Fordismo, entendido não só como modo de produção, mas como modo de vida, viu-se a quebra de um pacto caracterizado por amplas garantias sociais (FILGUEIRAS, 2003). Do ponto de vista da base produtiva, presenciou-se uma queda da produtividade. Tanto o paradigma tecnológico (energia elétrica, petróleo) quanto o modo de gestão da produção passam por um processo de envelhecimento. A produtividade começou, portanto, a perder ritmo. O padrão de gestão, por sua vez, envelhece por vários motivos: primeiro, o trabalhador (dos países desenvolvidos) começa a questionar aquele modo de gestão, o que vai dar início ao conflito entre capital e trabalho; segundo, o padrão de produção fordista, baseado em enormes estoques da produção, em um momento de crise, de flutuações da demanda, passará por um grande problema de escoamento daquela produção.

* Graduanda em Ciências Econômicas pela UFBA. liviaeco@yahoo.com.br

[1] É importante ressaltar que o estabelecimento desse Estado de Bem-Estar, possibilitado pela ascensão de uma série de governos social-democratas no período pós-2ª Guerra Mundial nos EUA, seria muito improvável (na melhor das hipóteses), se não fosse a Grande Depressão vivida no "Entre-guerras" e a pressão de uma União Soviética industrializada e em pleno desenvolvimento (HOBSBAWM, 1995).

Àquela queda da produtividade, acompanhou-se o acirramento da disputa entre lucro e salário, já que para manter os salários elevados precisariam sacrificar suas margens de lucro. Como havia a pressão dos sindicatos, os trabalhadores acabavam por conseguir reajustes salariais (contudo nominais, já que esses reajustes acabariam por desembocar em preços mais elevados). A tudo isso se somaram os dois choques do petróleo ao longo da década de 1970. E, por último, essa crise do Fordismo acabou levando à crise do Socialismo real.

O Toyotismo nada mais é que a aplicação, grosso modo, das idéias neoliberais. Entendido como um modo de gestão global que pode ser exportado (com adaptações) para outros países

Em resposta a essa crise, inicia-se nos países centrais a reestruturação produtiva, caracterizada pelos novos padrões de gestão/organização do trabalho e da produção, através da generalização do Modelo Japonês: o Toyotismo (DRUCK, 1996, p. 28).

O Neoliberalismo, por sua vez, começa a ganhar força como uma doutrina de combate ao Estado Keynesiano, chegando ao poder em 1979 e 1980, na Inglaterra (Margareth Thatcher) e nos EUA (Reagan), respectivamente, defendendo o mercado livre, que garantisse a liberdade econômica e política. Assim,

> As raízes da crise do capitalismo, segundo o neoliberalismo, estariam no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e do movimento operário, que pressionavam pelo aumento dos salários e dos gastos sociais do Estado, inviabilizando os lucros, corroendo as bases de acumulação das empresas e acelerando a inflação. Como decorrência desse diagnóstico, [...] as propostas e as ações políticas neoliberais vão todas na direção de [...] romper o poder dos sindicatos, desqualificá-los enquanto representação dos trabalhadores, restaurando-se, por este caminho, a taxa 'natural de desemprego', que, por sua vez, disciplinaria os movimentos trabalhistas e arrefeceria suas reivindicações salariais (FILGUEIRAS, 2003, p. 56).

É importante ressaltar neste momento que, embora o Neoliberalismo também tenha surgido no contexto da crise do Fordismo e da social-democracia, não se pode pensar que se trata da reestruturação produtiva. São movimentos de caráter e conteúdos diferentes. O neoliberalismo vai, como veremos, se constituir no arcabouço ideológico do Toyotismo, complementando-o e fortalecendo-o.

Dessa maneira, o Toyotismo nada mais é que a aplicação, grosso modo, das idéias neoliberais. Entendido como um modo de gestão global que pode ser exportado (com adaptações) para outros países, surgiu no Ocidente a partir dos anos 70 e, nos países como o Brasil, a partir dos anos 90. Do ponto de vista do processo produtivo, vivenciou-se um grande salto tecnológico; a automação, a robótica e a microeletrônica invadem o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. A produção em série e em massa é substituída pela flexibilização da produção, por novos padrões de produtividade e pela busca de adequação da produção à lógica do mercado (ANTUNES, 1995, p. 16). Essas mudanças no modo de produção e de gestão vão trazer também grandes transformações no mundo do trabalho. Fundamentado na sub-contratação e na desverticalização da cadeia produtiva, este modelo vai propiciar a descaracterização da classe trabalhadora, dando origem ao sindicato por empresa, portanto, fragmentado e fragilizado. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores serão reduzidos, se não eliminados, tornando possível ao capital se desenvolver sem amarras nessa nova fase de grande flexibilidade. No Brasil, esse processo de terceirização e sub-contratação da mão-de-obra desfragmentou a categoria dos trabalhadores, arrefecendo suas mobilizações.

Diante desse contexto, os sindicatos, enquanto organismos de representação da classe trabalhadora, foram atingidos por uma profunda crise ideológica. Gradativamente, vão abandonando sua forma combativa e passam a agir sob uma ótica bem mais defensiva. Alves (2000, p. 31) chama, então, atenção para um ponto muito importante: no campo da gestão da força de trabalho, o Toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, o que o distingue, pelo menos no plano da consciência de classe, do Fordismo. Desse modo, uma

característica central do Toyotismo é a vigência da "manipulação" do consentimento operário; e a social-democracia enquanto partido político ou como ideologia/doutrina, tanto num momento como no outro, exercendo uma grande influência sobre a concepção do sindicalismo, teve uma grande participação nesse processo de descaracterização dos ideais da classe trabalhadora. Por isso a distinção neste trabalho entre a social-democracia fordista e social-democracia toyotista. Quando denominamos social-democracia toyotista estamos nos referindo àquela social-democracia neoliberalizada, à "acomodação social-democrática", como definiu Antunes (1995). A partir dessa conceituação, surge uma questão importante a respeito dos rumos do sindicalismo frente a essa postura de acomodação e real submissão ao capital: o que teria gerado o quê? Mais especificamente: teriam as mudanças externas provocado uma crise dentro do próprio sindicalismo, ou teria a atitude passiva deste dado lugar à implantação daquelas?

Levando-se em consideração esta segunda alternativa, coloca-se então a necessidade de se pensar o "pensar" do sindicalismo, enquanto força de rompimento com o sistema econômico vigente, de rever seus valores internos e, quiçá, continuar o percurso a partir de um novo caminho. Caminho este que ainda pode ser delineado a partir de uma ótica social-democrata, que mesmo tendo escorregado em alguns momentos, parece-nos ainda uma forte e possível alternativa às práticas neoliberais. Como disse Graça Druck (1996, p. 35): "adotar uma nova política não significa o abandono das práticas experimentadas e testadas em anos e até séculos de luta social no passado. Não se pode fazer a história de forma a descartar-se rapidamente de experiências e formas de luta que ainda podem responder a velhos e novos problemas". O que queremos dizer, é que a política social-democrata adotada em diversos países no período pós-2ª Guerra Mundial, mesmo tendo se dado em circunstâncias históricas diferentes das quais vivemos hoje, ainda é uma grande alternativa para uma sociedade menos desigual e mais justa.

Referências

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

DRUCK, Graça. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. *Caderno CRH*, Salvador, n. 24/25, p. 21-40, jan./dez. 1996.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. *História do Plano Real*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos:* o breve Século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Investimentos industriais previstos totalizam volume de R$ 18,7 bilhões

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2005-2009, totalizaram um volume da ordem de R$ 18,7 bilhões agregando 332 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Em relação à situação, 61% estão em implantação de novas unidades industriais, representando um volume na ordem de R$ 11,3 bilhões em 271 projetos. Enquanto que 39% estão alocados em ampliação e 0,1% em reativação, somando recursos na ordem de R$ 7,4 bilhões em 61 projetos.

Analisando os investimentos quanto o complexo de atividade econômica verifica-se que 79% encontra-se alocado nos complexos Madeireiro (43%), Químico-Petroquímico (19%) e Transformação Petroquímica (17%) e representando um volume de R$ 14,8 bilhões em 147 projetos (44%) . Os demais complexos agregam um volume na ordem de R$ 3,9 bilhões alocados em 185 projetos.

No que se refere à localização dos investimentos, indicado pelos eixos de desenvolvimento, os eixos Metropolitano (47%) e Extremo Sul (36%) concentram o maior volume de investimentos, correspondendo a 83% num volume de aproximadamente R$ 15,5 bilhões em 194 projetos. Os demais agregam um volume de investimentos de cerca de R$ 3,2 bilhões, representando 17% do total de investimentos e 42% dos projetos, com destaque para o eixo Grande Recôncavo que detém 9 % dos investimentos em 64 projetos.

Os empreendimentos industriais irão gerar cerca de 71.039 postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano (41%) e Grande Recôncavo (24%) concentram cerca de 65% destes em 46.121 postos de trabalho. Os demais são responsáveis por cerca de 35% dos empregos, destacando-se os eixos Extremos Sul (10%) e Mata Atlântica (7%), que juntos agregam 11.503 novos postos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2005, encontra-se a Companhia Brasileira de Estireno,a Poliworld do Nordeste, a IMAGRAF Indústria de Tintas e a Tecelagem de Sisal da Bahia.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2005 - 2009

Complexo	Volume (R$ 1.000)	Nº de projetos
Agroalimentar	706.927	49
Atividade mineral e beneficiamento	366.419	12
Calçados/Têxtil/Confecções	1.167.838	49
Complexo madeireiro	7.992.624	16
Eletroeletrônico	395.792	29
Metal - mecânico	742.888	33
Químico -petroquímico	3.626.841	75
Reciclagem	4.900	3
Transformação petroquímica	3.159.762	56
Outros	554.940	10
Total	**18.718.931**	**332**

Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: GEAC - SEI
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/08/05.

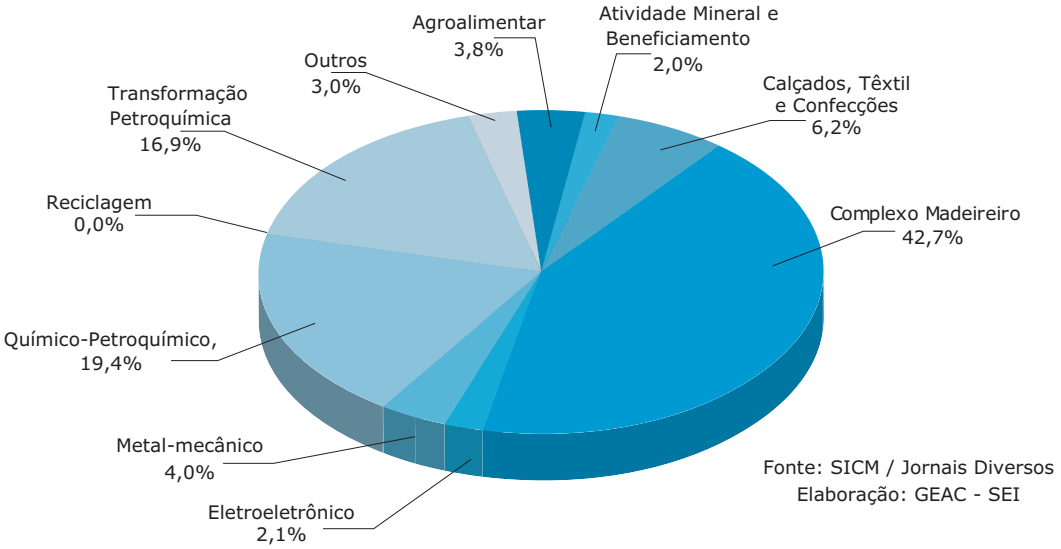
Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento
2005 - 2009

Eixo	Volume (R$ 1.000)	Nº de projetos
Baixo Médio São Francisco	15.241	7
Chapada Norte	72.999	5
Chapada Sul	14.595	9
Extremo Sul	6.697.796	4
Grande Recôncavo	1.769.330	10
Mata Atlântica	213.023	64
Metropolitano	8.760.152	20
Nordeste	128.107	184
Oeste do São Francisco	176.700	6
Planalto Central	292.103	3
Planalto Sudoeste	120.681	1
A Definir	458.205	19
Total	**18.718.931**	**332**

Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: GEAC - SEI
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/08/05.

Investimentos previstos para a Bahia - 2005/2009

Participação por complexo de atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: GEAC - SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

C&P

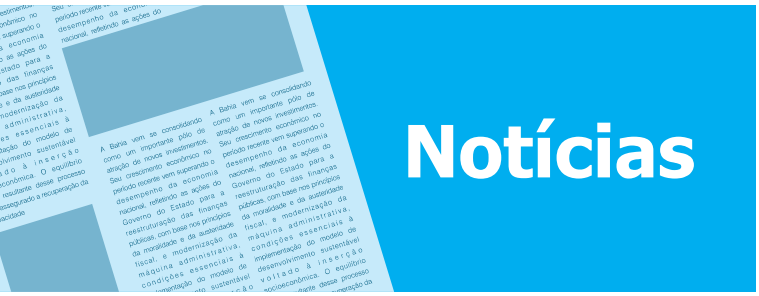
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.
Informações: **www.sei.ba.gov.br**

SEI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA



Notícias

Negócios

Petrobras investe em produção de gás natural na Bahia

A Bahia vai dobrar a produção de gás natural de 6 para 12 milhões de m3 diários a partir de abril de 2006, com a entrada em operação dos 25,5 Km submarinos do gasoduto do Projeto Manati. Encontra-se em operação na Baia de Todos os Santos a Balsa Guindaste de Lançamento (BGL-1), maior no gênero na América Latina, a 6 Km do município de Salinas da Margarida. A balsa, de fabricação japonesa, possui 120m de comprimento por 30m de largura, mas não tem motor. Para navegá-la é necessário o auxílio de rebocadores. Em compensação, a BGL-1 possui um guindaste com capacidade para levantar mil toneladas, que já auxiliou a instalação de gasodutos e plataformas de petróleo por todo o Brasil e até em Angola, na África.

De acordo com Glória Margarida Menezes, geóloga da Petrobras, no decorrer do próximo ano vão ser perfurados sete poços em São Roque do Paraguaçu, que vão escoar a produção através de uma plataforma a ser instalada a 10 Km da Ilha de Tinharé, próximo ao Morro de São Paulo. São 127 Km que podem representar autonomia para o Brasil em produção de derivados de petróleo. O gasoduto vai ligar essa plataforma à praia de Guaibim. Depois há um trecho terrestre até a praia de Cairu, em Salinas da Margarida. A partir daí, o duto volta a ser submerso nas águas da Baía de Todos os Santos até a Ponta do Ferrolho.

Lá ele emerge novamente, em seu trajeto final até a unidade de tratamento que está sendo construída em São Francisco do Conde. De acordo com Menezes, o projeto está sendo executado com respeito a questões ambientais e sociais, decididas em audiências públicas com as comunidades envolvidas e autorizações do Centro de Recursos Ambientais (CRA) e o Ibama.

"O que nós temos agora é justamente o lançamento do trecho marítimo, enquanto a parte terrestre já está em construção desde o final do ano passado, com previsão para término, possivelmente em dezembro", define Menezes. Max Krause explica a situação atual do GL-1: "Estamos na metade do curso e devemos estar mudando de posição nesse fim de semana para fazer o trecho seguinte. A operação toda deve terminar no final de outubro".

Bahia dobra produção de gás. Tribuna da Bahia, 25/08/2005.

Brasken investe no setor têxtil baiano

A Bahia deverá ficar com o complexo da cadeia do setor têxtil a ser construído pela Braskem, que está sendo disputado com o Estado de Pernambuco. A informação foi confirmada, em São Paulo, por executivos da empresa que participaram da coletiva de imprensa para a divulgação do desempenho da empresa no primeiro semestre deste ano. A petroquímica atingiu um lucro líquido de R$ 634 milhões nos seis primeiros meses deste ano, contra um resultado negativo de R$ 292 milhões no mesmo período do ano passado.

A performance positiva no primeiro semestre reforça o interesse da Braskem de investir em novos projetos como o complexo do setor têxtil. O projeto prevê investimentos da ordem de US$ 600 milhões a US$ 800 milhões, incluindo a fábrica de PTA (insumo para o segmento têxtil) PET e outras matérias primas para a cadeia de poliéster. "O Estado da Bahia tem mais chance, por estar pronto para reagir às necessidades mais rapidamente. Lá, temos a maior parte de nossas unidades", justifica o vice-presidente de relações institucionais da Braskem, Alexandrino Alencar.

Do total de 13 fábricas, sete unidades da Braskem estão na Bahia. O novo projeto, ainda em fase de estudo, deverá ser concluído, segundo Alencar, até o final do ano. Depois de pronto deverá demorar entre dois a três anos para ser operacionalizado. A previsão é de produzir cerca de 500 mil toneladas de PTA por ano. Matéria-prima para o setor têxtil, o PTA deverá ser vendido principalmente para São Paulo, principal mercado consumidor do País.

Os projetos já confirmados terão investimentos este ano da ordem de R$ 600 milhões, dos quais até agora foram aplicados R$ 213 milhões. Entre os novos empreendimentos estão a ampliação da capacidade produtiva de algumas fábricas (incluindo unidades do

Pólo de Camaçari, na Bahia) e a construção de uma planta de polipropileno em Paulínia, São Paulo.

Pólo têxtil da Braskem será na Bahia. A Tarde, 04/08/2005.

Região de Serrinha será beneficiada com construção de frigorífico

Em um ano, a microrregião de Serrinha será contemplada com a implantação de um frigorífico que vai auxiliar no combate ao abate clandestino em 17 municípios. O protocolo de intenção pra a instalação de uma unidade do grupo empresarial Frigosaj no município, situado no nordeste do estado e a 173 km de Salvador, foi firmado pelo governador Paulo Souto, diretores da empresa e a prefeitura de Serrinha. O investimento é de R$ 2,7 milhões.

Com o frigorífico de Serrinha (Frigosserra), que fazer o abate do gado dentro das normas previstas pela vigilância sanitária, cerca de 300 mil pessoas da região serão beneficiadas com a distribuição de carne de qualidade. O empreendimento também vai gerar 120 empregos diretos.

O grupo Frigosaj começou suas atividades em Santo Antônio de Jesus, no recôncavo baiano, onde emprega 186 pessoas. Outra unidade do grupo está em construção em Alagoinha (Frigoalas), com previsão de geração de mais 180 novos postos de trabalho dentro de 10 meses.

Participaram da assinatura do contrato, na governadoria, os secretários da fazenda, Albérico Mascarenhas, e da indústria, comércio e mineração, José Luiz Pérez Garrido, deputados, prefeitos e vereadores dos municípios beneficiados.

Estado constrói frigorífico em Serrinha. Diário Oficial, 25/08/2005.

Ação Governamental

Agência do CrediBahia chega a Itambé

O município de Itambé, na região sudoeste, ganhou a mais nova agencia do CrediBahia. Criado para apoiar p desenvolvimento sustentável dos municípios, através da concessão de crédito para microcomerciantes e prestadores de serviço, o programa é uma das iniciativas de sucesso do governo baiano na geração de emprego e renda, com o estímulo ao empreendedorismo. A agência do CrediBahia de Itambé vai beneficiar pequenos comerciantes e prestadores de serviço.

Souto aproveitou a oportunidade para entregar a primeira etapa do Kit Moradia, executado através da Secretaria de Combate à Pobreza e as Desigualdades Sociais, em parceria com as prefeituras. Quinze unidades residenciais já estão prontas no município e outras quinze em construção.

Em Itambé, o governador assinou ainda uma autorização de convênio para a Secretaria da Saúde (Sesab) adquirir equipamentos de alta tecnologia pa a Santa Casa de Misericórdia do município, mantenedora do Hospital São Sebastião, que receberá recursos de R$ 127 mil. Ainda em Itambé, o governador reinaugurou a sede da Secretaria Municipal de Saúde, recuperada com a ajuda do estado, e o hospital reformado com recursos do município, que também está sendo beneficiado pelo estado com a implantação do ensino médio em escolas situadas nos distritos e a recuperação da creche municipal e da cantina onde é preparada a merenda escolar.

Agência do CrediBahia chega a Itambé. Diário Oficial, 13 e 14/08/2005.

Adab lança programa de monitoramento da praga da soja

A Agência de Defesa Agropecuária da Bahia, (Adab), é a responsável pelo programa pelo monitoramento e controle da principal praga da sojicultura, fazendo com que a Bahia recuperasse o teto de produção na safra atual. Os resultados econômicos do Programa Estratégico do Manejo da Ferrugem Asiática da Soja no Oeste serão apresentados pela Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), durante a Agrishow 2005, que acontece em Luís Eduardo Magalhães. O programa foi responsável pelo monitoramento e controle da principal praga da sojicultura.

O Sistema SOS Soja também estará disponível para os produtores no estande da Seagri, durante o evento. Com estrutura de laboratório, será possível realizar testes para análise e identificação da ferrugem asiática, bem como será demonstrado o sistema de alerta utilizado quando detectada a doença. Para o diretor-geral da Adab, Luciano Figueiredo, esta é uma excelente oportunidade de se apresentar para o grande público os trabalhos desenvolvidos pela Agência na região Oeste.

Painéis ainda demonstrarão o projeto fitossanitário do algodão, evidenciando o controle do bicudo do algodoeiro no Estado, e armadilhas com atrativos recomendados para o controle da praga, estarão expostas no estande. De acordo com o diretor de Defesa Sanitária Vegetal da Adab, Cássio Peixoto, a Agrishow também representa a atração de investimentos em novas técnicas e tecnologias. Outro programa desenvolvido pela Adab e apresentado aos visitantes da Agrishow será o Projeto Campo Limpo, desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos (inpEV) e a Associação dos Irrigantes da Bahia (Aiba). "A dinâmica do recolhimento e da reciclagem das embalagens vazias de agrotóxicos será demonstrada durante o evento, assim como a posição da Bahia no ranking nacional", frisou Cássio Peixoto. Em 2004, o estado recolheu 97,7% das embalagens e ficou com a segunda colocação no ranking.

Programa incentivará a agropecuária. Tribuna da Bahia, 04/08/2005.

Plano estratégico para próximos 20 anos do turismo é lançado pelo governo da Bahia

O secretário de Cultura e Turismo da Bahia, Paulo Gaudenzi, anunciou em São Paulo, durante o seminário Bahia - nicho de turismo, o lançamento, no dia 27 de setembro, pelo governador Paulo Souto, do novo plano estratégico para o setor - 2003/2020, dando seqüência ao trabalho iniciado em 1991. O novo plano prevê a incorporação de quatro novas zonas à atual geografia turística da Bahia, denominados Caminhos do Oeste, Lagos do São Francisco, Caminhos do Sertão e Vale do Jiquiriçá.

Até 2020, o estado da Bahia prevê obras de infra-estrutura no valor estimado de mais de US$ 1,6 bilhão, anunciou Gaudenzi. Segundo o secretário, as projeções, acreditando no potencial de viagens do mercado, sobretudo o interno, são de que, em 2020, a Bahia estará sendo visitada por 22,8 milhões de turistas. A receita projetada para o mesmo período é de US$ 7,9 bilhões e os empregos diretos podem chegar a 145 mil.

São Paulo é o principal agente emissor de turismo para a Bahia, correspondendo a 34% de todos os nossos visitantes em 2004, portanto é um mercado muito importante. Portanto, estamos aqui ouvindo esses atores importantes para vermos sugestões, críticas e para que possamos aprimorar os nossos serviços, enfatizou.

De acordo com Paulo Gaudenzi, essa liderança se deve à diversificação de destinos criados pelo governo da Bahia. "São dez roteiros diferenciados que vão desde as rotas de praias até o turismo ecológico, turismo de aventura, turismo rural, além dos destinos tradicionais dos roteiros das praias. Com essa diversificação, tivemos 76% de ocupação em hotelaria em Salvador neste primeiro semestre. Ano passado, ficamos 15% acima da média nacional e a nossa previsão é de que vamos bater novo recorde nacional. Isso é fruto de um fluxo contínuo em todo o ano, e não apenas no período do Verão", enfatizou.

Bahia terá novo plano estratégico até 2020. Correio da Bahia, 10/08/2005.

Governo estadual investe em preservação ambiental na Ilha de Itaparica

Minimizar os impactos do destino final do lixo na Ilha de Itaparica e gerar emprego e renda para as populações carentes. Esses serão os benefícios da implantação do Complexo de Reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos de Itaparica, lançado pelo governador Paulo Souto.

Na oportunidade, Souto realizou outra ação em favor do meio ambiente, dando posse a Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baía de Todos os Santos, que inclui 13 municípios e 54 ilhas, totalizando 800 km2.

O programa de reciclagem contará com uma cooperativa de catadores integrada por 103 famílias do município. O complexo central de triagem, usina de compostagem, horta orgânica e produção de flores. Além disso, a unidade prevê a adoção da coleta seletiva da ilha, com uma forte mobilização social, através de campanhas educativas, educação ambiental nas escolas e oficinas de aproveitamento do material para artesanatos e para arborização urbana.

O projeto prevê ainda a implantação de ecopontos - locais criados para a troca de lixo reciclável por vales que poderão ser utilizados na compra de alimentos.

Ações ambientais beneficiam Ilha. Diário Oficial, 02/08/2005.

Devedores do ICMS obtêm vantagens para pagamentos atrasados

O governador Paulo Souto encaminhou projeto de lei à Assembléia Legislativa reduzindo multas e acréscimos de mora incidentes sobre créditos tributários do ICMS gerados até o dia 31 passado. A redução pode chegar até 100%, desde que o valor atualizado do débito seja pago até 30 de setembro. Este percentual é reduzido para 90% nos pagamentos realizados até 31 de outubro, caindo para 80% e 70%, respectivamente, para as quitações realizadas até 30 de novembro e 22 de dezembro. O projeto foi despachado pelo presidente Clóvis Ferraz para as comissões técnicas e já começou a receber emendas.

Ferraz elogiou a proposição que tem como objetivo maior a redução das disputas judiciais travadas entre o Fisco e os contribuintes, pois o projeto abrange especialmente os contribuintes com ações contestatórias dos valores cobrados pela Fazenda estadual. Para ele, a matéria possibilitará aos contribuintes regularizar sua situação junto ao Fisco sem encargos que onerariam seus débitos.

Projeto reduz as multas do ICMS. Tribuna da Bahia, 25/08/2005.

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005 – Estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos.

Decreto nº 5.505, de 11 de agosto de 2005 – Regulamenta o caput e o § 1º do art. 15 da Medida Provisória nº 252, de 15 de junho de 2005, que dispõe sobre o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP.

Decreto nº 5.507, de 11 de agosto de 2005 – Dispõe sobre execução do Primeiro Protocolo Adicional ao Apêndice II ao Acordo de Complementação Econômica nº 55, entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos, de 18 de maio de 2005.

Decreto nº 5.512, de 15 de agosto de 2005 – Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional e dá Outras providências.

Decreto nº 5.514, de 17 de agosto de 2005 – Aprova os percentuais e valores máximos da subvenção ao prêmio do seguro rural, de que tratam o inciso IV do art. 3º da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e os incisos II e III do art. 7º do Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004.

Decreto nº 5.516, de 22 de agosto de 2005 – Altera os Anexos V, VI, IX, X e XI do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

Leis

Lei nº 11.163, de 11 de agosto de 2005 – Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 30.000.000,00, para o fim que especifica.

Lei nº 11.164, de 18 de agosto de 2005 – Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.

Lei nº 11.165, de 18 de agosto de 2005 – Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de R$ 586.011.700,00, para fins que específica.

Medidas provisórias

Medida provisória nº 260, de 24 de agosto de 2005 – Abre crédito, em favor do Ministério da Defesa no valor de R$ 350.000.000,00, para os fins que específica.

Secretaria da Receita Federal

Instruções normativas

Instrução normativa nº 557, de 11 de agosto de 2005 – Dispõe sobre o parcelamento de débitos no âmbito da Secretaria da Receita Federal, solicitado pela Internet.

Instrução normativa nº 558, de 19 de agosto de 2005 – Dispõe sobre modelos de certidões acerca da situação do sujeito passivo em relação aos tributos administrados pela Receita Federal.

Instrução normativa nº 560, de 19 de agosto de 2005 – Disciplina o Despacho aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas.

Instrução normativa nº 565, de 31 de agosto de 2005 – Dispõe sobre a regularidade fiscal do sujeito passivo, quanto aos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, para efeitos de emissão de certidão conjunta perante a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da outras providências.

Instrução normativa nº 566, de 31 de agosto de 2005 – Estabelece procedimentos a serem observados no recolhimento da contribuição social do salário-educação, disciplinada pelas Leis nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e pelo decreto nº 3.1420 de 16 de agosto de 1999.

Instrução normativa nº 567, de 31 de agosto de 2005 – Estabelece procedimentos a serem observados pelas empresas industriais, de comunicação, de pesca, de transporte ferroviário e metroviário, relativamente ao cumprimento da obrigação de recolher as contribuições sociais devidas por leis ao Serviço Social da Indústria (Sesi) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Banco Central do Brasil

Atos

Ato normativo conjunto nº 7, de 4 de agosto de 2005 – Estabelece os procedimentos para a seleção das instituições credenciadas a operar com o Departamento de Operações do Mercado Aberto e com a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública.

Circulares

Carta circular nº 3.202, de 11 de agosto de 2005 – Esclarece a forma de apuração dos valores relativos ao cumprimento da exigibilidade de aplicação dos recursos captados em depósitos de poupança.

Carta circular nº 3.203, de 30 de agosto de 2005 – Esclarece acerca da formalização de operações de crédito rural.

Carta circular nº 3.289, de 31 de agosto de 2005 – Dispõe sobre a constituição e a implementação, no Banco Central do Brasil, do Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informações (RDR).

Resoluções

Resolução 3.307, de 31 de agosto de 2005 – Dispõe sobre a linha de crédito destinada ao financiamento de colheita e de estocagem de café do período agrícola 2004/2005, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

Resolução 3.307, de 31 de agosto de 2005 – Dispõe sobre o registro de títulos e valores mobiliários de propriedade das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos.

Resolução 3.308, de 31 de agosto de 2005 – Altera as normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar, bem como a aceitação dos ativos correspondentes como garantidores dos respectivos recursos, na forma da legislação e da regulamentação em vigor.

Resolução 3.309, de 31 de agosto de 2005 – Dispõe sobre a certificação de empregados das cooperativas de crédito e sobre a atuação dessas instituições na distribuição de cotas de fundos de investimentos.

Resolução 3.310, de 31 de agosto de 2005 – Dispõe acerca da realização de operações de microcré-

dito destinadas à população de baixa renda e a micro-empreendedores.

Resolução 3.312, de 31 de agosto de 2005 – Dispõe sobre operações de proteção (Hedge) realizadas com instituições financeiras do exterior ou em bolsas estrangeiras.

Legislação

Estado

Decreto nº 9.518, de 17 de agosto de 2005 - Homologa a resolução nº 008/2005, do plenário da Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB.

Decreto nº 9.519, de 18 de agosto de 2005 - Institui o fórum Baiano de mudanças climáticas globais e de biodiversidade e dá outras providências.

Decreto nº 9.521, de 22 de agosto de 2005 – Dispõe sobre a destinação dos valores arrecadados, por meio de inscrições, de candidatos em concursos para provimento de cargos públicos, no âmbito do estado da Bahia.

Decreto nº 9.531, de 29 de agosto de 2005 – Convoca a I Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 469, de 23 de agosto de 2005 – Disciplina a distribuição do "Vale Livro", contemplados pela campanha "Sua Nota é um Show", a ser utilizado na aquisição de livros na VII Bienal do Livro.

Portaria nº 471, de 26 de agosto de 2005 – Altera para o exercício de 2005, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências. ■

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC[1] - Salvador: Ago/2005

Grandes grupos	Variações do mês %		Variações acumuladas %		Índice acumulado	
	Ago/04	Ago/05	No ano[2]	Últimos 12 meses[3]	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,47	-0,25	1,60	2,59	340829,6	228,49
Habitação e encargos	0,21	1,08	14,80	17,05	663629,3	530,68
Artigos de residência	0,60	0,80	1,04	1,47	281264,7	235,07
Vestuário	0,15	-1,09	0,77	3,51	305046,0	179,03
Transporte e comunicação	0,59	0,45	1,96	8,29	573077,1	620,20
Saúde e cuidados pessoais	0,39	0,74	5,13	9,01	594079,3	316,51
Despesas pessoais	0,67	0,57	4,85	5,22	641747,7	367,98
Geral	0,45	0,14	3,32	5,64	445206,9	310,23

Fonte: SEI

[1] O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pequisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos

[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

[3] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Ago/2005

Capitais	Valor da cesta (R$)	Variação no mês[1] (%)	Variações acumuladas %		Porcentagem do salário mínimo
			No ano[2]	Últimos 12 meses[3]	
Aracaju	135,04	-3,49	2,84	-10,06	48,74
Belém	145,35	-2,75	-2,91	-8,13	52,46
Belo Horizonte	159,83	-3,06	4,96	-9,30	57,69
Brasília	162,44	-1,63	-3,73	-4,06	58,63
Curitiba	156,64	-4,03	0,47	-8,90	56,54
Florianópolis	154,82	-5,49	-1,65	-11,85	55,88
Fortaleza	134,42	-4,18	7,77	-3,78	48,52
Goiânia	147,69	-3,27	-0,81	-1,92	53,31
João Pessoa	134,75	-6,36	6,83	-10,21	48,64
Natal	137,74	-1,79	4,51	-9,42	49,72
Porto Alegre	172,86	-1,08	-1,08	-9,02	62,39
Recife	134,26	-6,37	9,16	-8,69	48,46
Rio de Janeiro	164,54	-2,41	-0,51	-7,98	59,39
Salvador	133,57	-0,49	6,14	-4,92	48,21
São Paulo	175,12	-1,74	1,70	-3,92	63,21
Vitória	150,78	-6,06	-1,05	-8,65	54,42

Fonte: DIEESE

1 Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

2 Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

3 Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2004/2005

Produtos do LSPA[1]	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2004[2]	2005[3]	Variação (%)	2004[2]	2005[3]	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi[4]	117.989	119.132	1,0	24.576	24.970	1,6
Algodão herbáceo	704.163	867.563	23,2	3.453	3.345	-3,1
Alho	6.867	7.348	7,0	6.571	6.861	4,4
Amendoim	12.331	7.915	-35,8	1.680	1.251	-25,5
Arroz total	63.369	90.426	42,7	2.144	2.426	13,2
Arroz sequeiro	50.719	72.545	43,0	1.913	2.200	15,0
Arroz irrigado	12.650	17.881	41,4	4.161	4.168	0,2
Batata-inglesa	177.000	132.000	-25,4	31.607	32.195	1,9
Cana-de-açúcar	5.027.980	5.620.978	11,8	57.965	58.785	1,4
Cebola	131.464	120.226	-8,5	21.248	20.381	-4,1
Feijão total	330.734	487.070	47,3	474	712	50,2
Feijão 1ª safra	129.778	131.260	1,1	389	519	33,4
Sequeiro	82.129	70.006	-14,8	379	529	39,6
Irrigado	3.961	5.520	39,4	2.751	2.667	-3,1
Caupi	43.668	55.734	27,6	378	471	24,6
Feijão 2ª safra	200.956	355.810	77,1	542	825	52,2
Sequeiro	173.428	317.856	83,3	489	794	62,4
Irrigado	23.802	24.847	4,4	2.261	2.201	-2,7
Caupi	3.726	13.107	251,8	631	679	7,6
Fumo	9.730	11.258	15,7	893	931	4,3
Mamona	114.125	142.959	25,3	773	829	7,2
Mandioca	4.156.403	4.447.073	7,0	12.439	12.832	3,2
Milho total	1.610.560	1.529.384	-5,0	2.154	2.050	-4,8
Milho 1ª safra	1.417.674	1.110.244	-21,7	3.131	3.100	-1,0
Sequeiro	1.317.574	1.059.283	-19,6	3.018	3.042	0,8
Irrigado	100.100	50.961	-49,1	6.145	5.176	-15,8
Milho 2ª safra	192.886	419.140	117,3	774	1.081	39,7
Sequeiro	191.690	417.818	118,0	770	1.079	40,1
Irrigado	1.196	1.332	11,4	3.147	3.149	0,1
Soja	2.364.480	2.401.200	1,6	2.880	2.760	-4
Sorgo granífero	109.649	100.251	-8,6	1.788	1.816	1,6
Tomate	192.216	181.079	-5,8	38.981	37.091	-4,8
Tomate de mesa	192.216	181.079	-5,8	38.981	37.091	-4,8
Tomate para indústria	nd	nd		nd	nd	-
Lavouras permanentes						
Banana[5]	844.739	867.392	2,7	14.056	13.841	-1,5
Cacau	134.780	140.112	4,0	253	257	1,6
Café	129.598	135.243	4,4	876	926	5,7
Castanha-de-cajú	5.479	5.904	7,8	280	290	3,6
Coco-da-baía[4]	689.712	716.884	3,9	8.948	8.881	-0,7
Dendê	171.044	nd	-	4.114	nd	-
Guaraná	2.350	1.875	-20,2	392	339	-13,5
Laranja[5]	774.003	796.247	2,9	15.857	15.854	0,0
Mamão[5]	723.239	678.797	-6,1	50.263	50.573	0,6
Maracujá[4]	114.147	nd	-	12.920	nd	-
Pimenta-do-reino	3.074	3.173	3,2	2.493	2.506	0,5
Sisal	187.247	201.605	7,7	861	888	3,1
Uva	85.910	86.314	0,5	25.216	25.223	0,0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

[1] A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996
[2] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)
[3] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), agosto/2005 (dados sujeitos a retificação)
[4] Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare
[5] Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2004/ 2005

Produtos do LSPA[1]	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha)	
	2005[2]	2006[3]	Variação (%)	2003[2]	2004[3]	Variação (%)	2003[2]	2004[3]
Lavouras temporárias								
Abacaxi	4.851	4.771	-1,6	4.801	4.771	-0,6	50	0
Algodão herbáceo	203.939	259.353	27,2	203.939	259.353	27,2	0	0
Alho	1.045	1.071	2,5	1.045	1.071	2,5	0	0
Amendoim	7.339	6.328	-13,8	7.339	6.328	-13,8	0	0
Arroz total	29.551	37.270	26,1	29.551	37.270	26,1	0	0
Arroz sequeiro	26.511	32.980	24,4	24.977	32.980	32,0	1.534	0
Arroz irrigado	3.040	4.290	41,1	3.040	4.290	41,1	0	0
Batata-inglesa	5.600	4.100	-26,8	5.600	4.100	-26,8	0	0
Cana-de-açúcar	86.967	95.620	9,9	86.742	95.620	10,2	225	0
Cebola	6.187	5.899	-4,7	6.187	5.899	-4,7	0	0
Feijão total	834.870	771.695	-7,6	704.331	683.767	-2,9	130.539	87.928
Feijão 1ª safra	429.856	340.619	-20,8	333.482	252.691	-24,2	96.374	87.928
Sequeiro	299.054	219.842	-26,5	216.482	132.412	-38,8	82.572	87.430
Irrigado	1.440	2.070	43,8	1.440	2.070	43,8	0	0
Caupi	129.362	118.707	-8,2	115.560	118.209	2,3	13.802	498
Feijão 2ª safra	405.014	431.076	6,4	370.849	431.076	16,2	34.165	0
Sequeiro	387.483	400.480	3,4	354.413	400.480	13,0	33.070	0
Irrigado	10.529	11.287	7,2	10.529	11.287	7,2	0	0
Caupi	7.082	19.309	172,6	5.907	19.309	226,9	1.175	0
Fumo	10.894	12.092	11,0	10.894	12.092	11,0	0	0
Mamona	149.623	172.505	15,3	147.698	172.505	16,8	1.925	0
Mandioca	345.220	356.907	3,4	334.132	346.561	3,7	11.088	10.346
Milho total	759.648	773.550	1,8	702.029	746.090	6,3	57.619	27.460
Milho 1ª safra	470.542	385.755	-18,0	452.808	358.115	-20,9	17.734	27.640
Sequeiro	454.252	375.910	-17,2	436.518	348.270	-20,2	17.734	27.640
Irrigado	16.290	9.845	-39,6	16.290	9.845	-39,6	0	0
Milho 2ª safra	289.106	387.795	34,1	249.221	387.975	55,7	39.885	-180
Sequeiro	288.726	387.372	34,2	248.841	387.372	55,7	39.885	0
Irrigado	380	423	11,3	380	423	11,3	0	0
Soja	821.000	870.000	6,0	821.000	870.000	6,0	0	0
Sorgo granífero	61.475	55.215	-10,2	61.313	55.215	-9,9	162	0
Tomate	4.931	4.882	-1,0	4.931	4.882	-1,0	0	0
Tomate de mesa	4.931	4.882	-1,0	4.931	4.882	-1,0	0	0
Tomate para indústria	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Lavouras permanentes								
Banana	61.148	62.669	2,5	60.100	62.669	4,3	1.048	0
Cacau	544.068	554.944	2,0	533.529	544.944	2,1	10.539	10.000
Café	148.253	146.011	-1,5	147.874	146.011	-1,3	379	0
Castanha-de-cajú	19.832	20.386	2,8	19.595	20.386	4,0	237	0
Coco-da-baía	79.303	80.725	1,8	77.080	80.725	4,7	2.223	0
Dendê	41.579	nd	-	41.579	nd	-	-	-
Guaraná	6.003	5.537	-7,8	5.993	5.537	-7,6	10	0
Laranja	49.023	50.224	2,4	48.810	50.224	2,9	213	0
Mamão	15.560	13.422	-13,7	14.389	13.422	-6,7	1.171	0
Maracujá	8.857	nd	-	8.835	nd	-	22	-
Pimenta-do-reino	1.250	1.266	1,3	1.233	1.266	2,7	17	0
Sisal	223.364	227.033	1,6	217.464	227.033	4,4	5.900	0
Uva	3.407	3.422	0,4	3.407	3.422	0,4	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra

[1] A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

[2] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)

[3] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), agosto/2005 (dados sujeitos a retificação)

[4] Eqüivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Jun/2005

Classes e gêneros	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]	Acumulado 12 meses [4]
Indústria Geral	**5,6**	**-2,1**	**2,3**	**6,2**
Extrativa Mineral	-0,9	-6,3	-2,0	-0,1
Indústria de Transformação	6,1	-1,8	2,5	6,6
Alimentos e Bebidas	1,2	6,2	10,5	11,3
Celulose, papel e produtos de papel	9,7	4,9	5,5	-1,8
Refino de petróleo e álcool	8,3	-5,5	-2,1	15,8
Produtos químicos	-12,4	-7,8	3,4	2,3
Borracha e plástico	0,1	34,8	6,6	12,1
Minerais não metálicos	9,0	8,3	6,7	11,3
Metalurgia básica	42,6	1,2	-9,8	-5,5
Veículos automotores	nd	32,6	46,1	44,6

Fonte: IBGE. Elaboração: GEAC - SEI
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[4] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia:Jun/2004 - Jun/2005 %

Períodos	No mês[1]	Mensal [2]	Acumulado no ano[3]	Acumulado 12 meses [4]
Junho 2004	**-10,2**	**5,8**	**9,6**	**3,3**
Julho	0,1	7,4	9,3	4,7
Agosto	1,4	4,0	8,7	4,1
Setembro	-0,3	7,4	8,5	4,8
Outubro	3,7	32,4	10,4	8,9
Novembro	-0,8	12,7	10,6	10,6
Dezembro	-0,8	12,7	10,6	10,6
Janeiro	-0,9	7,7	7,7	11,4
Fevereiro	0,3	4,5	6,1	10,8
Março	0,2	-0,4	3,8	9,6
Abril	2,9	6,1	4,4	9,7
Maio	-3,1	0,3	3,5	8,6
Junho 2005	**6,1**	**-1,8**	**2,5**	**6,6**

Fonte: IBGE. Elaboração: GEAC - SEI

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[4] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Jun/2005				%
Classes	No mês[3]	Mensal[4]	Acumulado no ano[5]	Acumulado 12 meses[6]
Rural/Irrigação	5,4	-34,5	-6,7	-1,7
Residencial	-4,3	4,9	6,2	5,3
Industrial[1]	-2,6	12,3	14,1	11,8
Comercial	-10,0	1,5	8,0	6,7
Utilidades públicas[2]	9,7	12,0	4,8	3,5
Setor público	-5,8	0,0	4,7	3,3
Concessionária	-7,4	1,7	2,6	-1,2
Total	**-2,7**	**6,1**	**10,0**	**8,5**

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: GEAC - SEI

[1] Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE
[2] Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica
[3] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[4] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[5] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[6] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo[1] - Bahia: Jun/2005				
Classes e gêneros	No mês[2]	Mensal[3]	Acumulado no ano[4]	Acumulado 12 meses[5]
Comércio Varejista	**3,45**	**6,75**	**7,27**	**8,33**
Combustíveis e Lubrificantes	4,30	-20,21	-14,29	-7,49
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	3,82	9,94	10,19	9,99
Hipermercados e Supermercados	2,15	6,33	7,97	9,26
Tecidos, Vestuário e Calçados	4,14	19,65	16,60	10,80
Móveis e Eletrodomésticos	6,71	41,24	42,15	43,80
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	14,79	9,00	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	12,00	-3,38	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	87,19	53,82	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	16,12	8,66	nd
Veículos, Motos e Peças	4,67	5,25	11,04	15,89
Material de construção	nd	-9,57	-3,52	nd

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

[1] Dados deflacionados pelo IPCA
[2] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[3] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[4] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[5] Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito Salvador: Set/2002 – Set/2003

%

Períodos	Consultas			Inadimplências[1]		
	No mês[2]	Mensal[3]	Acumulado no ano[4]	No mês[2]	Mensal[3]	Acumulado no ano[4]
Setembro 2002	**-25,5**	**-45**	**4,2**	**48,5**	**-94,8**	**-51,4**
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	**-10,5**	**-46,3**	**-46,3**	**-25,2**	**-89,0**	**-89,0**
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

[1] Novos Registros
[2] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[3] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[4] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Total de cheques compensados - Bahia: Jul/2004 - Jul/2005

%

Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]
Julho 2004	**1,8**	**-6,9**	**-5,2**	**2,9**	**7,1**	**4,0**
Agosto	3,2	5,3	-4,0	3,7	20,1	5,9
Setembro	-10,9	-16,3	-5,4	-5,4	6,1	5,9
Outubro	1,9	-11,5	-6,0	4,1	9,8	6,3
Novembro	8,2	6,2	-5,0	-8,0	11,6	6,7
Dezembro	0,3	-14,6	-5,9	18,5	2,6	6,3
Janeiro	-2,5	-6,5	-6,0	-6,4	6,9	6,4
Fevereiro	-9,7	-0,6	-3,8	-12,9	13,6	6,8
Março	10,8	-10,3	-6,1	8,0	-7,9	5,7
Abril	-12,5	-11,1	-7,3	-12,0	-8,7	4,8
Maio	12,4	-2,3	-6,3	11,9	-2,6	4,3
Junho	-7,4	-7,9	-6,6	-5,6	-6,2	3,7
Julho 2005	**-2,7**	**-11,9**	**-7,3**	**-2,9**	**-11,4**	**2,9**

Fonte: Banco Central do Brasil

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Taxas de desemprego e de participação
Região Metropolitana de Salvador - Jul/2005 %

Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego Total	24,9	23,8	29,7
Desemprego aberto	14,5	13,3	19,4
Desemprego oculto	10,4	10,5	10,2
Participação (PEA/PIA)	61,1	61,7	58,6

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jul/2005 %

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2004	**14,9**	**14,3**	**62,4**	**63,3**
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1
Março	15,4	14,5	62,0	63,1
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9
Agosto	14,9	14,1	62,1	63,0
Setembro	14,8	14,2	61,9	62,8
Outubro	14,5	13,9	61,9	63,1
Novembro	14,5	14,2	61,7	62,9
Dezembro	14,4	14,2	61,3	62,5
Janeiro 2005	**14,0**	**13,9**	**61,0**	**61,8**
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9
Março	14,0	13,0	60,4	60,6
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jul/2005

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula-ção total[1]
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos[1]	Índice[2]	Números absolutos[1]	Índice[2]	Números absolutos[1]	Índice[2]	Números absolutos[1]	Índice[2]	Partici-pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2004	**1.684**	**128,4**	**1.246**	**119,1**	**438**	**164,5**	**1.015**	**110,9**	**62,4**	**26,0**	**3.219**
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Agosto	1.704	129,9	1.275	121,9	429	161,1	1.040	113,7	62,1	25,2	3.259
Setembro	1.702	129,7	1.275	121,9	427	160,4	1.048	114,5	61,9	25,1	3.264
Outubro	1.706	130,0	1.279	122,3	427	160,4	1.051	114,8	61,9	25,0	3.270
Novembro	1.705	130,0	1.275	121,9	430	161,5	1.059	115,7	61,7	25,2	3.275
Dezembro	1.698	129,4	1.277	122,1	421	158,1	1.071	117,0	61,3	24,8	3.281
Janeiro 2005	**1.693**	**129,0**	**1.273**	**121,7**	**420**	**157,7**	**1.083**	**118,3**	**61,0**	**24,8**	**3.287**
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Variação mensal											
Jul-05/Jun-05		**0,9**		**1,7**		**-1,4**		**-0,9**	**0,7**	**-2,4**	
Variação no ano											
Jul-05/Dez-04		**1,2**		**1,1**		**1,7**		**2,1**	**-0,3**	**0,4**	
Variação anual											
Jul-05/Jul-04		**1,1**		**1,7**		**-0,5**		**5,4**	**-1,6**	**-1,6**	

1 Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000
2 Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jul/2005

%

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção[1]	Serviços pessoais[2]	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2004	**8,5**	**5,1**	**16,7**	**31,9**	**26,7**	**10,0**	**1,1**
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1
Agosto	9,2	4,4	16,2	33,2	26,9	8,8	1,3
Setembro	9,1	4,3	16,4	32,7	26,4	9,2	1,9
Outubro	8,9	4,5	16,5	32,6	26,2	9,4	1,9
Novembro	8,5	4,3	16,6	32,0	27,2	9,8	1,6
Dezembro	8,3	5,0	16,6	31,8	27,0	10,0	1,3
Janeiro 2005	**8,6**	**4,9**	**16,3**	**32,3**	**26,4**	**10,0**	**1,5**
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Adminstração pública, Forças Armardas e polícia; Creditícios e financeiros: Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

[2] Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jul/2006 %

Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros[1]
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2004	**60,4**	**34,2**	**12,3**	**13,9**	**23,1**	**19,0**	**4,1**	**3,7**	**10,0**	**2,8**
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0
Agosto	60,2	34,8	11,2	14,2	24,0	19,7	4,3	4,1	8,8	2,9
Setembro	59,4	34,4	10,9	14,1	24,4	19,5	4,9	4,3	9,2	2,7
Outubro	59,8	33,9	11,8	14,1	24,3	19,5	4,8	4,2	9,4	2,3
Novembro	60,0	34,4	11,8	13,8	23,9	19,1	4,8	4,1	9,8	2,2
Dezembro	60,3	34,6	12,1	13,6	23,4	19,1	4,3	4,0	10,0	2,3
Janeiro 2005	**60,3**	**35,7**	**11,5**	**13,1**	**23,4**	**19,2**	**4,2**	**4,2**	**10,0**	**2,1**
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1

Fonte: PED RMS SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jun/2005

R$

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados[1]			Assalariados[2]		
	Valor absoluto[3]		Índice[4]	Valor absoluto[3]		Índice[4]
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2004	**679**	**366**	**81,6**	**782**	**456**	**81,9**
Fevereiro	692	363	83,1	792	449	82,9
Março	702	361	84,3	803	446	84,1
Abril	673	351	80,9	778	438	81,5
Maio	679	355	81,6	788	442	82,5
Junho	672	356	80,8	782	453	81,9
Julho	673	364	80,9	765	452	80,2
Agosto	672	364	80,4	765	455	79,8
Setembro	669	360	79,6	770	450	79,9
Outubro	666	352	79,1	781	450	80,8
Novembro	655	352	77,1	770	440	79,0
Dezembro	650	355	76,1	754	442	76,9
Janeiro 2005	**686**	**370**	**79,6**	**790**	**456**	**80,0**
Fevereiro	714	391	82,6	812	475	81,9
Março	743	392	85,6	843	479	84,7
Abril	719	381	82,5	820	453	82,0
Maio	715	375	81,1	815	450	80,6
Junho	700	384	79,2	805	455	79,5
Variação mensal						
Jun-05/Mai-05	-2,4	2,1	-2,4	-1,5	0,8	-1,5
Variação no ano						
Jun-05/Dez-04	4,1	4,7	4,1	3,2	-0,4	3,2
Variação anual						
Jun-05/Jun-04	-1,9	1,5	-1,9	-3,0	-5,4	-3,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

[1] Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.
[2] Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.
[3] Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Junho - 2005.
[4] Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jun/2005

R$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2004	**255**	**339**	**442**	**705**	**2.021**
Fevereiro	238	327	428	731	2.039
Março	226	318	419	746	2.041
Abril	209	313	397	726	2.008
Maio	219	309	400	697	2.135
Junho	239	321	399	672	2.152
Julho	251	325	408	668	2.081
Agosto	262	337	418	681	2.069
Setembro	274	325	416	685	1.974
Outubro	287	307	403	686	2.034
Novembro	260	299	386	688	2.021
Dezembro	239	317	406	701	2.032
Janeiro 2005	**236**	**338**	**409**	**737**	**2.124**
Fevereiro	253	346	434	752	2.110
Março	269	346	439	762	2.182
Abril	272	340	443	732	2.154
Maio	269	350	442	728	2.206
Junho	252	358	426	718	2.196

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Junho de 2005

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jun/2005

R$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2004	**633**	**887**	**479**	**618**	**716**	**392**
Fevereiro	649	985	484	616	735	384
Março	648	956	493	616	738	372
Abril	633	926	481	611	718	378
Maio	628	890	483	615	711	385
Junho	632	865	483	622	707	381
Julho	630	836	498	619	715	358
Agosto	644	891	506	626	726	372
Setembro	641	886	516	622	728	388
Outubro	638	907	517	619	720	392
Novembro	628	848	515	620	711	380
Dezembro	634	821	498	639	715	373
Janeiro 2005	**671**	**908**	**504**	**676**	**754**	**389**
Fevereiro	683	910	508	689	764	396
Março	715	1041	541	689	797	421
Abril	693	992	525	662	775	421
Maio	689	968	536	664	773	426
Junho	663	858	536	655	743	409

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Junho de 2005

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal[1]

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jun/2005

R$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados[2]					Assalariados[3]				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2004	**103**	**246**	**359**	**717**	**1.524**	**244**	**288**	**447**	**823**	**1.626**
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611
Julho	101	260	364	709	1.509	260	300	452	805	1.600
Agosto	101	260	364	707	1.506	260	300	455	808	1.607
Setembro	101	260	360	707	1.513	260	300	450	808	1.707
Outubro	100	260	352	700	1.511	260	300	450	843	1.712
Novembro	101	260	352	700	1.500	260	300	440	808	1.616
Dezembro	101	260	355	700	1.500	260	300	442	811	1.522
Janeiro 2005	**120**	**260**	**370**	**711**	**1.511**	**260**	**302**	**456**	**847**	**1.622**
Fevereiro	131	260	391	799	1.516	260	303	475	900	1.700
Março	150	261	392	800	1.611	260	302	479	903	1.813
Abril	130	261	381	763	1.513	260	301	453	899	1.765
Maio	121	262	375	722	1.522	262	303	450	811	1.800
Junho	121	263	384	709	1.519	263	300	455	810	1.700

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Junho de 2005

[2] Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

[3] Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego
Bahia: Jan/2004 - Jul/2005

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total[1]	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	**52.724**	**14.686**	**187**	**14.648**	**20.957**
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Julho	7.967	2.164	233	1.083	2.773
Agosto	8.173	2.319	868	1.801	2.810
Setembro	5.493	2.792	820	1.483	2.333
Outubro	1.764	968	-659	1.695	2.260
Novembro	1.498	-581	164	2.631	3.268
Dezembro	-5.187	-714	-988	138	-782
2005	**50.502**	**7.844**	**7.628**	**7.473**	**17.729**
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Ago/04 - Jul/05	**62.243**	**12.628**	**7.833**	**15.221**	**27.618**

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

[1] Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jul/005

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total[1]	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	**23.824**	**5.238**	**812**	**5.829**	**12.949**
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Julho	3.513	1.015	486	529	1.572
Agosto	4.008	761	1.003	727	1.584
Setembro	3.460	654	602	814	1.514
Outubro	2.345	424	-464	661	1.587
Novembro	4.300	270	-5	1.416	2.642
Dezembro	-702	-73	-244	-104	-111
2005	**18.854**	**2.358**	**4.706**	**1.700**	**11.619**
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Ago/04 - Jul/05	**32.265**	**4.394**	**5.598**	**5.214**	**18.835**

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento
[1] Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Jun/2005 **R$ 1.000**

Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Maio-Jun 2005 (c)	% (c/b)	Jan a Jun 2005 (d)	% (d/b)	
Receitas Correntes	**514.206.446**	**514.206.446**	**81.870.175**	**15,9**	**249.377.901**	**48,5**	**264.828.545**
Receita Tributária	147.418.884	147.418.884	25.897.486	17,6	77.550.316	52,6	69.868.568
Receita de Contribuições	318.753.568	318.753.568	47.552.796	14,9	145.290.611	45,6	173.462.957
Receita Patrimonial	13.799.462	13.799.462	2.276.515	16,5	7.100.914	51,5	6.698.548
Receita Agropecuária	19.349	19.349	3.831	19,8	9.949	51,4	9.400
Receita Industrial	676.011	676.011	108.768	16,1	237.345	35,1	438.666
Receita de Serviços	20.752.799	20.752.799	3.366.905	16,2	11.531.649	55,6	9.221.150
Transferências Correntes	475.127	475.127	19.416	4,1	59.170	12,5	415.957
Outras Receitas Correntes	12.311.246	12.311.246	2.644.458	21,5	7.597.947	61,7	4.713.299
Receitas de Capital	**156.361.503**	**156.361.503**	**20.871.465**	**13,3**	**54.629.385**	**34,9**	**101.732.118**
Operações de Crédito	100.804.832	100.804.832	13.788.213	13,7	34.382.234	34,1	66.422.598
Alienação de Bens	4.651.596	4.651.596	146.964	3,2	399.135	8,6	4.252.461
Amortizações de Empréstimos	27.675.693	27.675.693	3.154.886	11,4	8.915.550	32,2	18.760.143
Transferências de Capital	69.448	69.448	3.819	5,5	12.110	17,4	57.338
Outras Receitas de Capital	23.159.934	23.159.934	3.777.583	16,3	10.920.356	47,2	12.239.578
Subtotal das Receitas (I)	**670.567.949**	**670.567.949**	**102.741.640**	**15,3**	**304.007.286**	**45,3**	**366.560.663**
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	**935.835.222**	**935.835.222**	**52.251.330**	**5,6**	**256.819.579**	**27,4**	**679.015.643**
Operações de Crédito Externas	886.280.422	886.280.422	49.530.903	5,6	246.472.562	27,8	639.807.860
Operações de Crédito Internas	49.554.800	49.554.800	2.720.427	5,5	10.347.017	20,9	39.207.783
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	**1.606.403.171**	**1.606.403.171**	**154.992.970**	**9,6**	**560.826.865**	**34,9**	**1.045.576.306**
Déficit (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (IIII+IV)	**1.606.403.171**	**1.606.403.171**	**154.992.970**	**9,6**	**560.826.865**	**34,9**	**1.045.576.306**
Saldos de Exercícios Anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**	**342.745**	**-**	**-**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Jun/2005

R$ 1.000

Despesas	Dotação Inicial (a)	Créditos Adicionais (b)	Dotação Atualizada (c)=a+b	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (g/c)	Saldo a Liquidar (c-g)
				Maio-Jun 2005 (d)	Jan a Jun 2005 (e)	Maio-Jun 2005 (f)	Jan a Jun 2005 (g)		
Despesas Correntes	**528.066.381**	**460.209**	**528.526.590**	**20.797.461**	**462.076.698**	**78.127.715**	**223.065.871**	**42,2**	**305.460.719**
Pessoal e Enc. Sociais	98.109.568	226.198	98.335.766	5.630.081	73.267.682	16.309.601	44.670.423	45,4	53.665.343
Juros e Enc. da Dívida	110.834.622	(670)	110.833.952	118.467	109.634.555	9.075.917	36.425.982	32,9	74.407.970
Outras Desp. Correntes	319.122.191	234.681	319.356.872	15.048.913	279.174.461	52.742.197	141.969.466	44,5	177.387.406
Transf. a Estados, DF e Mun.	109.771.770	349	109.772.119	6.108.947	100.289.304	20.250.495	52.389.109	47,7	57.383.010
Benefícios Previdenciários	129.324.816	-	129.324.816	(2.537)	128.572.960	21.618.867	62.254.816	48,1	67.070.000
Demais Desp. Correntes	80.025.605	234.332	80.259.937	8.942.503	50.312.197	10.872.835	27.325.541	34,0	52.934.396
Despesas de Capital	**121.350.695**	**2.802.074**	**124.152.769**	**6.963.245**	**86.901.621**	**7.163.979**	**25.304.195**	**20,4**	**98.848.574**
Investimentos	21.356.743	312.294	21.669.037	1.974.498	4.043.912	564.966	752.912	3,5	20.916.125
Inversões Financeiras	33.764.265	(6.377)	33.757.888	1.064.589	17.848.983	3.294.505	8.602.293	25,5	25.155.595
Amortização da Dívida	66.229.687	2.496.157	68.725.844	3.924.158	65.008.726	3.304.508	15.948.990	23,2	52.776.854
Reserva de Contingência	**21.618.689**	**(307.412)**	**21.311.277**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**21.311.277**
Subtotal das Desp. (I)	**671.035.765**	**2.954.871**	**673.990.636**	**27.760.706**	**548.978.319**	**85.291.694**	**248.370.066**	**36,9**	**425.620.570**
Amortização da Dívida Refinanciamento (II)	**935.367.406**	**0**	**935.367.406**	**1.345**	**929.041.354**	**41.821.584**	**229.814.380**	**24,6**	**705.553.026**
Refinanc. da Dív. Mob.	926.954.230	0	926.954.230	0	920.643.390	39.901.910	227.056.500	24,5	699.897.730
Refinanc. de Outras Dív.	8.413.176	0	8.413.176	1.345	8.397.964	1.919.674	2.757.880	32,8	5.655.296
Subtotal com Refinanc. (III) = (I+II)	**1.606.403.171**	**2.954.871**	**1.609.358.042**	**27.762.051**	**1.478.019.673**	**127.113.278**	**478.184.446**	**29,7**	**1.131.173.596**
Superávit (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**82.642.419**	**-**	**-**
Total (III+IV)	**1.606.403.171**	**2.954.871**	**1.609.358.042**	**27.762.051**	**1.478.019.673**	**127.113.278**	**560.826.865**	**-**	**1.131.173.596**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balanço Orçamentário - Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan-Jun/2005

R$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Nov-Dez	%	Até o bimestre	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	**13.382.064**	**13.548.047**	**2.442.680**	**18,03**	**6.690.626**	**49,38**	**6.857.420**
Receita Tributária	7.760.919	7.644.439	1.350.399	17,67	3.735.122	48,86	3.909.317
Impostos	7.556.067	7.439.587	1.317.585	17,71	3.634.418	48,85	3.805.169
Taxas	204.852	204.852	32.815	16,02	100.704	49,16	104.148
Receita de Contribuições	1.133.301	1.133.301	311.380	27,48	689.637	60,85	443.664
Contribuições Sociais	1.133.301	1.133.301	311.380	27,48	689.637	60,85	443.664
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	207.269	207.508	36.114	17,40	84.034	40,50	123.474
Receitas Imobiliárias	24.962	25.201	1.183	4,69	2.609	10,35	22.592
Receitas de Valores Mobiliários	174.026	174.026	34.360	19,74	79.924	45,93	94.101
Receitas de Concessões e Permissões	3.266	3.266	570	17,45	1.499	45,89	1.767
Outras Receitas Patrimoniais	5.015	5.015	1	0,03	2	0,04	5.013
Receita Agropecuária	1.213	1.213	-	-	4	0,33	1.209
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Prod. Animal e Deriv.	1.007	1.007	-	-	4	0,40	1.003
Outras Receitas Agropecuárias	206	206	-	-	-	-	206
Receita Industrial	94	94	-	-	-	-	94
Receita da Ind. de Transf.	94	94	-	-	-	-	94
Receita de Serviços	72.751	87.251	9.240	10,59	18.891	21,65	68.359
Receita de Serviços	72.751	87.251	9.240	10,59	18.891	21,65	68.359
Transferências Correntes	4.937.920	4.954.741	813.750	16,42	2.373.399	47,90	2.581.342
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	4.782.853	4.790.979	800.820	16,72	2.313.516	48,29	2.477.463
Transferências de Inst. Priv.	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	11.067	3.609	768	21,29	2.097	58,11	1.512
Transferências de Convênios	144.000	160.153	12.163	7,59	57.786	36,08	102.367
Outras Receitas Correntes	488.408	739.312	138.404	18,72	393.255	53,19	346.057
Multas e Juros de Mora	117.525	117.525	19.760	16,81	54.414	46,30	63.110
Indenizações e Restituições	31.845	31.845	1.091	3,43	13.187	41,41	18.658
Receita da Dívida Ativa	6.600	6.600	921	13,96	3.408	51,64	3.192
Receitas Correntes Diversas	332.438	583.342	116.632	19,99	322.246	55,24	261.096
Conta Retif. da Rec. Orçamentária	(1.219.811)	(1.219.811)	(216.607)	17,76	(603.717)	49,49	(616.094)
Receitas de Capital	**1.126.855**	**1.127.779**	**37.642**	**3,34**	**105.458**	**9,35**	**1.022.321**
Operações de Crédito	799.782	799.782	29.517	3,69	94.339	11,80	705.443
Operações de Crédito Internas	414.645	414.645	11.825	2,85	41.724	10,06	372.921
Operações de Crédito Externas	385.137	385.137	17.692	4,59	52.615	13,66	332.522
Alienação de Bens	145.615	146.524	1.020	0,70	2.677	1,83	143.847
Alienação de Bens Móveis	141.970	142.073	521	0,37	2.109	1,48	139.964
Alienação de Bens Imóveis	3.645	4.451	499	11,21	567	12,74	3.883
Amortização de Empréstimos	3.000	3.000	1.248	41,60	1.382	46,05	1.618
Amortiz. de Emp. Imobiliários	3.000	3.000	1.248	41,61	1.382	46,05	1.618
Transferências de Capital	175.008	175.023	5.856	3,35	7.061	4,03	167.962
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-		-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Inst. Privadas	72	72	-	-	-	-	72
Transferências do Exterior	160	160	-	-	-	-	160
Transferências de Convênios	174.776	174.791	5.856	3,35	7.061	4,04	167.730
Outras Receitas de Capital	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Outras Receitas	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Subtotal das Receitas (I)	**14.508.919**	**14.675.826**	**2.480.322**	**16,90**	**6.796.084**	**46,31**	**7.879.742**
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Subtotal com Refinanciamentos (III=(I+II)	**14.508.919**	**14.675.826**	**2.480.322**	**16,90**	**6.796.084**	**46,31**	**7.879.742**
Déficit (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (V)= (III+IV)	**14.508.919**	**14.675.826**	**2.480.322**	**16,90**	**6.796.084**	**46,31**	**7.879.742**
Saldos de Exercícios Anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**	**128.784**	**-**	**-**

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanço Orçamentário - Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan-Jun/2005

R$ 1.000

Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Maio-Jun	No exercício	Bim. Maio-Jun	No exercício	
Despesas Correntes	**11.851.823**	**156.590**	**12.008.413**	**2.026.873**	**5.462.613**	**1.969.119**	**5.271.808**	**6.736.605**
Pessoal e Encargos	5.736.607	2.772	5.739.379	1.033.997	2.789.043	987.197	2.735.825	3.003.555
Juros e Encargos da Dívida	778.269	-	778.269	82.108	261.432	82.108	261.332	516.937
Outras despesas correntes	5.336.947	153.818	5.490.765	910.768	2.412.138	899.814	2.274.652	3.216.112
Despesas de Capital	**2.625.596**	**30.702**	**2.656.298**	**245.810**	**823.172**	**252.598**	**764.975**	**1.891.323**
Investimentos	1.544.975	98.860	1.643.835	108.942	327.957	115.730	269.759	1.374.076
Inversões Financeiras	216.460	(68.158)	148.302	15.748	51.716	15.748	51.716	96.586
Amortização da Dívida	864.161	-	864.161	121.119	443.500	121.119	443.500	420.661
Reserva de Contingência	31.500	(20.385)	11.115	-	-	-	-	11.115
Subtotal das Despesas (VIII)	14.508.919	166.906	14.675.826	2.272.683	6.285.786	2.221.717	6.036.783	8.639.043
Amortização da Dívida Refinanciamento (IX)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	**14.508.919**	**166.906**	**14.675.826**	**2.272.683**	**6.285.786**	**2.221.717**	**6.036.783**	**8.639.043**
Superávit (XI)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**759.302**	**-**
Total (XII)=X+XI	**14.508.919**	**166.906**	**14.675.826**	**2.272.683**	**6.285.786**	**2.221.717**	**6.796.085**	**8.639.043**

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2004 - Jun/2005

R$ 1.000

Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	484.463	636.043	37.074	30.157	521.538	666.200
Fevereiro	438.218	525.513	45.857	63.017	484.075	588.530
Março	468.157	486.953	46.489	48.790	514.646	535.743
Abril	699.160	526.342	48.642	67.908	747.802	594.250
Maio	532.332	601.883	54.678	66.249	587.009	668.132
Junho	531.331	616.439	63.295	65.828	594.626	682.267
Julho	554.265		65.912		620.176	
Agosto	577.960		60.630		638.590	
Setembro	567.226		57.974		625.200	
Outubro	649.095		44.657		693.752	
Novembro	513.166		37.186		550.352	
Dezembro	610.156		71.658		681.814	
Total	**6.625.528**		**634.052**		**7.259.580**	

Fonte:SEFAZ/Balancetes mensais
Elaboração:SEI.

Arrecadação mensal da Receita Tributária[1] - Bahia: Jan/2004 - Jun/2005 R$ 1.000

Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	547.175	643.623	41.873	30.516	589.048	674.140
Fevereiro	489.638	529.634	51.238	63.511	540.876	593.145
Março	518.256	485.976	51.464	48.692	569.720	534.668
Abril	765.203	522.645	53.236	67.431	818.439	590.076
Maio	574.222	599.178	58.981	65.951	633.202	665.129
Junho	565.858	616.439	67.408	65.828	633.266	682.267
Julho	583.656		69.407		653.063	
Agosto	600.733		63.019		663.752	
Setembro	586.738		59.968		646.707	
Outubro	667.876		45.949		713.825	
Novembro	523.701		37.949		561.650	
Dezembro	619.472		72.752		692.224	
Total	**7.042.529**		**673.245**		**7.715.774**	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP
Elaboração:SEI.
[1] Valores atualizados a preços de junho/05 pelo IGP-DI/FGV.

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2004 - Jun/2005 R$ 1.000

Ano e mês	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2004	**167.381**	**167.381**	**8.168**	**8.168**	**-**	**-**	**16.493**	**16.493**	**6.713**	**6.713**	**198.756**	**198.756**
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	-	-	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	-	-	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	-	-	16.187	65.247	32.539	52.678	221.968	814.765
Maio	189.788	850.858	10.070	45.840	-	-	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	-	-	12.557	96.419	6.713	66.105	152.322	1.192.273
Julho	128.121	1.102.180	10.563	66.254	-	-	39.035	135.454	6.713	72.818	184.432	1.376.705
Agosto	166.683	1.268.862	11.093	77.346	-	-	16.562	152.016	9.217	82.035	203.554	1.580.259
Setembro	144.339	1.413.202	10.708	88.054	-	-	14.516	166.532	9.217	91.251	178.780	1.759.039
Outubro	154.466	1.567.668	11.230	99.284	21.103	21.103	15.459	181.991	9.217	100.468	211.476	1.970.515
Novembro	153.985	1.721.653	11.106	110.390	-	21.103	15.410	197.401	9.217	109.685	189.717	2.160.232
Dezembro	190.056	1.911.709	11.312	121.702	-	21.103	14.426	211.827	9.217	118.901	225.011	2.385.243
Janeiro 2005	**213.700**	**213.700**	**10.766**	**10.766**	**21.084**	**21.084**	**17.367**	**17.367**	**9.217**	**9.217**	**272.134**	**272.134**
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720

Fonte: MINFAZ/STN
Elaboração:SEI
Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

Município

Balanço Orçamentário[1]
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2005 **R$ 1.000**

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-c)
			Mar-Abr 2005 (b)	% (b/a)	Jan-Abr 2005 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	**1.590.281**	**1.590.281**	**221.299**	**13,9**	**484.272**	**30,5**	**1.106.009**
Receita Tributária	559.548	559.548	80.814	14,4	193.828	34,6	365.720
Impostos	470.000	470.000	67.075	14,3	159.902	34,0	310.098
Taxas	89.548	89.548	13.524	15,1	33.565	37,5	55.983
Outras Receitas Tributárias	-	-	215	-	361	-	(361)
Receita de Contribuições	118.300	118.300	15.212	12,9	28.609	24,2	89.691
Contribuições Sociais	83.500	83.500	9.115	10,9	14.981	17,9	68.519
Contribuições Econômicas	34.800	34.800	6.097	17,5	13.628	39,2	21.172
Receita Patrimonial	50.602	50.602	6.984	13,8	10.217	20,2	40.385
Receitas Imobiliárias	2.320	2.320	192	8,3	310	13,4	2.010
Receitas de Valores Mobiliários	14.737	14.737	4.106	27,9	6.653	45,1	8.084
Receitas de Concessões e Permissões	32.495	32.495	2.686	8,3	3.252	10,0	29.243
Outras Receitas Patrimoniais	1.050	1.050	-	-	2	0,2	1.048
Receita de Serviços	15.912	15.912	279	1,8	495	3,1	15.417
Receita de Serviços	15.912	15.912	279	1,8	495	3,1	15.417
Transferências Correntes	807.949	807.949	119.325	14,8	244.949	30,3	563.000
Transf. Intergovernamentais	762.507	762.507	115.489	15,1	238.089	31,2	524.418
Transf. de Instituições Privadas	432	432	156	-	156	36,1	276
Transferências de Convênios	45.010	45.010	3.680	8,2	6.704	14,9	38.306
Outras Receitas Correntes	110.450	110.450	9.821	8,9	28.780	26,1	81.670
Multas e Juros de Mora	38.540	38.540	4.907	12,7	9.590	24,9	28.950
Indenizações e Restituições	4.310	4.310	673	15,6	1.219	28,3	3.091
Receita da Dívida Ativa	62.700	62.700	3.489	5,6	14.230	22,7	48.470
Receitas Correntes Diversas	4.900	4.900	752	15,3	3.741	76,3	1.159
Dedução da Receita p/FUNDEF	(72.480)	(72.480)	(11.136)	15,4	(22.606)	31,2	(49.874)
Receitas de Capital	**74.918**	**74.918**	**4.413**	**5,9**	**7.278**	**9,7**	**67.640**
Operações de Crédito	13.620	13.620	2.413	17,7	2.413	17,7	11.207
Operações de Crédito Internas	13.620	13.620	2.413	17,7	2.413	17,7	11.207
Alienação de Bens	100	100	-	-	-	-	100
Alienação de Bens Móveis	100	100	-	-	-	-	100
Transferências de Capital	61.098	61.098	2.000	3,3	4.865	8,0	56.233
Transf. Intergovernamentais	4.293	4.293	-	-	-	-	4.293
Transferências de Convênios	56.805	56.805	2.000	3,5	4.865	8,6	51.940
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-		100
Subtotal das Receitas (I)	**1.665.199**	**1.665.199**	**225.712**	**13,6**	**491.550**	**29,5**	**1.173.649**
Déficit (II)							
Total (III)= (I+II)	**1.665.199**	**1.665.199**	**225.712**	**13,6**	**491.550**	**29,5**	**1.173.649**
Saldos de Exercícios Anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.
[1] Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Balanço Orçamentário[1]
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan-Abr/2005 **R$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Mar-Abr (d)	Jan-Abr (e)	Mar-Abr (f)	Jan-Abr (g)	% (g-c)	
Despesas Correntes	**1.436.417**	**1.252**	**1.437.669**	**165.734**	**717.334**	**190.510**	**341.225**	**23,7**	**1.096.444**
Pessoal e Encargos Sociais	572.365	(2.194)	570.171	33.077	345.225	73.010	153.451	26,9	416.720
Juros e Encargos da Dívida Interna	77.248	-	77.248	10.167	31.557	11.846	23.628	30,6	53.620
Outras Despesas Correntes	786.804	3.446	790.250	122.490	340.552	105.654	164.146	20,8	626.104
Despesas de Capital	**223.282**	**(1.252)**	**222.030**	**23.919**	**51.226**	**21.254**	**33.912**	**15,3**	**188.118**
Investimentos	146.887	(1.252)	145.635	10.339	21.831	11.110	14.449	9,9	131.186
Inversões Financeiras	3.530	-	3.530	1.300	3.200	1.098	1.897	53,7	1.633
Amortização da Dívida	72.865	-	72.865	12.280	26.195	9.046	17.566	24,1	55.299
Reserva de Contingência	**5.500**	**-**	**5.500**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.500**
Subtotal das Despesas (I)	**1.665.199**	**-**	**1.665.199**	**189.653**	**768.560**	**211.764**	**375.137**	**22,5**	**1.290.062**
Superávit (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**13.948**	**116.413**	**-**	**-**
Total (I+II)	**1.665.199**	**-**	**1.665.199**	**189.653**	**768.560**	**225.712**	**491.550**	**29,5**	**1.290.062**

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

[1] Administração Direta e Indireta da PMS

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Gerência de Análise Conjuntura (GEAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: geac@sei.ba.gov.br;
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

C&P
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

SEI

SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

GOVERNO
DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO